

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA**



**POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS NO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PERIÓDICOS DE
GEOGRAFIA**

FRANCISCO ARAGÃO AZEREDO

Rio de Janeiro

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO ARAGÃO AZEREDO

**POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS NO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PERIÓDICOS DE
GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Helion Povoá Neto

Rio de Janeiro
2008

FRANCISCO ARAGÃO AZEREDO

**POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS NO PÓS-SEGUNDA
GUERRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PERIÓDICOS DE
GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia

Aprovada em: _____

Pr. Dr. Helion Póvoa Neto – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Giralda Seyferth
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Mônica Sampaio Machado
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Ao professor Helion Póvoa Neto, que através de sua ajuda inestimável, foi fundamental para a realização deste trabalho, transcendendo os limites de um mero orientador. Todos os erros que eventualmente tenham sido cometidos neste trabalho são de minha única e exclusiva responsabilidade, não cabendo a ele nenhum ônus.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com quem tive contato ao longo das disciplinas do curso: Gilmar Mascarenhas de Jesus, Inês Aguiar de Freitas, Jorge Soares Marques e Mônica Sampaio Machado. Da mesma forma, aos professores Aureanice de Mello Correa, Eli Alves Penha, Liane Maria Azevedo Dornelles, Nadja Maria Castilho da Costa e Susana Mara Miranda Pacheco, com os quais mantive contato em outros momentos de minha estadia no Programa, como durante meu período como representante do corpo discente, entre outras ocasiões.

Aos professores Giralda Seyferth, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Ruy Moreira, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, pelas aulas dos respectivos programas às quais tive oportunidade de assistir como ouvinte.

À professora Maria do Rosário Salles, do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp, pelo auxílio prestado durante a realização da pesquisa, em especial quando de meu comparecimento ao I Simpósio “Novos Imigrantes e Desenvolvimento Industrial no Pós Segunda Guerra”, no ano de 2006.

A Julio César Ferreira Santos, por ter me abrigado no CRUSP quando fui pesquisar na biblioteca da FFLCH, na Universidade de São Paulo.

À funcionária Alice, por sua gentil dedicação ao serviço e por todo o incentivo dado à realização desta dissertação.

Aos demais que possam ter contribuído de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho e que tenham sido eventualmente omitidos.

“Três coisas nunca voltam: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”.

Ditado chinês

RESUMO

Esta dissertação analisa textos publicados em periódicos de Geografia no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início do Regime Militar no Brasil, relacionados direta ou indiretamente com as questões referentes às políticas migratórias brasileiras. A partir dessa análise, procura-se fornecer subsídios que auxiliem numa melhor compreensão do debate referente a essas questões no período abrangido, enfocando o papel dos geógrafos e demais intelectuais ligados à discussão desses temas.

A primeira parte deste trabalho, portanto, se ocupa da contextualização histórica dos debates em torno das políticas migratórias brasileiras, abarcando o momento histórico imediatamente anterior do Estado Novo e as questões demográficas do período estudado, bem como a dinâmica migratória do pós-Segunda Guerra Mundial. A seguir, há a análise propriamente dita dos artigos dos periódicos de Geografia analisados, o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os boletins das filiais da AGB (Associação Brasileira de Geógrafos) do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O texto se divide em quatro capítulos, sendo que o primeiro consiste em considerações sobre as políticas migratórias adotadas durante o Estado Novo e as transformações demográficas do pós-Segunda Guerra, até o ano de 1964. O segundo capítulo aborda a imigração para o Brasil ocorrida entre 1945 e 1964. No terceiro capítulo há a análise do debate das políticas migratórias nos periódicos de Geografia, enfocando abordagens sistemáticas de políticas de imigração, o que se segue ao estudo dos temas recorrentes a esse debate, que é visto em maiores detalhes no último capítulo.

ABSTRACT

This dissertation examines texts published in journals of Geography in the period between the end of the Second World War and the beginning of the military regime in Brazil, related directly or indirectly with issues relating to Brazilian immigration policies. From this analysis it seeks to provide subsidies that help in a better understanding of the debate concerning these issues in the period, focusing on the role of geographers and other intellectuals linked to the discussion of these topics.

The first part of this paper, therefore, deals with the historical context of the discussions on the immigration policies of Brazil, covering the historic moment immediately before the Estado Novo and population issues of the period studied, as well as the dynamics of the immigration post-Second World War. Then there is the proper analysis of articles in the journals of Geography reviewed, the *Boletim Geográfico* and the *Revista Brasileira de Geografia* from the IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) and the bulletins of the subsidiaries of AGB (Associação Brasileira de Geógrafos) of Rio de Janeiro and Sao Paulo.

The text is divided into four chapters, being the first of considerations on the immigration policies adopted during the Estado Novo and the changing demographics of the post-Second War, by the year of 1964. The second chapter deals with immigration to Brazil occurred between 1945 and 1964. In the third chapter there is the analysis of the debate on the immigration policies in the journals of Geography, focusing on systematic approaches to immigration policies, which follows the study of recurring themes in this debate, which is seen in greater detail in the last chapter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 - OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS E DEMOGRAFIA NO BRASIL: DO ESTADO NOVO A 1964.....	12
1.1 - A política imigratória brasileira no contexto do Estado Novo.....	14
1.2 - Transformações demográficas no período da redemocratização	22
2 – IMIGRAÇÃO NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	27
2.1 – Expectativas no pós-Segunda Guerra e a questão dos refugiados	30
2.2 – Correntes imigratórias para o Brasil no Pós-Segunda Guerra (1945-1964).....	35
3 – O DEBATE DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA SEGUNDO OS PERIÓDICOS DE GEOGRAFIA.....	42
3.1 – Debates e avaliações sobre o período anterior ao fim da Segunda Guerra.....	45
3.2 – Debates e perspectivas sobre o período do pós-Segunda Guerra.....	54
4 – TEMAS RECORRENTES NO DEBATE DAS POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS	73
4.1 - A imigração e os problemas da terra: povoamento e colonização no contexto sócio-econômico do Brasil.....	74
4.1.1 – Colonização e questão fundiária.....	83
4.1.2 – Imigração e técnicas agrícolas	91
4.2 – O imigrante (in)desejado no pós-Segunda Guerra.....	98
4.2.1 – Imigração e economia: o campo ou a cidade?	100
4.2.2 – Imigração e questão racial	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
Livros e artigos referenciados	122
Artigos dos periódicos analisados	125

Introdução

As políticas imigratórias brasileiras foram já alvo de diversos estudos. Contudo, esses trabalhos tendem a se concentrar ou em períodos de maior intensidade dos fluxos imigratórios para o Brasil, como a segunda metade do século XIX, ou em épocas de controle mais intenso desses fluxos pelos agentes estatais, como foi verificado a partir da década de 1930, até o fim do Estado Novo. Outros momentos, caracterizados pelo relativo declínio da imigração ou por um interesse relativamente menor dos agentes do Estado por essas políticas, tendem a ficar em segundo plano no conjunto dessas análises.

Este é o caso do período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960, até o golpe militar de 1964. Ainda que existam trabalhos enfocando o pós-Guerra imediato no Brasil, em especial a questão dos refugiados, pode-se dizer que são de menor montante, se comparados à produção sobre outros momentos históricos. A presente dissertação pretende colaborar para uma melhor compreensão do debate imigratório do período assinalado, numa perspectiva baseada no material referente a essas questões então publicado nos periódicos de Geografia. Pretende também assinalar a participação da Geografia como disciplina que reage às demandas políticas do momento através da produção e veiculação de diagnósticos e proposições de intervenção.

Procura-se, assim, um meio de análise da participação dos geógrafos e demais intelectuais que tenham abordado questões tidas como relevantes por esses periódicos nos debates relacionados às políticas imigratórias brasileiras ocorridos no período do pós-Segunda Guerra, a partir do estudo dos artigos ligados direta ou indiretamente a essa discussão. Mesmo não sendo esse conjunto de artigos equivalente à produção total dos geógrafos e escritores afins do período, ele é bastante significativo das questões de maior interesse por parte desses autores e das instituições responsáveis pela publicação desses trabalhos.

Portanto, esta dissertação tem como objetivo investigar o papel dos periódicos de Geografia no debate das questões voltadas às políticas imigratórias brasileiras no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e a queda do regime democrático no Brasil em 1964. Desta forma, espera-se colaborar para uma melhor compreensão da participação dos geógrafos e demais intelectuais de alguma forma ligados à discussão de temas geográficos nessas discussões.

Para alcançar tal meta, o presente trabalho procura fazer a contextualização histórica da discussão das políticas imigratórias brasileiras no período do pós-Segunda Guerra Mundial, o que torna necessária não apenas uma abordagem das questões relacionadas à imigração e demografia desse recorte temporal, como também uma breve recapitulação da política imigratória do Estado Novo, período imediatamente anterior, cuja influência se faria sentir mesmo após o seu término.

O primeiro capítulo consiste em observações sobre políticas imigratórias e demografia no Brasil. A sua primeira subdivisão consiste numa breve discussão sobre a política imigratória do Estado Novo, permitindo a abordagem de questões que ressoam no período focado por esta dissertação. A subdivisão seguinte trata das transformações demográficas ocorridas no país no período de redemocratização iniciado no final de 1945, procurando fornecer alguns dados que permitam uma melhor compreensão das mudanças no enfoque das políticas demográficas nesse período.

O segundo capítulo se ocupa da imigração efetivamente realizada e das perspectivas relativas à mesma no pós-Segunda Guerra. Em sua primeira subdivisão, há uma breve análise das expectativas relativas à imigração no pós-Segunda Guerra imediato, bem como da questão dos refugiados. Na segunda subdivisão, encontra-se uma abordagem do histórico das principais correntes imigratórias para o Brasil verificadas no período entre 1945 e 1964.

A contextualização realizada nesses dois primeiros capítulos é feita principalmente a partir de fontes secundárias, a partir da leitura de trabalhos de outros autores, referentes ao debate das políticas imigratórias do Estado Novo e ao período do pós-Segunda Guerra. No entanto, também são eventualmente utilizadas informações disponíveis em alguns dos artigos do período, que desta forma além de objetos de análise também se apresentam como fontes primárias para a contextualização.

Em seguida, inicia-se a análise dos artigos dos periódicos, introduzida por uma breve abordagem das questões referentes aos periódicos relativos à pesquisa, justificando-se a sua utilização de acordo com os interesses desta dissertação. Assim, o terceiro capítulo apresenta os periódicos de Geografia utilizados neste trabalho e se ocupa dos debates sobre políticas imigratórias neles realizados.

Na sua primeira subdivisão, há uma breve análise dos debates e avaliações sobre as políticas imigratórias do Brasil antes do final da Segunda Guerra Mundial, a

título de contextualização. O objetivo principal desta dissertação se encontra ligado ao debate das políticas imigratórias brasileiras do pós-Segunda Guerra. Este é efetivamente encontrado na segunda subdivisão do terceiro capítulo, que se concentra nas propostas sistemáticas de políticas imigratórias para o Brasil do pós-guerra encontradas nos periódicos do período.

O debate das políticas imigratórias do pós-Segunda Guerra não se limitou aos sistemas propostos por alguns dos autores do período, sendo encontrado também num grande número de trabalhos ligados direta ou indiretamente à discussão de questões relativas à dinâmica imigratória. O quarto capítulo se dedica ao debate desses temas, recorrentes ao longo do período de estudo, encontrados tanto nos artigos propositivos de políticas de imigração como em outros trabalhos.

Tais temas podem ser divididos em dois eixos principais, ao longo dos quais se organizam as duas principais subdivisões do capítulo, que por sua vez se dividem em outras partes das quais é mais conveniente tratar no referido capítulo. O primeiro eixo temático se refere às relações entre a imigração e os problemas da terra, ou seja, os processos de colonização, estruturação fundiária e mesmo a discussão da modernização das técnicas agrícolas no período. O segundo eixo diz respeito aos diferentes perfis dos imigrantes, tidos como desejáveis ou indesejáveis de acordo com suas características particulares, num debate em que foram considerados tanto fatores de ordem profissional como outros elementos, particularmente as questões ligadas à idéia de raça.

Os dois últimos capítulos se diferem dos primeiros no sentido de que, para seu desenvolvimento, é primordial o uso de fontes primárias, ou seja, os textos pesquisados nos periódicos de Geografia utilizados nesta pesquisa. Eventualmente, outras fontes são mencionadas, de acordo com as necessidades do desenvolvimento do trabalho, ainda que esses capítulos se baseiem fundamentalmente na análise dos textos do período em questão.

1 - Observações iniciais sobre políticas imigratórias e demografia no Brasil: do Estado Novo a 1964

A partir de 1937, até 1964, o Brasil passou por dois períodos bastante distintos em termos políticos. O primeiro foi a ditadura do Estado Novo (1937-1945), regime surgido num período em que regimes totalitários se consolidavam em países europeus e doutrinas políticas como o fascismo exerciam crescente influência sobre significativos setores da sociedade. O segundo foi o subsequente período da redemocratização, que se estenderia de 1945 até 1964, interrompido por um golpe militar, que se enquadrava no contexto mundial da Guerra Fria. Esta se manifestava, entre outras formas, a partir do apoio a rupturas da ordem democrática em diversas partes do planeta.

A despeito da aparente dessemelhança entre esses dois períodos históricos, vemos que, no contexto das políticas imigratórias brasileiras, é possível identificar uma certa continuidade entre eles. O que se deve não só ao lento processo de transformação de determinados órgãos públicos diretamente ligados à questão da imigração para o Brasil, como também ao fato de que indivíduos atuantes no debate durante o período, tanto no setor público como nos meios acadêmicos, se manteriam presentes, de uma forma ou de outra, durante a redemocratização.

Por outro lado, é preciso ressaltar que essa continuidade não pode ser confundida com perenidade, até porque esses órgãos públicos e agentes interessados vão sendo gradativamente substituídos ou postos de lado. Isso se insere num contexto que se confundiria com a própria modificação do paradigma demográfico brasileiro. Assim, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial a questão da imigração estrangeira perderia importância no quadro nacional para outras questões, como a intensificação da urbanização e das migrações internas. É preciso notar que não ocorreria a substituição pura e simples da imigração pelas migrações internas, e sim o crescimento das mesmas num quadro em que os fluxos imigratórios para o Brasil seguiriam uma frequência errática, variando ao longo do tempo e quanto às áreas de origem.

Dentro desse contexto, era de se esperar, nos meios acadêmicos, um declínio do interesse na questão imigratória, concomitante com uma diminuição nos estudos publicados em periódicos ligados às áreas do conhecimento ligadas a essa questão. No entanto, pelo menos nos principais periódicos nacionais de Geografia, não se

verificou um declínio tão acentuado na publicação de artigos ligados à questão imigratória. Apesar disso, é possível dizer que, em linhas gerais, a preocupação com o debate da política imigratória em si seria em parte eclipsada pelo estudo da imigração já ocorrida, com ênfase no estudo do impacto da mesma no Espaço brasileiro.

O presente capítulo se dedica à contextualização histórica do período enfocado no que respeita à política imigratória do Brasil, assinalando continuidades e descontinuidades nesse particular. O primeiro subcapítulo (1.1) é voltado para a compreensão das políticas imigratórias brasileiras praticadas e idealizadas no contexto do Estado Novo, período em que o debate das questões a elas voltadas se inseriu com certo destaque nas discussões nacionais. Isso redundou num quadro que gerou repercussões sentidas posteriormente, em particular no período imediatamente seguinte e alvo principal deste estudo. É importante também considerar as transformações demográficas ocorridas no período para uma melhor compreensão do debate das questões imigratórias durante a redemocratização pós-Estado Novo, o que será visto no segundo subcapítulo (1.2).

1.1 - A política imigratória brasileira no contexto do Estado Novo

É impossível tecer considerações sobre a política imigratória brasileira do Estado Novo sem compreender as condições nacionais e internacionais do seu momento histórico. A consolidação de regimes totalitários em vários países do continente europeu, concomitante à crise econômica mundial ocorrida ao longo dos anos trinta, criou todo um contexto desfavorável aos fluxos migratórios internacionais, devido às restrições impostas tanto por países de imigração como de emigração. Em conjunto com isso, a disseminação, nas Américas, de teorias discriminatórias de caráter racista e eugenista se mostraria como outro fator dissuasor da imigração fomentada pelo avanço nazi-fascista sobre a Europa. Finalmente, a Segunda Guerra Mundial seria por si só um poderoso empecilho ao livre-trânsito dos migrantes internacionais, gerando também ansiedade e uma série de especulações quanto ao futuro da imigração.

Do ponto de vista político, o Estado Novo se iniciou como um golpe claramente inspirado pelas experiências fascistas na Europa, fato que se refletiu não apenas a partir do nome adotado, idêntico ao da ditadura salazarista em Portugal, como na elaboração de leis no período, a começar pela Constituição, inspirada na sua similar da Polônia autoritária, a dita “Polaca”. Outro exemplo foi a legislação trabalhista adotada, a até hoje válida CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, inspirada na legislação similar da Itália de Mussolini. Por outro lado, é sempre válido lembrar que o Estado Novo, assim como sua predecessora, a Revolução de 30, não se sobrepunha a um regime democrático, como ocorreu na maior parte da Europa, mas sim ao sistema de governo excludente e oligárquico que marcara o período da República Velha, atendendo de certa forma à demanda de certos grupos sociais por uma guinada autoritária.

Num contexto desses, não causa espanto que ideais ligados à questão da raça fossem tidos em alta conta por diversos elementos nos meios políticos e acadêmicos. Até porque, como aponta Seyferth (1999), a idéia de raça serviria de base para a construção de um mito da homogeneidade nacional possível no futuro, com a imigração vista como instrumento nesse processo. Ainda que o grupo mais diretamente inspirado nos ideais fascistas então atuante, os integralistas, fosse visto com desconfiança pelo governo de Vargas, outros indivíduos com idéias semelhantes, porém politicamente mais submissos, foram acolhidos dentro da

máquina governamental da época.

No caso particular da imigração, o CIC (Conselho de Imigração e Colonização) começou a funcionar efetivamente em 1938, vinculado ao gabinete da Presidência da República. Esse conselho era composto por sete membros, nomeados pelo presidente da República, entre representantes de diversos ministérios e órgãos de governo, como o Ministério das Relações Exteriores comandado por Oswaldo Aranha, cujo porta-voz no CIC era João Carlos Muniz. Outro conselheiro, Arthur Hehl Neiva, representante do Departamento de Polícia do Distrito Federal, se destacou em sua atuação, mais independente que a dos demais representantes (KOIFMAN, 2002).

Entre as atribuições do CIC estava o controle da entrada de estrangeiros, bem como o monitoramento das comunidades já existentes, sendo que suas resoluções tinham força praticamente de lei. Esse órgão discutiu todas as políticas nacionalistas aplicadas na época, como as proibições de publicações de jornais exclusivamente em idiomas estrangeiros, bem como as demais estratégias adotadas no sentido de limitar manifestações culturais ditas não brasileiras, servindo como um fórum para os demais ministérios e órgãos interessados no trato das questões ligadas à imigração, a partir do que se levantaria a bandeira da nacionalização dos “quistos étnicos”, exercitada ao longo do Estado Novo (KOIFMAN, 2002).

Tal política foi marcada por práticas vislumbradas desde o século XIX, dentre elas a busca por coibir qualquer manifestação de etnicidade considerada como uma ameaça ao ideal da suposta “homogeneidade nacional”. Para isso, foram tomadas medidas como o fechamento de escolas particulares em que as aulas fossem ministradas em outras línguas que não o português, dentre outras restrições. Estas visaram desde banir o uso público desses idiomas até mesmo mudanças no sistema de serviço militar, sendo que em regiões com contingentes consideráveis de imigrantes e descendentes era comum que os recrutas fossem levados a servir em outros lugares, dentre eles a Capital Federal. Por sua vez, nas áreas identificadas como “quistos étnicos”, o Exército procuraria implantar batalhões compostos predominantemente com soldados de outras regiões do país, como o Nordeste, com o objetivo de criar um cenário mais favorável ao “abrasileiramento” (SEYFERTH, 2005).

Essas políticas se enquadravam no ideal da busca de uma identidade nacional a ser conquistada não apenas através do processo de homogeneização

cultural, como, pelo menos na opinião de muitos dos agentes envolvidos nos processos ligados à questão da imigração, à questão do desenvolvimento de uma “raça” brasileira. Esta se daria a partir da definição de um biotipo homogêneo a ser formado dentro de um processo de “branqueamento” da população, a ser conseguido através da infusão de elementos tidos como desejáveis no conjunto da população. Esse processo seria pautado tanto pela imigração oriunda da Europa a ser selecionada cuidadosamente dentro dos parâmetros desejados, como pelo caldeamento desses elementos com o restante da população brasileira, num processo a ser regido dentro dos princípios da eugenia, tão em voga na época (MOTA, 2003).

Como uma das evidências dessa tendência favorável à busca do branqueamento da população brasileira, pode-se apontar o Decreto-Lei 7.967/45, que diz textualmente:

Art. 2^o: Atender-se-á, na admissão de imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia.¹

Evidenciava-se, assim, todo um contexto de favorecimento da visão da imigração européia como solução para o “problema racial brasileiro”. Tal concepção estava presente não apenas em muitos dos estudiosos do período, como também de boa parte dos agentes governamentais da época. Essa tendência podia ser percebida no cerceamento à vinda de refugiados judeus da Europa durante a Segunda Guerra Mundial (LESSER, 1995), bem como em toda a campanha contrária de que foi alvo a imigração japonesa.

É importante salientar que essa lei não foi a única no período republicano a demonstrar discriminação por raça ou local de origem no que se refere à legislação imigratória, sendo precedida, entre outras, pelo Decreto 528, de 1890. Essa lei, efetivada pouco tempo depois da proclamação da República, vedaria a imigração dos nativos da Ásia e da África, salvo autorização do Congresso, com uma redação ligeiramente mais sutil se comparada à posteriormente delineada na legislação estadonovista². A questão racial se manteve como um elemento presente nas

1 Mencionado em NEIVA, Artur Hehl. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 249-270, abr./jun. 1947, p. 268

2 Esse ponto merece algum destaque, dadas as tendências atuais à negação da discriminação racial promovida pelo governo brasileiro durante a República, por parte de articulistas da imprensa como Ali Kamel e Demétrio Magnoli. No artigo “Você acredita em raças?” publicado no jornal “O Estado de São Paulo” de 12/07/07, Demétrio Magnoli diz textualmente que “O Brasil não produziu leis raciais desde a Abolição, o que nos libertou do problema de associar cada pessoa a um grupo

políticas de imigração republicanas, o que se refletiu no debate imigratório através das manifestações de diferentes formas de racismo, eventualmente alvo da discordância de alguns autores.

Caso seja realizada a análise de momentos de importância crucial na história brasileira, tais como o período por ora analisado, percebe-se a atuação determinada de setores influentes do Estado e de outros setores da elite brasileira, tais como grandes proprietários e intelectuais da academia. Estes tinham objetivos ora antagônicos ora concomitantes, de modo a defenderem seus interesses dentro do campo da política de imigração, em geral em detrimento dos interesses não só do trabalhador nacional como dos imigrantes, principalmente nos casos em que um e outro pertenciam a um grupo tido como indesejável dentro dos paradigmas que se propunham. Grupos esses que não poucas vezes seriam delineados a partir da idéia de raça.

O período de vigência do Estado Novo coincide, em sua maior parte, com o maior conflito do século XX, a Segunda Guerra Mundial, que comprometeu os fluxos de imigração que se destinavam ao Brasil. Desde o início da década de 1930 já se verificava, em escala mundial, um declínio dos fluxos migratórios internacionais, não apenas por restrições nos países emigrantistas como também pelo advento de leis favorecendo sistemas de cotas restritivas à imigração na maioria dos países receptores. Porém, o confronto na Europa, posteriormente levado a outras partes do planeta, iria colocar não apenas um freio aos fluxos migratórios voluntários, como também estabelecer novas problemáticas nos planos nacional e internacional.

No Brasil, o confronto entre o Eixo e os Aliados, entre os quais o país passou a se inserir (muito pela pressão exercida pelos Estados Unidos nesse sentido) iria levar a um cenário onde as comunidades de imigrantes oriundos dos países do Eixo eram vistas com desconfiança, o que afetaria em menor grau a comunidade italiana no Brasil, mas em maior escala alemães, japoneses e seus descendentes. Esses grupos foram alvo de ações governamentais no sentido de restringir seus contatos com os países de origem, de modo a coibir supostas atividades de espionagem e infiltração no território nacional, o que se somava ao temor preexistente aos “quistos étnicos” formados no país e mesmo à atuação desses imigrantes como “quintas-

colunas” de impérios expansionistas.

Havia também uma crescente pressão contra a atuação política desses imigrantes, tanto internamente como nas questões internacionais, o que não se limitava aos imigrantes dos países do Eixo. Um exemplo nesse sentido foi a pressão sobre os espanhóis que do Brasil apoiavam a Espanha Republicana contra o avanço do aparato fascista dos nacionalistas liderados por Franco, conflito em que, embora oficialmente a postura do governo do Estado Novo fosse de neutralidade, na prática se caracterizava por uma discreta “torcida” pelos fascistas espanhóis, até pela identificação existente entre os dois regimes (SOUZA, 2001).

A questão ideológica, considerada nesse contexto, estava na pauta dos formuladores e executores da política imigratória do Estado Novo. Aplicada ao perfil do imigrante que se buscava atrair ao Brasil, se atrelava à problemática da assimilação, conceito que no período teria tanto uma conotação cultural-ideológica quanto racial. Ainda que alguns estudiosos do período repudiassem a associação entre a assimilação cultural e a de raça, outros, como Arthur Hehl Neiva, defendiam a importância não apenas de uma assimilação cultural que abrangesse a afinidade ideológica, como também da assimilação racial que serviria como instrumento para a obtenção do tão sonhado “embranquecimento” da população brasileira (LENHARO, 1986).

O espectro da guerra fez com que, na maior parte do tempo, a política imigratória sonhada pelos diferentes elementos ligados ao governo ficasse mais no plano da especulação que na realidade. O que não os impediu de agir dentro das possibilidades da época. Assim, o fluxo de refugiados judeus que procuraram o Brasil como possível refúgio do nazismo foi em boa parte barrado pela atuação dos órgãos diplomáticos brasileiros, sob o beneplácito da maioria dos políticos e burocratas envolvidos nas questões referentes às políticas de imigração (KOIFMAN, 2002). Poucas vezes se levantaram em defesa da vinda desses refugiados, entre elas a do próprio Arthur Hehl Neiva, que entre seus argumentos favoráveis à vinda deles, apontava para o fato de que “o judeu é branco” (LENHARO, 1986).

A preocupação com a questão racial encontra-se diretamente ligada à discussão envolvendo o processo de formação da nacionalidade brasileira. Autores como Oliveira Vianna já tinham exaltado a importância do “embranquecimento” da população brasileira como uma das condições para a solução dos problemas brasileiros, apontando para a necessidade da intervenção estatal nesse sentido

(TAKEUCHI, 2002). Aliado a esse discurso, temos o avanço das vozes defensoras da eugenia, que buscando barrar possíveis portadores de características desagradáveis do ponto de vista médico, preconizavam a adoção de uma política eugenista de imigração, diretamente ligada à seleção racial, já que determinados grupos raciais eram vistos como mais vulneráveis a moléstias de corpo e mente que outros (LENHARO, 1986).

As leis do período refletiram essas opiniões, gerando um quadro que, ironicamente, seria desfavorável do ponto de vista quantitativo para a imigração. O sistema de cotas adotado a partir de 1934 restringia os fluxos migratórios por país ao máximo de 2% do total de imigrantes vindos para o Brasil nos 50 anos anteriores (VAINER, 2000). Isso gerava um quadro desfavorável ao contingente cuja imigração mais aumentava na época, os japoneses, o que não certamente não desagradava aqueles que os viam como indesejáveis do ponto de vista étnico, e tinham manobrado para criar uma regra que desfavorecesse esse fluxo, iniciado no final da primeira década do século XX. Por outro lado, essa situação atingia os interesses daqueles que buscavam uma imigração voltada para a atração de mão-de-obra agrícola, papel ao qual se prestavam os japoneses, mas que não era exatamente o buscado pela maioria dos portugueses que aqui aportavam, ainda que alguns ainda acreditassem nessa possibilidade.

O predomínio da visão racista da imigração como veículo do embranquecimento, que tinha como um de seus pontos principais o bloqueio aos grupos indesejáveis (os não-brancos em geral), terminara por servir de impedimento a um fluxo migratório que atendia a outra das demandas no discurso que predominava desde o Império: o do imigrante como trabalhador rural. Ainda que durante o Estado Novo já se levantassem vozes contrárias à restrição da imigração somente para agricultores (AZEREDO, 2004), a ênfase no seu papel de mão-de-obra no campo não pode ser ignorada nesse período. Ainda que, a partir da década de 1930, já se prenunciando o processo de urbanização do qual o Brasil seria palco nas décadas seguintes, os agentes ligados ao desenvolvimento das políticas migratórias viam na atração do trabalhador rural uma prioridade, não apenas por conta da demanda da grande lavoura, como também por conta da visão desse trabalhador como menos sujeito à “subversão” política.

A idéia de uma imigração oriunda basicamente dos países da Europa latina ganhou força nesse período. Esses países (Portugal, Espanha e Itália) não apenas

se caracterizavam por possuírem uma considerável população rural, da qual se originava boa parte dos fluxos migratórios provenientes desses países, como também se enquadravam no objetivo do “embranquecimento” almejado para a população brasileira. Não obstante, cabe ressaltar que o elemento urbano desses países, principalmente Espanha e Itália, mereceria algumas reservas devido a uma maior tendência ao envolvimento em movimentos políticos e sociais. Mesmo assim, devido à proximidade lingüística, “étnica” e religiosa desses países com o Brasil, a assimilação dos nacionais desses países era tida como relativamente simples, se comparada com o que ocorria com imigrantes de outras partes da Europa.

A possível colaboração de outras partes da Europa não era descartada, mas em geral o temor da formação dos “quistos étnicos” e da dificuldade de assimilação de grupos como os alemães ou mesmo outros povos da Europa Central fez com que eles fossem, na prática, considerados como uma segunda opção pelos debatedores das políticas imigratórias durante o Estado Novo. Por outro lado, é preciso considerar que, pelo menos no caso dos alemães, a imigração para o Brasil já não era mais tão relevante, tanto do ponto de vista dos deslocamentos da Alemanha para os demais países, como dentro do quadro de imigração para o Brasil.

Muito dessa discussão referente à política de imigração durante o Estado Novo seria relativo a meios de atrair fluxos migratórios que, naquele momento, mostravam uma tendência de queda no cenário mundial, ao mesmo tempo em que se procurava impedir a chegada de outros grupos interessados em vir para o Brasil, por conta dos padrões raciais desejados. Isso num contexto em que, dentro do governo ditatorial, os poucos oponentes à visão racista predominante pouco puderam fazer diante do quadro geral, embora em alguns casos iniciativas, que se poderia considerar como heróicas, lograram êxito no salvamento de refugiados judeus, ao ponto de contrariar ordens de instâncias mais elevadas de órgãos como o Itamaraty (KOIFMAN, 2002).

Os últimos anos do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial terminaram por assistir a pouca imigração efetiva e muita especulação quanto ao futuro dos fluxos migratórios. Assim, muito do que se escreveu no período versava quanto às expectativas em relação ao fluxo de refugiados que, conforme se supunha, viria das áreas então em conflito. Refugiados esses vistos, ora como elementos capazes de contribuir para o “embranquecimento” da população brasileira, ora como um grupo composto pelo que de pior a Europa destruída pela guerra teria a oferecer. É

importante notar que, naquele momento não se falava apenas em refugiados, mas também em “apátridas” e “deslocados de guerra”, termos que demonstram por si a diferença de enfoque dada a essa questão pelos diferentes interlocutores que dela trataram durante esse período.

O Estado Novo legou aos governos do período da redemocratização uma herança pesada no tocante às questões imigratórias. Não apenas leis e organismos de semblante autoritário persistiram nos anos seguintes, como também, devido tanto a isso como às dificuldades de um período histórico desfavorável, a imigração que se dirigiria ao Brasil no fim do Estado Novo e no período imediatamente subsequente foi uma pálida sombra do que tinha sido em outros momentos históricos. E, em comparação com o que ocorrera em boa parte do Segundo Reinado e da República Velha, jamais se recomporia na mesma escala de importância no quadro demográfico brasileiro.

1.2 - Transformações demográficas no período da redemocratização

O Brasil do pós-Segunda Guerra assistiu a uma série de transformações, não apenas no aspecto político, como também em termos econômicos e demográficos. O processo de redemocratização foi desencadeado pelo desgaste do governo de Vargas. Este, a despeito dos esforços de movimentos populares e de setores governamentais em torno do "queremismo", se viu derrotado pela oposição protagonizada pelos grupos oligárquicos aliados do poder em 1930, aliados a setores das Forças Armadas. Assim, a redemocratização não se deu em termos de uma maior participação das camadas populares na vida política do país, o que se refletiu na manutenção do veto ao voto dos analfabetos na nova Constituição. Da mesma forma, o intenso crescimento econômico que marcou boa parte desse período da história do Brasil não beneficiou da mesma forma todos os setores da população (FAUSTO, 2001).

Paralelo a esses processos, o ritmo do crescimento populacional se intensificou, acompanhando as tendências do restante da América Latina. No caso do Brasil, é possível apontar uma série de mudanças nas correntes populacionais. Entre elas, pode ser destacado o crescimento urbano, que levou ao predomínio da população das cidades sobre a das áreas rurais em determinadas partes do país, como descrito por Carone (1985). O mesmo autor lista o "decréscimo da imigração" e o predomínio das migrações internas entre as transformações demográficas do período compreendido entre 1945 e 1964.

No entanto, se é verdade que as cifras da imigração estrangeira perderam importância diante dos elevados números das migrações internas, apontar um mero declínio da imigração estrangeira seria uma simplificação da realidade. Se depois da Segunda Guerra Mundial a imigração perde importância frente à intensificação do crescimento vegetativo e das migrações internas, não deixa de ter alguma importância em termos absolutos. Além disso, é preciso ressaltar que, dentro do quadro histórico das imigrações, o período do imediato pós-Guerra representa um dos momentos mais ativos da imigração para o Brasil (SALLES, 2002).

Entre as explicações para esses processos, podemos encontrar a melhoria relativa das condições gerais de vida da população. A esse respeito, Carone (1985) aponta o fato de que, a partir de 1920, já seria possível verificar o "excesso de nascimentos em relação aos óbitos". Ainda por conta da melhoria das condições de

vida, seria possível verificar o aumento da proporção dos jovens no conjunto da população, no que o Brasil acompanharia a tendência verificada no restante da América Latina. Em termos da força de trabalho, verifica-se a manutenção de um baixo aproveitamento da mão-de-obra feminina, cuja média de aproveitamento se manteve entre 15% e 18% ao longo desse período. Igualmente desigual era a renda média comparada dos Estados brasileiros (CARONE, 1985).

A partir da disparidade de renda nas unidades federativas, é possível perceber como o desenvolvimento econômico do Brasil do pós-Guerra realizou-se dentro de parâmetros desiguais. Com isso, estabeleciam-se as condições para processos como a intensificação das migrações internas. Até 1930 os fluxos migratórios entre os estados se davam basicamente em torno da demanda das áreas de produção primária, em geral para a agricultura, mas não se podem desprezar casos como a migração de retirantes da seca no Nordeste direcionadas para a extração de borracha no interior da Amazônia (GUILLEN, 2000).

No entanto, a política de nacionalização do trabalho estimulada a partir da década de 1930 levaria não apenas ao aumento desses fluxos como também ao seu encaminhamento para as áreas urbanas, em atividades que exigiriam pouca ou nenhuma qualificação. Na década de 1940, a abertura de novas frentes agrícolas, como no Norte do Paraná e Goiás, indicaria novas direções para esses fluxos, que se ampliariam fortemente a partir das secas nordestinas dos primeiros anos da década de 1950 (CARONE, 1985). Note-se que a estrutura fundiária do Nordeste, calcada no latifúndio, teve um papel tão ou mais relevante na expulsão de trabalhadores das áreas rurais dessa região que propriamente o da seca.

Nesse contexto, estados do Centro-Sul brasileiro, como São Paulo, Paraná e Goiás, se destacaram como áreas de atração para os migrantes internos, estabelecendo-se assim duas vertentes para essa migração, uma voltada para as fronteiras agrícolas do país, e a outra direcionada para os centros industriais do Sudeste (SALES e BAENINGER, 2000). Esses migrantes eram provenientes dos estados do Nordeste e mesmo de áreas mais ao sul, como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Se no caso mineiro a grande disparidade entre as diferentes partes do estado explica, ao menos em parte, os motivos para seu enquadramento entre as áreas de expulsão, o Rio Grande do Sul merece uma explicação a parte. Nele, onde proporcionalmente à população total o saldo migratório negativo se apresentava

consideravelmente menor que nos estados do Nordeste, havia uma crescente demanda por novas áreas de cultivo por segmentos consideráveis de sua população rural. Isso se devia a fatores como o desgaste das áreas agrícolas tradicionais, bem como ao excessivo fracionamento das propriedades rurais nas áreas ocupadas a partir da colonização estrangeira, elementos que funcionariam fatores de expulsão.

Ainda dentro do quadro geral das áreas de atração e repulsão de imigrantes, há que se considerar o caso específico do então Estado do Rio de Janeiro, então separado da cidade do Rio de Janeiro. Se a cidade se apresentava como área de atração, as terras fluminenses eram marcadas por elevados índices de migração para outras partes do país, entre elas a capital federal. Note-se ainda que nesse período se realizaram iniciativas de colonização no entorno da cidade do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, depois eclipsadas pelo loteamento e ocupação intensiva dessas zonas por uma população que gravitava em torno da economia da metrópole carioca (CARONE, 1985).

Os fluxos migratórios internos do país terminaram por superar a imigração estrangeira como fonte de mão-de-obra para as áreas mais dinâmicas economicamente, num processo em que se assistia à intensificação do processo de urbanização no Brasil (SALES e BAENINGER, 2000). Esses fluxos migratórios não se limitavam aos deslocamentos entre estados, incluindo também fluxos dentro de um mesmo estado, com a expulsão de indivíduos das áreas rurais para as cidades. Isso era visível no Nordeste e em outras partes do Brasil, como Minas Gerais, por exemplo.

Muitos autores passaram a manifestar menos interesse no processo de entrada da mão-de-obra estrangeira, desviando seu foco de atenção para a questão das migrações internas. Assim, publicações como a Revista Brasileira de Geografia apresentavam em seus exemplares estudos relativos à dinâmica populacional de alguns dos estados brasileiros. Em geral, tais estudos se baseavam em dados como os obtidos pelos censos demográficos organizados pelo IBGE.

Embora esta não fosse uma regra, muitos dos estudos eram relativos a estados onde a imigração estrangeira cumpriu um papel significativo para sua formação demográfica, como o Paraná, também visado por se tratar de uma das fronteiras agrícolas do período do pós-Segunda Guerra. Porém, freqüentemente o enfoque estava ligado a outras questões de ordem demográfica que não a imigração estrangeira, que seria percebida a partir de uma perspectiva histórica, nesses

trabalhos, que demonstravam a contribuição da imigração passada para a formação populacional desses Estados.

Num desses trabalhos³ foi feita uma análise desses fluxos da década de 1940 até o período de sua publicação. Nele se apontam as duas modalidades de migração características do período, rural-urbana e a encaminhada das áreas agrícolas tradicionais para as novas fronteiras agrícolas. Esse artigo chama atenção para o papel da seca ocorrida em 1951 no agravamento do êxodo rural, apontando o ano de 1952 como um possível recorde para a migração interna contabilizada até então.

É interessante perceber que muitos estudos acadêmicos já apontavam, naquela época, a estrutura fundiária brasileira como um dos motivos para o incremento dos fluxos migratórios internos. No trabalho supracitado, por exemplo, ao se apontar para o baixo padrão de vida das regiões afetadas pela migração em massa, referindo-se especificamente aos estados afetados pela seca, a explicação dessa situação não se fundamentava na questão climática. Mais importante era a constatação de que essas zonas se situavam justamente nos estados e áreas de estrutura fundiária mais atrasada. Responsabilizava-se a defasagem das técnicas agrícolas e o predomínio das desumanas relações de produção típicas do sistema do latifúndio ausenteísta dominante nessas regiões⁴.

Mesmo com a permanência de tais condições, o incremento do processo de urbanização e industrialização verificado no Brasil a partir da década de 1950 faria com que a participação da população rural no país declinasse com o passar do tempo. O esgotamento do processo de ocupação das áreas de fronteira agrícola da época e a modernização das técnicas agrícolas, reduzindo a demanda por mão-de-obra no campo, fez com que se elevasse a migração interna de origem rural, que nos anos 50 alcançou um patamar de sete milhões de pessoas (SALES e BAENINGER, 2000).

É possível constatar que o incentivo à migração interna característico desse período, que se estende até os anos de 1960, foi marcado pela tentativa do controle das pressões demográficas nas áreas em crise. Durante os anos de 1950, a questão do “excedente de população” nas áreas de agricultura tradicionais e no semi-árido nordestino se manteve presente nos debates nacionais. Assim, os fluxos internos

3 MIGRAÇÕES INTERNAS. **Boletim Geográfico**, v. 11, n. 117, nov./dez. 1953

4 Idem

surgem como uma forma de amenizar a crise agrária da época, reduzindo a pressão dos trabalhadores sem acesso à terra e ao trabalho sobre a estrutura latifundiária dominante (VAINER, 2000).

As questões demográficas internas terminaram por se sobrepor às preocupações relativas à imigração estrangeira. Basta constatar que os sete milhões de migrantes internos dos anos 1950 representam um conjunto de fluxos migratórios superiores à soma de toda a imigração estrangeira cuja recepção seria registrada no Brasil entre os anos de 1872 e 1972 (SALES e BAENINGER, 2000), atingindo patamares ainda maiores na década de 1960. Assim sendo, boa parte dos estudos ligados à demografia brasileira se voltaram às questões relacionadas a essas migrações internas, que atraíam a atenção de políticos e de outros agentes sociais.

Apesar disso, as questões relacionadas à imigração estrangeira se mantiveram presentes nesse período do pós-Segunda Guerra. Ainda que em segundo plano dado o relativo declínio dos fluxos migratórios internacionais direcionados para o Brasil e o incremento da importância da dinâmica migratória interna, verificavam-se ainda fluxos imigratórios substanciais direcionados ao país. Além disso, esses fluxos continuariam a serem alvo de estudos quanto às suas características demográficas e de seu interesse para o país, como veremos nos capítulos a seguir.

2 – Imigração no Brasil e suas perspectivas no pós-Segunda Guerra Mundial

A história da imigração para o Brasil foi marcada por certa instabilidade no que se refere à dinâmica dos fluxos internacionais encaminhados para nosso país, refletindo não apenas as oscilações percebidas ao longo do tempo no cenário internacional como também os percalços resultantes das diferentes políticas e práticas implementadas quanto à atração e fixação dos imigrantes no território nacional. Essa instabilidade, por assim dizer, se demonstra no grande número de variações que podem ser percebidos na dinâmica dos fluxos migratórios, principalmente no tocante às oscilações do quantitativo de imigrantes que se encaminhariam ao Brasil ao longo dos anos, e à variedade de origens apresentadas pelos mesmos.

Mesmo considerando a recepção de fluxos imigratórios pela maior parte do país, em maior ou menor escala, tanto diretamente como por deslocamento posterior dos grupos originados pela imigração, a maior parte do contingente de imigrantes se concentrou nos estados do Sul e em São Paulo. O Rio de Janeiro também se apresentava como um destino relevante, apesar da maioria desse fluxo ter-se destinado à sua atual capital, que durante a maior parte da história brasileira foi, além de sede do governo federal, um importante pólo econômico.

A variação relativa à origem e quantidade dos imigrantes recebidos se deu dentro de certos limites. Esses foram condicionados tanto por fatores históricos que de certa forma estimularam a vinda de alguns grupos ao Brasil, quanto pela intervenção direta do Estado e demais agentes ligados à questão migratória, no sentido de estimular a vinda de alguns grupos e procurar limitar ou mesmo eliminar a possibilidade da vinda dos mesmos. Estímulos e restrições que, via de regra, foram motivados por políticas estabelecidas a partir de critérios de seleção racial. Vale notar, neste caso, a exceção notável dos japoneses, que dentro do contexto geral formam um dos principais contingentes imigratórios encaminhados ao Brasil, a despeito de toda uma combinação de discurso intelectual e esforço político para afastar esse fluxo de nosso país.

Quanto à variação quantitativa dos fluxos, percebe-se que a mesma ocorrera, em parte, por conta de questões internacionais, ligadas às variações cíclicas da economia, bem como às disputas políticas internacionais e o estabelecimento de regimes de governo restritivos quanto à entrada ou saída de pessoas de seus

respectivos territórios. Essa variação dos fluxos também era influenciada pelas pressões internas por mais ou menos imigrantes, de acordo com a demanda nacional por mão-de-obra, sujeita ainda às demandas relativas à origem e destinação dos mesmos. Em relação a isso, Bassanezi (1995) menciona a existência de quatro períodos de maior intensidade dos fluxos imigratórios encaminhados para o Brasil, separados por momentos mais curtos de queda acentuada.

O primeiro desses períodos, marcado por políticas de imigração subsidiada, notadamente de italianos, iria de 1886 a 1902, sendo concentrado em direção às lavouras cafeeiras do Oeste Paulista e terminando abruptamente por conta da proibição italiana da saída subsidiada de seus nacionais para o Brasil, através do Decreto Prinetti. O segundo, iniciado em 1906, se estenderia até o começo da Primeira Guerra Mundial, sendo basicamente motivado pela política de valorização do café e marcado pelo crescimento da imigração portuguesa e espanhola, bem como pela imigração japonesa em seus inícios.

Ainda segundo Bassanezi, o terceiro período foi do fim da Primeira Guerra Mundial até o final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, quando há um considerável aumento no volume da imigração portuguesa, bem como um crescimento no número de entradas de imigrantes de “outras nacionalidades” (notadamente oriundos do Leste Europeu e judeus), bem como os japoneses, ainda que isso ocorresse num período em que se encerrava a política de imigração subsidiada e ao mesmo tempo se iniciasse uma política mais restritiva à imigração. Por sua vez, o quarto período é aquele posterior à Segunda Guerra Mundial, quando ocorre um afrouxamento das restrições, com um volume total de entrada bem menor que o dos momentos anteriores.

A atenção deste capítulo está centrada no último período, que se inicia com o final da Segunda Guerra Mundial e se estende até os anos sessenta, apresentando características bem diversas em relação aos períodos anteriores.

Para uma melhor compreensão dessa dinâmica imigratória, o subcapítulo 2.1, apresenta as expectativas em relação ao período do pós-Guerra imediato, tratando das especulações feitas durante a Guerra e fazendo o contraste das mesmas com a imigração efetiva do pós-Guerra imediato, enfocando a questão dos refugiados.

O subcapítulo 2.2 expõe a questão da imigração no Brasil dentro do contexto da Guerra Fria, que se faz sentir pouco após o apagar das luzes do grande confronto mundial. Nele são tratadas questões ligadas aos fluxos imigratórios

para o Brasil mais relevantes no período, provenientes da Europa e da Ásia. No caso desse último continente, maior ênfase é dedicada à imigração japonesa.

2.1 – Expectativas no pós-Segunda Guerra e a questão dos refugiados

O período do Estado Novo foi marcado por uma acirrada discussão de temas ligados às políticas de imigração, num quadro em que as idéias ligadas à questão racial brasileira ganhavam destaque diante do delineamento dessas políticas. As idéias relativas à raça foram acompanhadas por outras formulações quanto ao perfil dos imigrantes que deveriam ser recebidos no Brasil, desde as questões culturais que podiam facilitar ou impossibilitar a assimilação desses grupos ao restante da população, como sua qualificação enquanto trabalhadores agrícolas. O perfil agrário era visto em geral como prioritário para os interesses brasileiros, num contexto em que diferentes preconceitos eram explicitados ou escamoteados, dependendo dos interlocutores.

É possível notar que, mesmo durante os combates da Segunda Guerra Mundial, que coincidiu com a maior parte da duração do regime do Estado Novo, já ocorriam debates quanto às possibilidades referentes à imigração, em particular a relacionada aos fluxos de refugiados ou “deslocados de guerra” partindo das áreas afetadas pelos conflitos. Tais debates tinham como referência tanto o contexto internacional como as possibilidades envolvendo o Brasil, por parte dos agentes interessados no planejamento das políticas imigratórias a serem adotadas assim que terminasse o conflito.

A esse respeito, Salles (2002) chama a atenção para as discussões, referentes aos “deslocados de guerra”, nas publicações oficiais do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) a partir da intensificação dos conflitos. Segundo a autora, podem ser identificadas duas correntes quanto à recepção dos refugiados, uma favorável e a outra contrária. Em geral, os argumentos de ambos os lados se baseavam na pretensa utilidade ou nos perigos supostamente inerentes ao seu acolhimento. Embora os defensores da vinda dos refugiados por vezes apontassem sua qualificação profissional como fator positivo e importante, nota-se que, assim como entre os contrários ao fluxo, suas proposições seguiriam freqüentemente uma lógica pautada por considerações de ordem eugênica e racial.

Tanto as objeções como as esperanças em torno do recebimento dos “deslocados de guerra” giravam em torno das características negativas ou positivas a serem assimiladas ao conjunto da população brasileira através da incorporação de tais contingentes. A suposta facilidade de assimilação de alguns grupos,

principalmente os imigrantes oriundos de países latinos, era vista como um fator a favor de seu recebimento, em oposição a outros casos. Os exemplos mais marcantes nessas discussões sobre recebimento de refugiados e imigrantes em geral estavam nos casos dos japoneses e dos judeus. Em relação aos segundos, autores da época chegavam a culpar seu comportamento “sectário” pela discriminação que sofriam, por inassimiláveis (AZEREDO, 2004).

O final da guerra não encerrou tais discussões, somadas às impressões resultantes do contato direto com a realidade da questão dos refugiados, provocada pelos deslocamentos populacionais relacionados à guerra, tanto aqueles diretamente motivados pelos embates, como os resultantes da reorganização geopolítica mundial. É verificável que, terminada a Segunda Guerra Mundial, a discussão sobre as questões relativas ao recebimento dos refugiados, dentro do contexto da imigração destinada ao Brasil, se manteve ativa pelo menos até o princípio da década de 1950 (AZEREDO, 2004).

Paiva (2000) mostra como a própria questão do total de refugiados da Segunda Guerra Mundial foi alvo de controvérsia. As estimativas do período variam entre 8 milhões até 70 milhões, dependendo da fonte. Com o final da Guerra, a maior parte desses contingentes retornou a suas regiões de origem, embora a O.I.R. (Organização Internacional de Refugiados) informasse em 1947 que cerca de um milhão de refugiados se mantinham nas zonas de ocupação aliadas na Alemanha e na Áustria, sendo que a maior parte deles não desejava retornar às suas áreas de origem. Assim, essa organização passou a se ocupar do encaminhamento desse contingente, tanto pelo repatriamento, como pela imigração para outros países (PAIVA, 2000).

O Brasil estava entre os países dispostos a receber parte dessa população, embora a questão fosse alvo de controvérsia internamente. Enquanto autores como Arthur Hehl Neiva defendiam a incorporação de ao menos parte desse contingente imigratório, outros, como Maurício de Medeiros, escreveram no sentido contrário, o que será visto com maiores detalhes nos próximos capítulos. Ainda assim, em 1947 o Brasil firmou um acordo com o “Intergovernamental Comitee on Refuges”, sediado em Londres, possibilitando o envio dos “deslocados de guerra” ao país, com destaque para o estado de São Paulo, que estabeleceu um convênio com o governo da União comprometendo-se a receber refugiados europeus (SALLES, 2004). No ano seguinte, o Brasil formou uma comissão mista com a O.I.R., novamente se

comprometendo a receber parte dos refugiados de guerra (PAIVA, 2000).

Nesse período, chegou a ser divulgado que o Brasil receberia cerca de 700.000 “deslocados de guerra”, o que não seria confirmado pelos fatos efetivos. Em 1949, os dados demonstravam que até aquele ano pouco mais de 19.000 refugiados foram encaminhados ao Brasil (PAIVA, 2000). Em geral, o que se percebe é que o governo brasileiro se concentrou na atração de um perfil específico de refugiado: indivíduos qualificados para o trabalho em atividades urbanas, tanto industriais como ligadas ao setor de serviços, como médicos e professores universitários (PAIVA, 2000 e SALLES, 2004). Isso contradizia, até certo ponto, os interesses de elementos ligados à execução das políticas imigratórias do governo nacional, que insistiam numa visão voltada para a vinda de imigrantes destinados às áreas rurais (VAINER, 2000).

Sobre a persistência dessa estratégia priorizando a imigração relacionada ao campo, Vainer (2000) comenta que a mesma se manteve presente nas discussões sobre políticas imigratórias, quando não predominante, nos dez anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial. Deve-se ressaltar aqui que a imigração efetiva de refugiados da guerra para o Brasil foi bem menor que a prevista. Além disso, terminado o conflito, contingentes migratórios oriundos de outras partes da Europa, como Portugal e Espanha, países não diretamente afetados pela guerra, voltaram a se encaminhar ao Brasil. Da mesma forma, a esses fluxos se somavam os grupos oriundos de áreas afetadas pelo conflito que, contudo, não vinham como refugiados.

Salles (2002) afirma que, nesse momento, os deslocados de guerra teriam uma expressão numérica muito menor que desses outros contingentes, dos quais os mais importantes em quantidade, pela ordem, foram os portugueses, italianos e espanhóis. Tradicionalmente, esses grupos de imigrantes se originavam de áreas rurais, embora não se encaminhassem necessariamente ao campo brasileiro, principalmente no caso dos portugueses.

No caso brasileiro, o fluxo de refugiados chama menos atenção por seu volume do que pela discussão que se travou em torno de sua aceitação ou rejeição. Ainda que se tratando de uma imigração distinta dos demais fluxos encaminhados ao Brasil no pós-Segunda Guerra, a recepção desses refugiados obedeceu à mesma lógica econômica que regeu a vinda desses grupos (PAIVA, 2000). Dessa forma, a visão agrarista que privilegiava a imigração para o campo se veria contrariada pela emergência de novos interesses, ligados ao desenvolvimento de

parques industriais em países até então tidos de economia agrária, como o Brasil.

É preciso também apontar para o fato de que parte dos refugiados foi encaminhada para a agricultura. Num primeiro momento, como empregados em grandes e pequenas propriedades. Tais iniciativas esbarraram em obstáculos como a não-qualificação de parte considerável dos imigrantes encaminhados para esse tipo de trabalho, bem como a insatisfação dos trabalhadores com as condições de vida encontradas, muitas vezes num patamar inferior ao que tinham antes da guerra. Além disso, os agrupamentos familiares encaminhados para essas atividades em geral apresentavam poucas pessoas aptas ao trabalho. A impossibilidade desses trabalhadores se transformarem em pequenos proprietários rurais também era uma fonte de insatisfação (SALLES, 2004).

Note-se que, significativamente, a maioria dos refugiados recebidos pelo Brasil entre 1947 e 1951 foi alojada no estado de São Paulo (cerca de 51% do total), sendo que parte expressiva desses se alojou na capital do estado. Outras áreas significativas de recepção foram os estados do Paraná (quase 21%), Rio Grande do Sul (8,8%) e o então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, com 7,7% do total de refugiados. A preponderância de São Paulo está diretamente ligada às ofertas de trabalho nesse estado, devidas à carência de mão-de-obra especializada no seu processo de expansão industrial (SALLES, 2004).

Quanto à origem dos refugiados, é notável a preponderância de indivíduos provenientes da Europa Central e Oriental. Salles (2004) informa que em sua análise por amostragem dos refugiados recebidos entre 1947 e 1949, há o predomínio de poloneses, ucranianos, baltas, húngaros, e russos. Entre os motivos identificados para o deslocamento desses contingentes, destacam-se as questões políticas, com a maior parte proveniente de países que após a guerra passaram a pertencer ao bloco socialista. Como será visto em maiores detalhes mais adiante, a propalada “resistência ao comunismo” desses refugiados foi citada, por Arthur Hehl Neiva, como um fator positivo para a sua recepção⁵.

Vale notar que a entrada desses refugiados declinou com alguma rapidez, pois se Paiva (2000) aponta a recepção de cerca de 19 mil imigrantes até o ano de 1949, vê-se em Salles (2004) que o total de imigrantes “deslocados” recebidos pelo

5 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950. Transcrito da Revista Brasileira dos Municípios, nº 6, abr./jun. de 1949

Brasil entre 1947 e 1951 foi de pouco mais de 22 mil pessoas. Com isso, pode-se inferir que entre 1949 e 1951 entraram no Brasil em torno de 3 mil refugiados da guerra. Após esse período, a imigração para o Brasil passou a se apoiar em acordos assinados com países de emigração (SALLES, 2004).

Somados à imigração voluntária, esses acordos foram os responsáveis pela maior parte da imigração dirigida ao Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial, o que é analisado no próximo subcapítulo, referente às principais correntes imigratórias recebidas pelo Brasil no Pós-Segunda Guerra Mundial.

2.2 – Correntes imigratórias para o Brasil no Pós-Segunda Guerra (1945-1964)

Conforme ressaltado por Salles (2002), o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1960 corresponde a um dos períodos de maior intensidade de entrada de imigrantes no Brasil. No entanto, por esse fluxo ser menos intenso em comparação como o verificado em outros momentos históricos, é muitas vezes deixado em segundo plano nas análises brasileiras sobre imigração. Apesar disso, as especificidades desse conjunto de correntes imigratórias tornam interessante um estudo mais detalhado do mesmo, dada a sua contextualização num momento em que se acentuava o processo de industrialização brasileiro.

Entre outros fatores, aponte-se que esse era um período de muitas expectativas quanto à retomada de um fluxo imigratório mais intenso, em contraste com as quedas verificadas a partir das restrições à imigração iniciadas na década de 1930 e exacerbadas pela ruptura provocada pelo conflito mundial na década seguinte. A análise dos dados quantitativos mostra que entre 1940 e 1969⁶, entraram no Brasil, entre imigrantes subvencionados e espontâneos, cerca de 890 mil pessoas, equivalendo a aproximadamente 16,7% do total de imigrantes vindos para o país entre 1872 e 1972 (LEVY apud BASSANEZI, 1995). Com isso, pode-se observar o fato de que, embora numa proporção menor que a verificada em outras épocas, a imigração desse período tem sua relevância no histórico imigratório brasileiro.

Outra questão importante são as especificidades no perfil de imigrante predominante nesse período. Se, até a década de 1930, se verificava o predomínio de imigrantes voltados para o trabalho rural, no pós-Segunda Guerra a imigração com destino urbano terminou por se mostrar predominante (SALLES, 2002). Ainda que essa não seja uma regra geral, vale notar que Klein (2000) aponta os imigrantes qualificados desse período como mais sujeitos a retornar aos seus países de

6 Devido à forma de organização dos dados nas tabelas de LEVY, Maria Stella, "O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972", Revista de Saúde Pública, n. 8 (supl.), 1974 utilizadas no artigo "Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo", de BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo, não foi possível agrupar os mesmos de modo a corresponder ao período exato de abrangência desta dissertação. Contudo, considerando que durante a Segunda Guerra Mundial a migração internacional para o Brasil se manteve irrisória e que a década de 1960 marca o declínio do surto imigratório do pós-Segunda Guerra, esses dados são bastante ilustrativos. É importante destacar que a maior parte dessa imigração se deu entre 1950 e 1959, período em que se registrou a entrada de 583.068 imigrantes no Brasil, o que equivale a pouco mais de 10% do total de imigrantes vindos para o país entre 1872-1972.

origem, a partir da melhora das ofertas de trabalho verificadas na Europa Ocidental a partir do final da década de 1960.

O período apresenta um perfil específico em relação às origens nacionais dos imigrantes recebidos. Ainda que a imigração proveniente dos países latinos do sul da Europa (Portugal, Itália e Espanha) tenha mantido um papel importante, verifica-se a importância da imigração vinda da Ásia, tanto a japonesa quanto contingentes menores vindos da Coreia do Sul. O período foi também marcado pela assinatura de diversos acordos entre o Brasil e países de emigração, bem como com organismos internacionais, para o fomento da imigração direcionada ao país (SALLES, 2002).

Entre estes, além daqueles diretamente ligados à questão da recepção de refugiados de guerra, se destaca o assinado entre o Brasil e a Itália em 1950. No mesmo ano também se assinou um acordo no mesmo sentido entre o Brasil e os Países Baixos. O mesmo foi feito com a Espanha, dez anos depois, em 1960 (SALLES, 2002), seguido por acordo firmado entre o Brasil e o Japão no ano de 1963⁷. Além dos acordos realizados com esses países emigrantistas, o Brasil assinara diversos acordos com o CIME (Comissão Intergovernamental para as Migrações Europeias), conforme menciona Marinho (1964).

Em comum a todos os acordos, a preocupação com o nível de qualificação e o encaminhamento a ser dado aos imigrantes que se deslocavam em direção ao Brasil. Ao contrário do que se verificou em outros momentos históricos, predominavam trabalhadores qualificados. Em alguns casos estes se dirigiam ao trabalho no campo, em iniciativas de colonização, mas na maioria das vezes encontravam inserção em atividades urbanas, num processo que acompanhava as transformações econômicas e demográficas pelas quais passava o Brasil.

Tal processo se dava num contexto em que, após um surto imigrantista direcionado ao Brasil nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as mudanças no quadro internacional deixavam o país numa situação de desvantagem em relação ao potencial de atração de imigrantes, o que foi apontado por autores da época, como Ávila (1964) e Marinho (1964). Assim, acordos como os firmados com Itália e Espanha tinham entre seus objetivos deter o decréscimo dos fluxos migratórios vindos desses países (MARINHO, 1964).

7 O texto integral do Acordo de Migração e Colonização firmado entre Brasil e Japão em 1963 pode ser encontrado na íntegra em <<http://www2.mre.gov.br/dai/japmigr.htm>> Acesso em 10 dezembro 2007.

Ávila (1964) avalia que a imigração japonesa mantinha seu “caráter pioneiro” no período, em contraste com os fluxos oriundos da Europa. Assim, o acordo firmado com o Japão, diferente do verificado em relação aos países europeus, tinha entre seus objetivos “disciplinar a imigração japonesa que se vinha processando de forma imperfeita e desordenada”, conforme escreveu Marinho (1964, p. 627). Esse autor era um diplomata brasileiro ligado à discussão em torno das políticas imigratórias brasileiras, sendo o seu trabalho alvo de análise nos próximos capítulos.

Em se tratando da imigração vinda da Europa, nota-se que a Segunda Guerra Mundial encerrara um conjunto de fluxos que apresentavam uma tendência de declínio relativo, dados os crescentes obstáculos impostos às migrações internacionais tanto por parte da maioria dos países de emigração como pelo Brasil. Assim, com o final do confronto, certos setores do governo e do meio acadêmico esperavam um retorno desses fluxos numa escala que pudesse superar os índices verificados ao longo da década de 1930. No entanto, os fatos não justificaram tal expectativa.

Além da recepção de refugiados em quantidades menores do que se esperava, o Brasil terminou por se deparar com um contexto internacional em que a escalada da Guerra Fria apontava para um recrudescimento das restrições aos fluxos migratórios internacionais. Outro fator limitador da imigração para o Brasil foi o aumento da concorrência externa pelos imigrantes, com outros países imigrantistas, como o Canadá e a Austrália, ganhando maior destaque. O crescimento econômico da Europa Ocidental a partir do Plano Marshall fez com que áreas tradicionalmente de emigração se tornassem receptoras de imigrantes ao longo das décadas seguintes ao final da guerra, com destaque para a Alemanha Ocidental.

A imigração européia era, em geral, a mais disputada pelos países imigrantistas. Estes, ainda influenciados por idéias eugênicas e raciais no tocante à questão imigratória (SORRE, 1954) privilegiavam os fluxos oriundos da Europa em detrimento dos imigrantes oriundos de países como o Japão. Assim sendo, no quadro geral das migrações internacionais o Brasil concorria com outros países, muitas vezes em melhor situação econômica, por imigrantes cujo número tendia a diminuir.

Klein (2000) assinala a importância do papel da comissão intergovernamental que, entre 1950 e 1972, subvencionou a imigração de cerca de 838 mil europeus para o continente americano. Desses, em torno de 300 mil se encaminharam aos

Estados Unidos, outros 200 mil ao Canadá e os restantes 338 mil para a América Latina. No conjunto recebido pelos países latino-americanos, destaca-se a emergência de novos destinos, como a Venezuela, concorrendo com receptores tradicionais, como a Argentina e o Brasil. De acordo com Bassanezi (1995), o Brasil recebera 112 mil europeus do total destinado à América Latina pela CIME (Comissão Intergovernamental para Migrações Europeias)⁸.

De acordo com Klein (2000), essa migração subvencionada, somada aos fluxos voluntários de imigrantes, tinha uma dimensão consideravelmente menor que a ocorrida em momentos históricos anteriores. Além disso, tratava-se de um movimento muito mais sensível às alterações da dinâmica econômica europeia. O autor cita como exemplo o fato da maioria dos 25 mil trabalhadores qualificados trazidos da Espanha para o Brasil pela comissão intergovernamental ter retornado a seu país de origem no final da década de 1970, incentivados pela expansão da economia espanhola.

No pós-Segunda Guerra, seriam os portugueses os responsáveis pelo principal fluxo migratório para o Brasil, secundados respectivamente por italianos, espanhóis e japoneses, com os alemães em um distante quinto lugar (LEVY apud BASSANEZI, 1995). De acordo com esses dados, os imigrantes de outras nacionalidades, em conjunto, formavam o segundo maior contingente. Nesse grupo se encontravam os europeus de outras nacionalidades, bem como, em menor escala, outros grupos como os coreanos, por exemplo.

A respeito da migração portuguesa, cabe ressaltar que esta ocorreu, na maior parte das vezes, independentemente dos subsídios que estimularam os demais fluxos migratórios. Tradicionalmente, a maior parte da migração internacional oriunda de Portugal se dirigiu para o Brasil, tendência mantida até o início da década de 1960, concentrando-se principalmente nas áreas urbanas do país (BASSANEZI, 1995). Contudo, a partir da década de 1960, verifica-se que o Brasil como destino da emigração portuguesa foi superado por outras destinações, não apenas para as colônias então mantidas por Portugal como para países da Europa Ocidental, destacando-se a França.

8 Klein (2000) não menciona o nome da comissão intergovernamental a que se refere, mas dado o contexto da época e considerando que Bassanezi (1995) menciona apenas uma outra comissão, a Comissão Internacional Católica de Migrações como atuante nos processos de migração dirigida nesse período, é possível supor que a comissão mencionada pelo primeiro autor seja a CIME.

A vinda de italianos para o Brasil no pós-Segunda Guerra concentrou-se principalmente entre os anos de 1952 e 1961, sendo devida em sua maior parte à atuação das entidades internacionais ligadas à migração. Após esse período, registra-se uma queda acentuada nas entradas, que muitas vezes são superadas pelas saídas. Embora o governo italiano tenha atuado no sentido de facilitar a retomada da emigração, o Brasil aparecia como um destino pouco atraente para os objetivos italianos, entre eles o alívio das tensões sociais e a atenuação dos problemas econômicos, através da recepção de remessas de divisas feitas pelos emigrantes italianos. Entre os motivos para tal, destacam-se as limitações impostas pelo governo brasileiro ao valor das remessas, e a conjuntura econômica do Brasil, apresentando poucas possibilidades de estímulo à poupança (BASSANEZI, 1995).

É importante notar que o perfil dos imigrantes italianos já apresentava alterações desde antes da Segunda Guerra Mundial, com a diminuição na proporção de agricultores e trabalhadores braçais, e o aumento na participação de trabalhadores da indústria e demais atividades urbanas, o que foi particularmente notável no caso da imigração para São Paulo.

Quanto à imigração espanhola do pós-Segunda Guerra, percebe-se que ao longo das décadas de 1950 e 1960 a mesma se concentrou preferencialmente na cidade de São Paulo. Da mesma forma que os demais fluxos vindos da Europa, a maior parte desses imigrantes foi convocada a partir das “cartas de chamadas” emitidas por organismos internacionais e por empregadores de sua nacionalidade já radicados no Brasil. Parte considerável desses trabalhadores se tratava de mão-de-obra especializada, voltada principalmente para a siderurgia e a metalurgia (BASSANEZI, 1995)

No entanto, a maioria do contingente de espanhóis não era constituída por especialistas, conseguindo se estabelecer no país graças à rede de solidariedade desenvolvida na comunidade espanhola no Brasil. Esse processo se deu independente do alinhamento ideológico dos recém-chegados, visto que tanto franquistas como anti-franquistas se beneficiaram dessa rede. A maior parte dos indivíduos não-especializados terminou por se estabelecer no pequeno comércio (BASSANEZI, 1995).

A imigração japonesa no pós-Segunda Guerra manteve algumas características comuns ao verificado em períodos anteriores, como o seu direcionamento para o estado de São Paulo. Porém, assim como as demais, deixou

de ser composta principalmente por trabalhadores rurais, voltando-se para as atividades urbano-industriais, embora a redução da imigração agrícola só tenha aumentado seu ritmo a partir da segunda metade da década de 1960.

Tal processo seria afetado por fatores específicos a essa imigração, como os casos de sucesso de trabalhadores japoneses cooperativados em núcleos de colonização, fato testemunhado por trabalhos de diferentes autores no período⁹. Vale destacar que o governo japonês procurou colaborar, de diferentes formas, para o sucesso das atividades econômicas dos emigrados instalados no Brasil. Entre essas atividades, destaca-se a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, principalmente nos arredores de São Paulo (BASSANEZI, 1995).

O acordo de imigração firmado entre o Brasil e o Japão, em 1963, foi algo tardio em comparação com outras iniciativas do mesmo gênero, com países europeus. No período focado, a política de industrialização exercia um papel fundamental para a atração de mão-de-obra qualificada japonesa que, em muitos casos, se dirigiria para multinacionais originárias do mesmo país. No entanto, essa imigração industrial seria menor em quantidade do que a registrada anteriormente para a agricultura.

Embora a imigração japonesa tenha se constituído no principal fluxo imigratório oriundo da Ásia para o Brasil, pelo menos até o final do século XX e mesmo se considerando a imigração proveniente do Oriente Médio, registre-se que ainda nos anos de 1960 o Brasil foi palco de uma experiência de imigração com coreanos. No início dessa década, o governo militar sul-coreano estimulou iniciativas no sentido de promover a emigração de grupos familiares para o Brasil, com algum apoio de autoridades brasileiras (GALETTI, 1995).

Tal experiência de imigração coreana obteve pouco sucesso, no que diz respeito à sua finalidade original: o estabelecimento de colônias agrícolas. Devido a fatores como a má escolha de terras e principalmente a inadequação dos emigrantes a esse tipo de trabalho, poucos anos depois da chegada dos grupos de colonos quase todos os projetos idealizados foram abandonados pela imensa maioria dos envolvidos. No entanto, a maior parte dessas pessoas se manteve no Brasil, tendo em muitos casos ido para a cidade de São Paulo, onde passaram a se

9 Entre estes, os artigos: ALONSO, Delnida Martinez. Notas para o estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção de Piranema)". **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1 e 2, p. 32-48, 1955 e CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2, 3 e 4, 1962.

dedicar ao comércio e à confecção de roupas (GALETTI, 1995).

No caso dessa tentativa tardia de imigração voltada para as atividades rurais, é interessante notar o anacronismo da intenção. Os governos de Brasil e Coréia do Sul terminaram por proibir a imigração agrícola a partir de 1969, justamente pelos altos índices de evasão dos imigrantes das áreas rurais para as cidades (GALETTI, 1995). No entanto, essas levas iniciais de imigrantes terminaram por permitir que se estabelecessem no Brasil as redes sociais que dinamizaram o fluxo migratório de coreanos para o Brasil nas décadas posteriores, em um processo que segue até a atualidade.

Feitas essas considerações sobre a imigração efetivamente ocorrida no Brasil ao longo do pós-Segunda Guerra, o próximo capítulo segue com a análise dos discursos referentes às políticas imigratórias adotadas pelo país, bem como das propostas relativas as mesmas e às avaliações realizadas acerca dos resultados dessas políticas, pelos autores da época.

3 – O debate da política imigratória segundo os periódicos de Geografia

Dentro do enfoque deste trabalho, o presente capítulo é dedicado à identificação e análise das questões referentes às políticas imigratórias brasileiras presentes nos periódicos de Geografia publicados no Brasil no período do pós-Segunda Guerra. Vale lembrar que durante esse período os principais periódicos desse ramo do conhecimento seriam publicados pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), responsável pelos boletins Paulista e Carioca de Geografia (publicações respectivamente das filiais da associação em São Paulo e no Rio de Janeiro) e pelo IBGE, que em termos de publicações voltadas para as questões geográficas, manteria nesse período a Revista Brasileira de Geografia e o Boletim Geográfico.

É preciso ressaltar o papel preponderante das publicações do IBGE na divulgação do conhecimento produzido no âmbito da Geografia nesse período. Embora esse órgão do governo não fosse a única instituição a manter periódicos voltados para as questões geográficas, de longe suas duas publicações foram as veiculadoras da maior parte do material veiculado no período. Especialmente no tocante à questão da discussão das políticas imigratórias, onde percebe-se uma clara concentração da divulgação de trabalhos que enfocavam análises e propostas de políticas imigratórias em conjunto nas publicações do IBGE, principalmente no Boletim Geográfico.

As demais publicações de Geografia da época, além de disporem de recursos mais limitados que os do IBGE no período, por vezes apresentavam enfoques que terminariam por deixar menos espaço disponível para esses estudos. Não apenas se encontram poucos trabalhos referentes à imigração como um todo, em publicações de Geografia não pertencentes à AGB e ao IBGE – do que temos como exemplo a Revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), que ao longo do período analisado não apresentaria trabalhos relevantes nesse sentido – como também, dentro do conjunto estudado, percebe-se a evidente dominância das publicações do IBGE.

Considerando-se o Boletim Paulista de Geografia, por exemplo, percebe-se uma reduzida ênfase na discussão de questões de âmbito nacional, pelo menos no que se refere à publicação de artigos tratando de propostas gerais de políticas imigratórias – que não são encontrados nesse periódico ao longo do período

analisado. Não que isso signifique um desinteresse generalizado no debate da imigração – na verdade, encontra-se um número substancial de artigos sobre núcleos coloniais ou de Geografia Regional enfocando o impacto da imigração nas áreas analisadas. O que se torna patente, ao menos em contraste com o visto nas publicações do IBGE, é a reduzida atenção a debates sobre diferentes projetos de âmbito nacional, pelo menos no tocante às questões da imigração.

Naturalmente, não se pode desconsiderar a desigualdade dos recursos disponíveis para o IBGE e para as sucursais da AGB, que se refletiriam na própria periodicidade dos periódicos publicados. Enquanto o IBGE lançava quatro números anuais da Revista Brasileira de Geografia e publicava mensalmente o Boletim Geográfico até o ano de 1951 (a partir de 1952, bimestral), as publicações da AGB não teriam a mesma periodicidade.

O Boletim Paulista de Geografia manteve-se trimestral de 1949, quando publicou seu número inaugural em março, até sua edição 39, de outubro de 1961, seguindo-se a isso uma pausa em sua produção que perduraria até a edição 40, já em julho de 1964. O Boletim Carioca de Geografia teria ainda menos sorte, vendo o seu projeto de quatro periódicos por ano se tornar inviável a partir de 1951, quando na prática sua publicação se tornaria semestral, mantendo-se assim até o ano de 1961. Em 1962 seria publicado um volume único e os anos de 1963 e 1964 teriam seus artigos publicados em uma única edição, denotando um claro processo de declínio desse Boletim. É importante mencionar que, embora numerados e informando o ano, os periódicos do Boletim Carioca de Geografia não informam o mês de sua publicação.

Considerando esse quadro, não é de se estranhar que as publicações do IBGE tenham tido destaque como os principais periódicos no âmbito da Geografia. Daí a sua escolha como principais fontes de pesquisa para esta dissertação, no que deve ser colocado em primeiro plano o papel do Boletim Geográfico. Por veicular um número considerável de artigos, comentários e transcrições, em frequência mensal até o final de 1951 e bimestral nos anos seguintes, maior que a dos demais periódicos de Geografia da época, o Boletim Geográfico se tornara, durante o período do pós-Segunda Guerra, o palco mais acessível e constante no debate de questões nacionais, dentro do contexto da Geografia. Vale notar que essa publicação tinha um caráter mais aberto que a Revista Brasileira de Geografia, se prestando ao papel de um verdadeiro fórum de debates, em contraste com a

chancela “oficial” dos trabalhos da Revista.

Com a suspensão da Revista de Imigração e Colonização, em 1955 (PERES, 1997), as opções disponíveis para a publicação de artigos referentes a essas temáticas seriam ainda mais restritas, valorizando-se assim o papel dos periódicos de Geografia para os estudiosos interessados. A partir da análise do material encontrado nesses periódicos, procura-se delinear um quadro relativo às opiniões e propostas referentes ao debate geral das políticas imigratórias no Brasil durante o pós-Segunda Guerra. É preciso ressaltar que, entre os artigos publicados nesses veículos, encontram-se tanto artigos de geógrafos como de estudiosos de outras áreas, que também publicavam em outros meios, o que se evidencia através da quantidade considerável de transcrições encontradas no Boletim Geográfico¹⁰.

Para isso, esse capítulo se subdivide em duas partes, enfocando as abordagens generalistas das políticas imigratórias brasileiras, realizadas no período analisado. Desse modo, no subcapítulo 3.1 veremos algumas das abordagens de maior destaque quanto às políticas imigratórias adotadas pelo Brasil até o final da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o subcapítulo 3.2 se centrará nos comentários feitos diante das políticas imigratórias adotadas no período de estudo, bem como propostas mais amplas apresentadas por diferentes autores em artigos publicados nos periódicos de Geografia. Com isso, o segundo subcapítulo apresenta os projetos sistematizados de políticas imigratórias propostos nos periódicos de Geografia, fornecendo um vislumbre dos temas predominantes nesses debates, a serem vistos com maior detalhamento no próximo capítulo.

10 Ao longo deste trabalho, as informações sobre a origem das transcrições são encontradas na primeira vez que os artigos transcritos forem citados.

3.1 – Debates e avaliações sobre o período anterior ao fim da Segunda Guerra

Entre os autores analisados que se ocuparam das origens da imigração no Brasil, é possível enxergar um consenso quanto ao início da imigração ocorrido durante o reinado de D. João VI. Em artigo¹¹ de Carneiro (1948), o decreto de 1808 que criou condições favoráveis à atração de imigrantes não lusitanos ao Brasil, seguido pela iniciativa de imigração dirigida em Nova Friburgo, é considerado como o ponto de partida da imigração de origem não lusitana em nosso país.

Carneiro menciona, no mesmo texto, a implantação de colonos açorianos dentro de uma visão favorável, registrando que: “os casais de ilhéus vão sobretudo para o sul, onde entram na posse de pequenas propriedades, e onde vão prosperar”¹². Até certo ponto, essa descrição entra em desacordo com a opinião de outros autores, como Câmara (1948). Este aponta, quanto a essa imigração, que “tiveram em mira as Côrtes o descongestionamento dos Açores, então com gorda densidade demográfica e a causar nós e protestos”¹³. Além disso, Câmara indica o fato de que em Santa Catarina essa imigração não tinha outra finalidade senão a de aumentar a população litorânea, divergindo dos motivos apontados por Carneiro, que ressaltava a questão militar como motivadora da mesma.

Ainda que não seja de interesse entrar em detalhes quanto a cada discordância entre os autores do período em relação ao histórico da imigração estrangeira no Brasil, esse exemplo vale como uma demonstração quanto à diversidade de opiniões quanto aos resultados das políticas imigratórias aplicadas no Brasil. Tal diversidade, a respeito de um tema então já bastante estudado, revela como, num momento de reanimação da imigração para o Brasil, os formuladores de políticas encaram a necessidade de reinterpretar e debater a experiência histórica anterior.

No texto acima mencionado, Câmara faz alusões quanto ao estado de miséria em que viveram não apenas os açorianos vindos ao Brasil como também seus descendentes. Destaca também as dificuldades que teriam impossibilitado o avanço desse grupo para as áreas de floresta, vistas como mais favoráveis à agricultura, o

11 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948. Transcrito de original publicado nas edições do Digesto Econômico de julho, agosto, setembro e outubro de 1948.

12 Idem, p. 1015

13 CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2., p. 211-253, abr./jun. 1948. p. 215

que seria mencionado também por Nilo Bernardes em 1952¹⁴.

Entre os problemas apontados nas políticas imigratórias desenvolvidas durante o Império, temos como exemplo as dificuldades encontradas no sistema de parceria que o senador Nicolau Vergueiro tentou implantar durante a década de 1850. Num contraste de opiniões quanto a essa iniciativa, podemos comparar a opinião de Álvaro Gonçalves (1957), que descreve muito brevemente as “perturbações ocorridas na colônia de Ibicaba”¹⁵, com o quadro apresentado por Carneiro (1948). Esse autor, em sua supracitada “História da Imigração”, foi mais explícito ao acusar o senador de roubar os colonos a partir de práticas abusivas, qualificando a revolta dos colonos como reação “contra a opressão em que viviam na fazenda de Ibicaba”¹⁶.

A questão da escravidão também aparece como um divisor de águas dentro do conjunto de debatedores das políticas imigratórias do Brasil Império. Um caso exemplar se encontra em descrições da escravidão como a feita por Samuel Benchimol em 1946¹⁷ que sempre que pôde usou o eufemismo “imigração” para se referir ao tráfico negreiro, de modo que em seu artigo a transição do trabalho escravo para o livre mais se assemelha à mera substituição de um fluxo migratório por outro.

Benchimol mal se detém nas dificuldades inerentes a uma transição entre sistemas de trabalho diferentes, a escravatura e o trabalho livre, quer fosse por sistemas de parceria, pela eventual instalação de pequenas propriedades ou pelo trabalho assalariado nas grandes propriedades. Esta modalidade teria sido a que, segundo autores como Caio Prado Junior¹⁸ e José Artur Rios, predominou entre as opções disponíveis aos imigrantes que vieram a partir dos estímulos surgidos com a

14 BERNARDES, NILO. A Colonização Européia no Sul do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 105, p. 89-102, jan./fev. 1952. O texto consiste de notas de aula ministrada no Curso para Professores Secundários promovido pela Associação Brasileira de Educação em 1951

15 GONÇALVES, Álvaro. Aristocracia Rural e Fidalgos do Café. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 138, p. 484-487, jul./ago. 1957, p. 486 Transcrição de artigo publicado no Jornal do Brasil, 2/6/1957.

16 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948. p. 1021

17 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 690-691 Transcrito a partir de publicação mimeografada do autor no mesmo ano.

18 Na verdade, esse autor chegou a qualificar determinadas iniciativas de colonização a partir da imigração como “um simples expediente oportunista destinado unicamente a servir de isca para os emigrantes”, que seriam na verdade preferencialmente destinados para o trabalho assalariado nos latifúndios paulistas, como pode ser visto em PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 6a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 243

crise do trabalho na lavoura.

A grande diversidade de opiniões, expressando de certa forma os diferentes alinhamentos ideológicos dos autores do período focado, torna-se nítida a partir da análise de outros trabalhos. Um exemplo interessante está no artigo de Almeida Prado (1955) que, ao abordar a imigração italiana para São Paulo, escreveria o seguinte sobre o contexto encontrado pelo imigrante por volta de 1900:

Livre de pelas que o martirizavam na Europa, encontrava ali o imigrante terreno infindo para a sua atividade. No passado, o esforço do elemento servil lhe aplainara o caminho, facultando-lhe desembarcar em portos onde presenciara o embarque para todo o mundo de milhares de sacas de café. Depois, dirigira-se à lavoura, alimentado e transportado pelos serviços de imigração, sem dispensar um ceitil, sem preocupações acerca da subsistência, até a casa de colono que na fazenda o esperava.¹⁹

Almeida Prado traça assim um quadro de idílio que contrasta com o escrito por outros autores. Valverde, por exemplo ao tratar das medidas tomadas pelo governo da Itália em 1902 para sustar a emigração para o Brasil, mencionaria entre as razões deste “as condições de miséria e abandono em que jaziam os seus súditos no Espírito Santo e (...) condições de trabalho desfavoráveis em São Paulo”²⁰.

A idéia da insuficiência das medidas relativas à imigração tomadas pelos governos anteriores era encontrada em autores de diferentes vertentes ideológicas. Estudioso da questão fundiária brasileira, José Artur Rios afirma que as medidas adotadas para o incentivo à imigração no período imperial teriam sido afetadas pelas intervenções dos latifundiários, que operaram com sucesso no sentido de impedir mudanças no sistema agrário nacional²¹. Mudanças que teriam permitido a fixação de grupos mais expressivos de imigrantes em áreas rurais a partir do desenvolvimento de um sistema baseado em pequenas propriedades, num contexto em que os próprios fluxos migratórios para o Brasil foram afetados pela má repercussão externa do tratamento dado aos imigrantes no Brasil.

19 PRADO, J. F. de Almeida. Aspectos Sociais da Cultura do Café. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 131, p. 318-324, mai./jun. 1955. p. 323 Transcrição de artigo de Os Diários Associados de 15/07/1954

20 VALVERDE, Orlando. A Velha Imigração Italiana e sua Influência na Agricultura e na Economia do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 160, p. 145-167, mar./abr. 1961, p. 146. Transcrição de artigo publicado em Cadernos da Indústria, nº 1, 1959.

21 RIOS, José Artur. O imigrante e o problema da terra. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 76, p. 402-408, julho 1949. É importante ressaltar que esse artigo se trata originalmente de tese apresentada pelo autor na 1ª Conferência Nacional de Imigração e Colonização, realizada no mesmo ano em Goiás, e que seria republicado na mesma publicação com destaque na edição de abril de 1951.

Num exemplo do que se vê em outros autores, temos Benchimol (1946) que, mesmo não detalhando a questão da distribuição de terras, afirma serem os imigrantes até então chegados ao país “insignificantes para a amplitude da tarefa colonizadora que temos que fazer”²², numa crítica implícita aos resultados obtidos pelas políticas imigratórias anteriores em nosso país.

O “problema demográfico” do Brasil, definido como um povoamento “insuficiente” e “esparso”, foi mencionado por vários outros autores, entre eles Artur Hehl Neiva, Virgílio Correia Filho e Caio Prado Junior. Considerando ser o primeiro um dos artífices da política imigratória do Estado Novo, favorável a uma imigração estrangeira controlada pelo Estado, o segundo um defensor da preponderância do trabalhador nacional sobre o imigrante estrangeiro²³ e o último um intelectual ligado ao Partido Comunista, pode-se apontar o alto grau de consenso dos autores analisados quanto ao chamado “problema demográfico”. Havia, contudo, diferenças nas soluções propostas para sua resolução, como podemos ver a partir do contraste entre as visões de Neiva e Correia Filho.

As críticas feitas à abordagem demográfica da imigração estrangeira para o Brasil em outros períodos históricos diriam respeito à avaliação de que “o sentido de nossa política imigratória era essencialmente demográfico (...) contentávamo-nos em receber homens em quantidade suscetível de povoar os nossos territórios vazios”, como se afirma em artigo de 1964²⁴, dentro do contexto da discussão do tipo de imigrante que se desejava para o Brasil.

Ainda quanto à questão demográfica, há a crítica constante das políticas restritivas à imigração como as adotadas a partir da década de 1930. Veja-se a respeito o comentário que Nilo Bernardes faz numa resenha do livro “Imigração e Colonização no Brasil” de J. Fernando Cordeiro, ao tratar das medidas de restrições à imigração no Brasil que se seguiram à revolução de 1930:

“... os decretos e regulamentos se sucedem restringindo a entrada de imigrantes e limitando as atividades de estrangeiros no Brasil”. Dêste modo esmoreceram as correntes imigratórias para o Brasil, quando os grandes

22 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 693.

23 A esse respeito, Correia Filho diria: “A proteção ao trabalhador nacional, por lhe apreciar a valia incomparável, deverá começar no berço, e até antes, para que não se apresente em condições inferiores ao colono dalém mar, recebido entre mimos e extremos de hospedagem, embora nem sempre saiba corresponder ao amistoso acolhimento.” In: CORREIA FILHO, Virgílio. Campanha povoadora. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p.1556-1559, março 1946, p. 1559

24 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964, p. 624

centros de emigração na Europa ansejavam[sic], como nunca, por válvulas de escape.²⁵

Percebe-se, além da omissão da questão da imigração japonesa (a mais afetada pelas leis implementadas na década de 1930), a idéia implícita da perda de oportunidades devida à política de restrições à imigração adotada nesse período. Isso foi reforçado por Faissol, em artigo publicado em 1952²⁶, onde aponta que “uma política de restrições à imigração e sobretudo instável” era um dos principais fatores negativos a influenciar os processos de colonização no Brasil. Ainda sobre as restrições à imigração ocorridas no Brasil, Benchimol (1946) lembrava que:

Enquanto nós adotávamos essa política constitucional anti-imigratória, a Argentina estabelecia no artigo 25 de sua Constituição que: “o governo federal favorecerá a imigração européia; ele não poderá restringir, limitar, gravar de imposto algum, em território argentino, os estrangeiros cujo fim seja trabalhar a terra, melhorar as indústrias, introduzir e ensinar as ciências e as artes.”²⁷

Vale notar a diferença entre essa lei, adotada pela Argentina antes da Segunda Guerra, e a lei brasileira vigente, o Decreto-Lei 7.967/45. Se em ambos os casos temos a imigração oriunda da Europa, a lei argentina visava o estímulo à mesma, enquanto que a brasileira adotava um tom mais restritivo. Note-se ainda o lapso de tempo entre uma e outra, e os diferentes resultados a que essas leis levariam seus respectivos países. Por outro lado, se a restrição à imigração européia era alvo de críticas, o mesmo não ocorria quando se tratava da imigração japonesa, o que nos traz à tona a questão do preconceito racial.

Com relação à natureza do povoamento obtido a partir das políticas imigratórias anteriores no Brasil, há a presença constante de críticas referentes à questão racial. No entanto, em termos da questão das políticas relacionadas à seleção dos imigrantes por raça, aparecem em muitos casos não necessariamente críticas, e sim concordâncias com as políticas anteriores. Entre os exemplos, vejamos os textos do já mencionado autor Arthur Hehl Neiva, em especial diante das restrições à imigração japonesa e do estímulo à imigração de origem européia, o que seria reverberado por outros, como Benchimol (1946), bem como no discurso comum a autores como Pimentel Gomes, que conclama o Brasil ao incentivo à

25 BERNARDES, NILO. “Imigração e Colonização no Brasil”, de J. Fernando Carneiro. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, ns. 2, 3 e 4, p. 66-69, 1951, p. 67. Resenha.

26 FAISSOL, Speridião. Alguns Aspectos do Problema de Colonização no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 691-712, nov./dez. De 1952, p. 693

27 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 693

imigração branca.

Outros autores se manifestaram contra a seleção de pessoas a partir de idéias baseadas no conceito de raça. De fato, publicações como o Boletim Geográfico foram palco de iniciativas contestadoras das idéias propagadas por muitos dos interessados nas políticas imigratórias. Um exemplo muito interessante está na transcrição do texto clássico “Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil”²⁸, de Sebastião Ferreira Soares (1860), onde o geógrafo Pedro Geiger, do CNG (Conselho Nacional de Geografia), destaca nos comentários à obra a defesa de Soares, no Império, da implantação de colônias para agricultores brasileiros, rejeitando a existência de raças privilegiadas, idéia tão amplamente difundida em sua época.

Mesmo sendo Soares um autor do Império, vale notar que, na evocação dele feita pelo Boletim Geográfico, temos uma crítica que, realizada durante o período imperial por conta das políticas então adotadas, se mantinha atual na época em que o texto foi transcrito:

Desde que se pôs em execução a lei de terras, só se faz doação destas aos colonos estrangeiros, ao mesmo passo que não se deixa o nacional nem mesmo na posse pacífica das que desfrutava pelo direito natural de *primo occupantis* (...) Só no nosso país; e uma tal jurisprudência só podia ser ditada por inspiração satânica (...) essa questão das raças é uma verdadeira quimera com que se embalam os que fecham os olhos à evidência dos fatos (...) O homem é sempre homem em tôda parte do mundo, não há raça privilegiada.²⁹

Infelizmente, Soares seria contradito pela legislação brasileira ao longo das décadas que se sucederiam. Primeiro, pelas leis que regeram o sistema escravocrata até próximo do final do Império, para, como foi visto anteriormente, serem sucedidas pela legislação imigratória adotada desde os primeiros tempos da República. Da mesma forma, por todo um conjunto de práticas e posturas em nosso país, tanto no tocante às questões imigratórias como nas demais esferas da sociedade. Ao longo da história brasileira, o preconceito racial se manteve como uma constante a ser levada em consideração no tratamento dado às pessoas a

28 Essa transcrição foi realizada a partir da edição do Boletim Geográfico de dezembro de 1951, seguindo por todas as publicações posteriores do mesmo até a edição de março-abril de 1953. O trecho pertinente a esta dissertação se encontra em: SOARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 104, p. 927-938, dezembro 1951

29 SOARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 104, p. 927-938, dezembro 1951, p. 929

partir de sua classificação a partir da cor da pele, origem étnica e classe social, o que se faz sentir até a atualidade.

Vale lembrar que poucos meses antes, em julho de 1951, outro membro do Conselho Nacional de Geografia, Everardo Backheuser, publicou no mesmo periódico artigo onde defendia que:

(...) é o “sangue novo”, que por imigração selecionada – evitados rigorosamente os analfabetos e os infeccionados de moléstias contagiosas – acabará nos entrando nas veias por processos de seleção eugênica, com a clarificação da raça, aproximando-nos do tipo étnico que está dando pujança à África, à Austrália e à Oceânia[sic].³⁰

Demonstrando assim a persistência das idéias ligadas a superioridade de um determinado grupo racial e da valorização da seleção através da eugenia. Porém, iniciativas como essa transcrição do texto clássico de Sebastião Ferreira Soares, no sentido de colocar a questão das raças sob outra perspectiva nas discussões nacionais, pelo menos no tocante às políticas imigratórias do Brasil, tiveram um sucesso apenas limitado. Principalmente considerando-se os níveis de aprovação a políticas anteriores baseadas na seleção por raça, cuja manutenção e desenvolvimento foram sugeridas por mais de um autor, como veremos em maiores detalhes mais adiante neste trabalho.

Relacionadas à questão racial, temos as críticas ao que se considerava parte dos resultados de uma má condução das políticas imigratórias: a formação dos assim chamados “quistos étnicos”. Entre as razões apontadas para a formação dessas comunidades de imigrantes diagnosticadas como isoladas dentro do território nacional, apontava-se desde o estado de abandono a que essas comunidades teriam sido sujeitas desde o Império até a ausência de políticas adequadas de assimilação. Em 1946, Pimentel Gomes faz o seguinte comentário sobre as colônias existentes no interior do Paraná:

Em vez de colônias mistas, fizeram-nas homogêneas – uma de cada povo. As há italianas, polonesas, alemãs, ucranianas. Situavam-nas em pontos desertos, longe do contacto de brasileiros. Não lhes deram escolas. Agora procuramos, um tanto tarde, corrigir a mão. (...) Há muito ainda o que consertar, se quisermos dissolver os quistos existentes.³¹

Esse exemplo nos mostra uma avaliação desfavorável do conjunto de políticas imigratórias adotadas ao longo da maior parte do tempo, diante da questão

30 BACKHEUSER, Everardo. O Nosso Fatalismo é Ingênito. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 100, p. 340-345, julho 1951, p. 345

31 GOMES, Pimentel. A região dos pinheirais. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1424-1425, fevereiro 1946, p. 1425

da distribuição dos núcleos coloniais, dando um parecer pouco esperançoso em relação às “correções” verificadas durante o período imediatamente anterior do Estado Novo. Não obstante, em 1953, Castro Barreto, autor que em outros períodos demonstrara preocupação com essa questão, afirmava que “as pequenas ilhas culturais alemãs e japonesas estão quase literalmente assimiladas e o idioma nacional dominante, desde as providências tomadas durante a II Grande Guerra”³², contrariando o pessimismo de outros autores, anos antes.

Essas críticas focadas na questão dos “enquistamentos” incluíam também comentários condenando a permissão da vinda de grupos tidos como inassimiláveis e/ou de assimilação indesejável, idéias usualmente aplicados a grupos fora dos padrões raciais buscados para o *melting pot* brasileiro (como os japoneses, por exemplo) o que podemos ver em escritos de autores como os já mencionados Arthur Hehl Neiva e Samuel Benchimol, entre outros.

Nesse quadro, vemos que a questão da qualificação profissional do imigrante que vinha para o Brasil acabava ficando em segundo plano diante da problemática relacionada à sua origem nacional e principalmente étnica, ou ainda, racial, pelo menos durante a maior parte da história anterior da imigração para o Brasil, ganhando força justamente durante o período estudado nesta dissertação. Isso foi enfatizado pelos autores ocupados em sugerir políticas imigratórias para o Brasil no período do pós-Guerra, que usualmente faziam o contraste entre a postura típica nos períodos anteriores à pós-Segunda Guerra e o que se delineava em suas propostas, como podemos ver no já mencionado Marinho (1964).

Podemos perceber que, em muitos casos, o estudo e análise das políticas imigratórias brasileiras do passado serviam como uma das fundamentações dos argumentos propostos pelos diferentes autores, ao sugerirem ou apoiarem a implementação de determinadas políticas imigratórias pelas autoridades governamentais, bem como no caso das críticas às posturas adotadas.

Este trabalho prossegue demonstrando quais dessas políticas foram efetivamente apresentadas nos periódicos de Geografia brasileiros entre o final da Segunda Guerra e o final do período da redemocratização pós-Estado Novo, interrompida pelo advento da ditadura militar em 1964.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que, no tocante às políticas de

32 BARRETO, Castro. A População Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 32-43, jan./fev. 1953, p. 39 Transcrito do Jornal do Comércio de 1/10/1952

Estado adotadas diante da questão da imigração, não há uma ruptura radical entre o que se verificou durante o Estado Novo e o momento imediatamente posterior. Assim, em se tratando desses períodos, a comparação entre um e outro não leva necessariamente à distinção entre o Estado Novo e o momento posterior, do ponto de vista do material examinado. Até porque leis implementadas no final do Estado Novo, como o já mencionado Decreto-Lei 7.967/45, continuariam vigorando durante os governos seguintes. Assim, particularmente entre os textos anteriores à década de 1950, vamos encontrar trabalhos que lidam com as políticas do Estado Novo e as do novo governo como pertencentes a um mesmo continuum.

3.2 – Debates e perspectivas sobre o período do pós-Segunda Guerra

Apesar das mudanças ocorridas no quadro demográfico brasileiro a partir do final da Segunda Guerra Mundial, as questões referentes às políticas de imigração permaneceram, em meio aos debates das questões nacionais. Entretanto, cabe apontar para o fato de que os fluxos migratórios encaminhados para o Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, numa apreciação geral, foram inferiores ao verificado em momentos históricos anteriores. Além disso, as migrações internas cresceram em importância dentro do quadro dos deslocamentos populacionais no Brasil, estando ligadas à questão da demanda por mão-de-obra gerada pela intensificação do processo de urbanização.

Com base nos artigos publicados nos periódicos brasileiros de Geografia no pós-Segunda Guerra, podemos destacar que não apenas os debatedores se ocuparam em comentar as políticas imigratórias do país como, além disso, também trouxeram a esse debate propostas próprias, ou serviram de porta-vozes para grupos interessados na questão imigratória. Torna-se assim interessante fazer uma análise contextualizada levando esses aspectos em consideração, ou seja, tanto o que os estudiosos da imigração escreviam acerca de políticas imigratórias efetivas, como o que propunham, em linhas gerais, formando sistemas com diretrizes a serem aplicadas. .

Entre os autores com posições favoráveis à continuidade de políticas advindas do Estado Novo, temos Samuel Benchimol e Arthur Hehl Neiva, representantes dos grupos defensores do estímulo à imigração controlada de europeus. Valorizavam, em seus artigos, a questão demográfica e a atração de indivíduos tidos como desejáveis, não apenas do ponto de vista racial e eugênico, como também em termos de alinhamento ideológico.

Em artigo a respeito, Benchimol estabelece conclusões e sugestões referentes às questões das políticas imigratórias, dando importância ao “aproveitamento das nossas terras incultas”, tido como um “problema vital” que demandava o concurso de capitais, técnica e gente³³. Em relação ao terceiro item, Benchimol dizia que a “conquista da terra inculta” deveria ser feita por “homens de

33 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 684

mentalidade pioneira” e “trabalho tenaz e audacioso”³⁴. Para ele, esses indivíduos proviriam obrigatoriamente e em sua maior parte da imigração estrangeira, qualificada como uma “fonte fornecedora de elementos humanos bons e capazes”³⁵.

Verifica-se na proposta de Benchimol uma certa preocupação com a “valorização do trabalhador nacional”. Apesar disso, essa se baseia menos nos méritos dos brasileiros do que no temor dos “quistos étnicos” dos estrangeiros. Assim, esse autor defendia ser “aconselhável fundar colônias agrícolas mistas de brasileiros e estrangeiros para evitar os enquistamentos e minorias raciais prejudiciais ao processo de assimilação”³⁶. Essa não era a única providência a ser tomada nesse sentido, visto que se defendia a idéia de uma imigração selecionada. A esse respeito, Benchimol escreveu que

A seleção deve visar não somente a saúde, a instrução, a idoneidade moral, a capacidade de trabalho, mas também preservar e desenvolver sempre que possível as características mais convenientes da composição étnica da nossa população.³⁷

É interessante notar a semelhança entre a parte final dessa citação e o segundo artigo do Decreto-Lei 7.967/45, onde se fala sobre a “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia”³⁸, Benchimol se refere a esse decreto como uma das bases de sua argumentação, afirmando que a partir dele “o governo assumiu o compromisso de incentivar a imigração oficial para o país”³⁹.

Essa proposta era ambiciosa em termos do quantitativo de imigrantes. O autor defendia a organização de um plano para “receber, localizar e fixar no país pelo menos nos próximos cinqüenta anos, 10 000 000 de imigrantes”. Essa população deveria ser convertida em colonos, para a agricultura ou em operários, em menor escala, para o trabalho nas fábricas e usinas. Quanto à organização do processo imigratório, Benchimol escreveu que esta deveria seguir as etapas de

34 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 698

35 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 698

36 Idem, p. 699

37 Ibidem, p. 699

38 Mencionado em BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 693 e também em NEIVA, Artur Hehl. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 249-270, abr./jun. 1947, p. 268

39 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 693

seleção, transporte, hospedagem, encaminhamento, localização e fixação⁴⁰.

Alongando-se na questão da “fixação do homem ao solo”, Benchimol defendeu que esta dependia de uma boa colonização, apontando entre os elementos com força fixadora a propriedade da terra, a família, a saúde, a instrução, o transporte e a agricultura. Assim, nota-se a importância dada ao bem-estar dos imigrantes para o sucesso do processo de imigração e colonização, vistas como complementares pelo autor, que qualifica a imigração como “um fato instintivo” e a colonização como “um fenômeno refletido das sociedades organizadas”⁴¹.

Assim, esse trabalho compreende um conjunto de medidas francamente inspiradas em idéias provenientes do modelo estadonovista, conquanto a ênfase na necessidade de incremento da imigração esbarrasse na oposição de grupos nacionalistas mais extremados. Poucos anos depois, Arthur Hehl Neiva estabelecia em um artigo suas propostas para as “bases de uma política imigratória brasileira”. A primeira, e talvez a mais significativa dessas, era a idéia da insuficiência do aumento da população brasileira através do crescimento vegetativo. Para Hehl Neiva, convinha “o recebimento de bons imigrantes europeus, devidamente selecionados”, num fluxo migratório a ser planejado com cuidado, com fins de colonização⁴².

Entre os meios para se alcançar esse fim, Hehl Neiva apontava para a necessidade da manutenção e ampliação dos serviços de seleção na Europa, bem como o estabelecimento de “acordos ou tratados de imigração com vários países, como Portugal, a Espanha, a Itália, a Holanda, as nações escandinavas, e com organizações internacionais como a O.I.R.”⁴³.

Em termos de infra-estrutura, o autor não se limitava a defender a construção e ampliação das hospedarias de imigrantes, como propunha também a “organização de um sistema de escolas de abasileiramento”, com o objetivo de facilitar o processo de assimilação dos imigrantes. Além disso, Hehl Neiva (1950) chegou ao ponto de sugerir que se estudassem as “possibilidades de aquisição de uma frota de dez a doze navios para o transporte de imigrantes”, o que demonstra uma visão estratégica em relação ao projeto imigrantista.

40 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 699

41 Idem, p. 699

42 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 180. Transcrito da Revista Brasileira dos Municípios, nº 6, abr./jun. de 1949

43 Idem, p. 181

Com relação à coordenação do processo imigratório, o autor defendia a atuação tanto do governo federal como dos estados. Em relação aos planos de colonização, Hehl Neiva apontava a importância desses agentes estatais no sentido de “projetar e realizar planos de colonização adequados”, bem como defendia estudos em torno de “esquemas de financiamento que permitam aos Poderes Públicos, federal ou estaduais, a realização desses projetos”⁴⁴. No entanto, no tocante ao controle desse processo, vê-se nesse trabalho a defesa do papel preponderante do governo federal, que deveria estar vigilante quanto a possíveis desvirtuamentos da política imigratória. A esse respeito, Hehl Neiva escreveu que:

É indispensável legislar no sentido determinado pela Constituição Federal, no parágrafo único do artigo 162, criando um órgão federal único para orientar os serviços de seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes e coordená-los com os de naturalização e colonização. Deverão ser tomadas providências adequadas a fim de que a política imigratória brasileira, fixada em lei, não possa vir a ser desvirtuada pela expedição de ordens ou instruções administrativas que impeçam ou prejudiquem a sua aplicação (...)⁴⁵

Em termos de prioridades e objetivos, as duas propostas se assemelham, embora Hehl Neiva seja mais enfático quanto à organização do processo imigratório em si do que Benchimol, também se detendo mais na questão dos refugiados da Europa, o que pode ser creditado, pelo menos em parte, ao lapso de tempo entre os dois artigos. Em linhas gerais, eles podem ser considerados representantes da sobrevida da visão imigrantista-agrarista no pós-Guerra, como apontado por Vainer (2000), podendo-se apontar ainda como aspecto em comum a ênfase dada à questão demográfica por esses autores.

A respeito da defesa da constituição de um “órgão federal único” de política imigratória defendida na proposta de Hehl Neiva, vale comentar a proposta de Renato Dénys, publicada em 1951⁴⁶, que aponta a inexistência de um organismo único para lidar com o imigrante. Este então se sujeitava às orientações de quatro Ministérios no Brasil, tendo então o Conselho de Imigração e Colonização o papel de

44 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 181

45 Idem, p. 181-182. Segue o texto integral do artigo da Constituição de 1946 a que Hehl Neiva se refere: “Art 162 - A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional. Parágrafo único - Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais.” A Constituição brasileira de 1946 pode ser encontrada na íntegra em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm> Acesso 10 dezembro 2007.

46 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951

coordenador, com funções legislativas mas não executivas. Assim sendo, o autor indica os entraves burocráticos como um empecilho para a atração de imigrantes para o Brasil.

Dénys não se limitou a essas observações e, sendo ligado ao Instituto Rio Branco⁴⁷, fez suas propostas quanto da imigração para o Brasil, entre as quais se destacavam, além da proposta de efetivação da centralização dos serviços de imigração, já prevista na Constituição vigente na época, outros pontos como a seleção, a recepção e a localização dos imigrantes. A respeito da seleção, Dénys estabelecia entre seus critérios a idéia de que a “escolha deve ser feita entre gente que queira emigrar e não entre pessoas obrigadas a emigrar”⁴⁸, numa crítica implícita à acolhida de refugiados.

Detalhando um perfil do imigrante desejável, esse autor define que o mesmo deve ser “são, física e moralmente, ter bons antecedentes, ter credo ideológico compatível com o país que o recebe, e ser do tipo assimilável”⁴⁹. Além da demanda pela “compatibilidade ideológica” do imigrante com o país de recepção, fica clara aí a busca por um imigrante não apenas assimilável, como portador de características desejáveis. Isso se torna ainda mais explícito na definição do perfil profissional buscado nos candidatos à imigração, que deveriam ser agricultores, técnicos ou operários especializados, rejeitando-se outros perfis profissionais. Outro ponto ao qual Dénys dava grande importância era a questão racial. Em suas palavras:

O imigrante deve ser de raça branca. É a raça mais adiantada e o fundamento de nossa nacionalidade está nela. Além disso, a raça amarela tem provado ser inassimilável, como no caso dos japoneses no Brasil.⁵⁰

A importância do papel do Estado no processo imigratório é continuamente ressaltada nesse artigo. Ao defender o abandono do sistema de cotas de imigração, considerado uma “amostra de nacionalismo injustificável”, Dénys indica o Estado como o principal responsável nos casos em que o imigrante se torna “pernicioso”,

47 No site do Ministério das Relações Exteriores se encontra listagem das turmas do Instituto Rio Branco no período entre 1946 e 1999 em <<http://www2.mre.gov.br/irbr/cursos/PROFAI/TURMAS.HTM>> (Acesso 10 dezembro 2007) onde é possível encontrar o nome de “Renato Bayma Denys” na turma de 1949/1950/1951. O mesmo diplomata é citado no endereço <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=4&codigoDocumento=5924>> (Acesso 10 dezembro 2007) no site do Senado Federal, onde se menciona seu processo de nomeação como Embaixador do Brasil em El Salvador, no ano de 1974.

48 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1159

49 Idem, p. 1159

50 Ibidem, p. 1160

apontando para a ausência de uma fiscalização devida. Ainda no sentido de definir o papel estatal, o autor rejeita a participação de empresas particulares no processo de imigração, visto que “toda imigração deve ser dirigida apenas pelo Estado. Este se tornaria atuante através de instrumentos como escritórios de imigração no exterior, voltados à atração dos imigrantes, “por todas as maneiras”⁵¹.

Não limitando o papel estatal à captação dos fluxos imigratórios, Dénys defendia a instalação de hospedarias de imigrantes em todas as capitais das unidades federativas, dentro do processo de recepção. Estas não serviriam apenas para a acomodação temporária dos trabalhadores estrangeiros até sua destinação final para o campo ou as fábricas, mas também como locais para o ensino das condições de vida nacionais, bem como do idioma e da Constituição nacional. O Estado se manteria presente na questão da localização, sobre a qual Dénys diria que

É a fase mais importante, a nosso ver, da imigração. Nela está implícito o processo da assimilação. O malogro ou o êxito de toda a política imigratória dependem da maneira como é processada a localização.⁵²

Manifestando uma certa predileção pela imigração voltada para o campo, esse autor diria que “os imigrantes devem ser colocados em núcleos agrários, juntamente com os nacionais”. Isso possibilitaria uma assimilação mais rápida dos “costumes da terra” pelo colono estrangeiro e que os nacionais pudessem aperfeiçoar suas técnicas agrícolas⁵³.

Responsabilizando o Estado pela questão dos enquistamentos raciais, Dénys diria que “o governo foi o único culpado na questão dos quistos raciais por não facilitar o trabalho de assimilação dos estrangeiros”. Note-se uma certa contradição, pelo menos no tocante aos imigrantes japoneses, tidos por esse autor como pertencentes à “inassimilável raça amarela”. Assim, são apresentadas duas correntes quanto à questão da concentração de imigrantes de uma mesma nacionalidade numa localidade, uma favorável à prevenção da formação dos “quistos raciais” evitando-se essa concentração, e outra favorável à mesma, por “despertar interesse sociológico e turístico”. Dénys não se manifestaria contrário à segunda opção, desde que limitada aos “nacionais de estados reconhecidamente

51 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1160

52 Idem, p. 1160

53 Ibidem, p. 1161

pacifistas”⁵⁴.

Sobre as motivações do imigrante, esse autor reconhecia a importância de se proporcionar ao mesmo “conforto e casa própria”, apontando a importância da propriedade privada, bem como a possibilidade de um bom padrão de vida no processo de fixação dos estrangeiros. Assim, proporia a instalação dos núcleos coloniais em terras devolutas, sendo que esses poderiam tanto ser localizados próximos dos centros consumidores como em áreas remotas do interior do país. No segundo caso, seriam “núcleos avançados da civilização, praticamente autárquicos”, viabilizados graças ao progresso da aviação⁵⁵.

Esses núcleos independentes instalados em áreas remotas seriam apontados como uma solução para o “problema de nosso vazio demográfico” e para a “exploração de nossas riquezas”. No entanto, é de se perguntar como se daria a assimilação, questão tão cara a Dénys, de imigrantes instalados em áreas remotas do interior, em princípio alcançáveis unicamente através da aviação, dado o isolamento dessas comunidades na maior parte do tempo. Tornando ao papel do Estado, Dénys defendia que a orientação da imigração deveria estar a cargo do governo federal, embora reconhecendo o papel da cooperação dos governos estaduais. É mencionada também a idéia da criação de um “Fundo de Colonização” voltado ao auxílio aos migrantes, embora não se entre em maiores detalhes a respeito⁵⁶.

Embora defendendo uma estratégia bastante similar às de Hehl Neiva e de Benchimol, vemos que Dénys rejeitava os refugiados como possíveis imigrantes e era mais enfático ao ressaltar o papel do Estado na questão dos “quistos raciais”. A rejeição à imigração japonesa se apresenta como um ponto em comum entre as propostas desses autores, embora seja curioso notar que, em relação à assimilação, ora Dénys chama o imigrante japonês de “inassimilável”, ora acusa o Estado de culpa na questão da formação dos ditos “quistos raciais”, deixando implícita uma condenação à toda a imigração que se permitira até então de indivíduos de “raça amarela”⁵⁷.

No entanto, essa visão centrada em questões de ordem demográfica (tanto

54 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1160-1161

55 Idem, p. 1161

56 Ibidem, p. 1161

57 Ibidem, p. 1160

do ponto de vista quantitativo como em termos de habilidades a serem requisitadas dos interessados em imigrar) foi questionada por outros autores e segmentos da sociedade. No ano de 1946, seria publicado artigo de Glycon de Paiva, engenheiro, onde se destacava, entre as recomendações finais a idéia de que a política imigratória deveria ser orientada dentro de parâmetros qualitativos, e não quantitativos. Assim, esse autor se opunha a limitações para a vinda de imigrantes capitalistas, cientistas e técnicos, cuja vinda ao país deveria ser estimulada, através da derrubada do maior número possível de restrições. Ao mesmo tempo, defendia a substituição de políticas imigrantistas pautadas na vinda de mão-de-obra destinada a trabalhos braçais por maiores investimentos em energia, tanto através da importação de combustíveis fósseis, como pelo maior aproveitamento dos recursos hidráulicos do Brasil⁵⁸.

Evidenciava-se assim a defesa de uma imigração eminentemente técnica, com o objetivo de reforçar o desenvolvimento industrial brasileiro, postura defendida ao longo do texto e que de acordo com o mesmo seria acatada pelo II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria. Discordando do que seria apresentado por outros autores, Paiva defendeu a suficiência do crescimento natural brasileiro como instrumento para alcançar os índices almejados de população para o país. Por outro lado, em termos de procedência nacional dos imigrantes, Paiva sugeriria a troca da “população agrícola, tecnicamente atrasada, dos povos mediterrâneos” por agricultores e criadores oriundos dos países escandinavos e germânicos e mão-de-obra especializada da Europa ocidental, omitindo-se no tocante à imigração japonesa⁵⁹.

Esse ponto de vista contrariaria as opiniões dos autores que tinham predileção pela imigração oriunda dos países latinos do sul da Europa, que priorizavam a questão da assimilação dos imigrantes diante das questões de qualificação levantadas por Paiva. Por outro lado, o ceticismo manifestado por esse autor diante da possibilidade da imigração exercer um papel importante quanto ao crescimento demográfico da população brasileira seria qualificado como “pessimismo” por autores como Fernando Carneiro, que enfatizaria a importância da participação estrangeira em “capital, imigração e cultura” no processo de

58 PAIVA, Glycon de. Política imigratória para o Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, outubro 1946, p. 829-834

59 Idem, p. 833

“recuperação do Brasil”⁶⁰.

Prosseguindo com as políticas imigratórias delineadas nos periódicos de Geografia analisados, temos as propostas levantadas por Speridião Faissol em artigos como “Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia”⁶¹, que pode ser destacado dentro do conjunto de artigos publicados por Faissol no período, devido a sua relação direta com o planejamento de políticas voltadas para a questão da colonização, enfatizando a importância da imigração nesse processo.

Nesse artigo, seriam levantadas questões referentes às resoluções da I^a Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada em 1949. Entre as teses aprovadas nesse evento, e apontadas por Faissol, temos a definição de colonização como “toda ação pública ou privada que vise a utilização da terra por indivíduos nacionais ou estrangeiros, agrupados em famílias ou comunidades de pequenos proprietários” sendo que essa colonização deveria ser realizada “sem preconceitos de raça, nacionalidade ou religião”, contrariando claramente opiniões de outros interessados nessa questão⁶².

Ainda que nesse evento fosse admitido como princípio a idéia de que “o Brasil não deve depender unicamente do crescimento vegetativo da população”, precisando da complementação dos fluxos migratórios oriundos de outros países, também se diria que “a finalidade principal da imigração não deve ser a do aumento da população, mas a de sua utilização como elemento de melhoria dos padrões culturais – agrícolas ou culturais existentes no país”⁶³. Assim, o discurso adotado pelos conferencistas de Goiânia iria se contrapor tanto aos projetos de imigração em larga escala de autores como Benchimol e Hehl Neiva, como à visão acalentada por Glycon de Paiva, manifestando assim certa ponderação quanto ao potencial da imigração diante da questão do povoamento do país, nem rejeitando de todo o papel da mesma, nem estabelecendo metas de incremento populacional a partir dos fluxos migratórios.

Entre as resoluções da conferência de Goiânia destacadas por Faissol (1949) no contexto das políticas de colonização, podem ser destacadas questões como a ênfase dada a uma legislação fundiária que garantisse ao colono a propriedade da

60 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948, p. 1048

61 FAISSOL, Speridião. Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr./jun. 1949, p. 274-278

62 Idem, p. 274

63 Ibidem, p. 274

terra. Outro ponto ressaltado pelos conferencistas seria a constituição de colônias formadas por pequenos grupos culturalmente homogêneos, alternando núcleos de brasileiros e de estrangeiros. Os imigrantes envolvidos nas iniciativas de colonização deveriam ter um “nível cultural” superior ao dos brasileiros, no sentido de que deveriam conhecer técnicas agrícolas mais modernas que as utilizadas pelos nacionais naquele período, de forma a permitir a difusão das mesmas. Preferiam-se famílias, tidas como de mais fácil apego ao campo, e menos propensas a evadir para as cidades que os indivíduos solteiros.

A localização das colônias era vista como de grande importância. Assim, a Conferência ressaltava a importância de estudos preliminares de modo a evitar a instalação das mesmas em áreas isoladas, o que era tido como um fator desintegrador. Sugeriu-se que a colonização se desse de modo intensivo em torno das vias de comunicação, iniciando pelas áreas mais propícias à ocupação. A questão da assistência era enfatizada tanto em relação ao colono nacional como ao estrangeiro, sendo que a esse respeito se afirmava que “o cooperativismo, o seguro e o crédito rural, bem como o serviço social do imigrante, são fundamentos econômicos da colonização”⁶⁴.

Apesar da ênfase nas questões referentes à colonização, que no período estudado seria um tema recorrente nos trabalhos de Speridião Faissol, infere-se a partir da leitura dos mesmos e, mais especificamente nos texto mencionado, que tanto esse autor como a supracitada Conferência se manifestariam contrários a idéias como a seleção de imigrantes a partir de critérios raciais, embora defendendo a importância da assimilação dos mesmos ao conjunto da população brasileira, chegando ao ponto de qualificar o imigrante “como um grande auxiliar na construção de uma pátria engrandecida, um mestre para nossos caboclos”⁶⁵. Não se limitando a discutir princípios para o processo de colonização, Faissol se refere a recomendações feitas durante o evento em Goiânia, na maior parte tratando da “colonização do Planalto Central”, mas encabeçadas pela lembrança da “necessidade de uma lei agrária que vise a valorização do homem rural brasileiros, como elemento de produção e de fomento à produção”⁶⁶.

64 FAISSOL, Speridião. Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 274-278, abr./jun. 1949, p. 275

65 Idem, p. 275

66 FAISSOL, Speridião. Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 274-278, abr./jun. 1949, p. 275

Tal questão seria enfocada também por José Artur Rios em seu artigo “O Imigrante e o problema da terra”⁶⁷, representando tese apresentada originalmente na mesma I^a Conferência Brasileira de Imigração e Colonização. Tratando da questão da colonização, esse autor defendia certas diretrizes como fundamentais para sua realização. Em primeiro lugar, o planejamento da colonização em comunidades rurais de acordo com técnicas já aplicadas nos Estados Unidos. A ocupação dessas deveria ser feita no regime de pequena propriedade, em unidades familiares, com o incentivo à organização econômica das mesmas em cooperativas. Com isso, os pequenos agricultores teriam mais condições de enfrentar a concorrência das grandes propriedades e de obterem os insumos necessários a uma produção com base em técnicas modernas.

Sobre a propriedade da terra, Rios escreveu que a mesma “deve ser garantida por um sistema moderno e seguro de demarcação e tombamento, a fim de evitar litígios e arbitrariedades”. Além disso, demandava por medidas no sentido de um melhor aproveitamento das terras devolutas, ao afirmar ser “indispensável o levantamento das terras públicas dos estados e a sua venda, em leilões periódicos” de modo a permitir a aquisição de porções das mesmas não apenas pelos imigrantes, mas também pequenos agricultores brasileiros⁶⁸.

Essas diretrizes, que enfatizam a questão fundiária na discussão do papel das políticas públicas no campo e seu impacto para as possibilidades da colonização no Brasil, nos mostram a importância dada às mesmas durante a Conferência de Goiânia. Vale lembrar que esse artigo seria republicado no mesmo Boletim Geográfico em 1951 (vide nota de rodapé 21), o que demonstra a importância do mesmo nos debates da época. Sem querer alongar neste momento a análise das questões agrárias no debate das políticas imigratórias alvo deste estudo, prossegue-se com a demonstração das propostas sistematizadas de políticas para a imigração no Brasil no pós-Segunda Guerra.

Chegamos, assim, a uma situação digna de nota. As propostas de políticas imigratórias que forneciam conjuntos de medidas em alguma amplitude para a efetivação de projetos, analisadas até aqui, se concentram no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, indo de 1946 (Benchimol) até 1951

67 RIOS, José Artur. O imigrante e o problema da terra. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 76, p. 402-408, julho 1949.

68 Idem, p. 408

(Dénys). Depois disso, temos um hiato de cerca de uma década em proposições desse gênero. Não que o debate da imigração e mesmo a proposição de idéias relacionadas a mesma cessem durante esse período, mas o fato é que, em termos de propostas sistemáticas indo além de uma questão específica, os últimos artigos encontrados nos periódicos pesquisados datam do início da década de 1960.

Embora esse detalhe possa parecer de importância secundária a um primeiro olhar, é importante notar que durante o Estado Novo as questões imigratórias alcançavam certa ressonância nos debates nacionais, e que esse período, imediatamente anterior ao alvo deste trabalho, foi marcado pela predominância de uma visão restritiva facilmente percebida no que diz respeito à imigração estrangeira e à natureza do imigrante a ser recebido ou rejeitado, dada a estrutura de poder vigente na época. Tendo isso em mente, percebe-se no conjunto até aqui visto a influência das políticas estadonovistas, seja por concordância dos autores em relação a determinados pontos das mesmas, seja por oposição.

Além disso, há de se levar em conta que, via de regra, nem sempre os artigos são publicados imediatamente após a sua produção, e que eventualmente se tratam de republicações. Outra questão a ser considerada é que, muitas vezes, um artigo com pretensões maiores de um autor representa a continuidade de trabalhos anteriores. Considerando que as propostas analisadas até aqui localizam-se temporalmente entre 1946 e 1951, é possível especular que o processo de construção das mesmas, ao menos em alguns casos, tenha se iniciado ainda durante a vigência do Estado Novo, influenciados, portanto, por aquele contexto.

Quanto ao lapso temporal entre essas propostas do período do imediato pós-Guerra⁶⁹ e as propostas do início da década de 1960, pode-se especular que o mesmo permitiria aos autores que escreveram nos anos 1960 um maior distanciamento do período estadonovista. Veremos que, mesmo nessa década, alguns ecos da problemática imigratória do Estado Novo ainda se fariam sentir nos artigos analisados. No entanto, isso ocorre dentro de uma perspectiva em que as transformações demográficas do pós-Guerra, bem como a maior liberdade intelectual permitida durante a redemocratização, exercem um papel importante para a definição das opiniões dos interessados nessa questão.

Nesse sentido, vale destacar dois artigos, ambos publicados em periódicos de

69 Compreendido como o período entre o final da década de 1940 e os primeiros momentos da década de 1950

Geografia durante o ano de 1964, ainda que um deles se trate de republicação de original de 1960, o “Política Imigratória Brasileira”⁷⁰, do Pe. Fernando Bastos de Ávila S. J. O outro é “Problemas de imigração e colonização – Política imigratória”⁷¹, de Ilmar Penna Marinho⁷².

Defendendo a necessidade da imigração para o Brasil, Ávila estabeleceria quatro pontos a serem considerados para uma política visando o incremento da mesma. Em primeiro lugar, ao abordar a questão dos critérios de seleção, o autor criticava o caráter quase exclusivamente econômico dos mesmos. A esses critérios, Ávila somaria como importantes critérios de ordem demográfica e sociológica, bem como considerações de caráter moral e humanitário, do que cita como exemplo a importância da reunião familiar até mesmo para a produtividade do imigrante já acolhido.

Outro ponto defendido por esse autor era a facilitação da entrada aos possíveis candidatos. Apontava-se o fato de que, no momento da publicação, o Brasil estava em posição de desvantagem dentro do conjunto de países imigrantistas. Desta forma, urgia “aproveitar os bons candidatos enquanto ainda existem”. Para tanto, Ávila propunha “a articulação de mecanismos que propiciem um contacto rápido entre oferta e demanda de trabalho”, bem como a redução dos entraves burocráticos. O texto é especialmente crítico do regime de cotas imigratórias que ainda vigorava, acusado de “irrealista” e de conservar um “caráter discriminatório quanto à imigração japonesa”. Ainda no sentido de estimular a imigração, se enfatizava a necessidade de serviços eficientes de recepção e colocação dos imigrantes⁷³.

Um ponto original das propostas de Ávila, ao menos em comparação com os demais artigos analisados, estava na proposta de revisão dos princípios regentes da legislação imigratória brasileira. Assim, esse autor propunha o reconhecimento do “direito à imigração”. Nas palavras de Ávila,

70 ÁVILA, Fernando Bastos de. Política Imigratória Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 181, p. 599-603, set./out. 1964. Transcrição de artigo da revista Carta Mensal de setembro de 1960

71 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964

72 Embaixador brasileiro na OEA durante o governo João Goulart, segundo o Verbetes Bibliográfico de João Goulart disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas no endereço <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2412_9.asp> Acesso 10 dezembro 2007

73 ÁVILA, Fernando Bastos de. Política Imigratória Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 181, p. 599-603, set./out. 1964, p. 602

Os interesses dos candidatos à imigração também são legítimos, e sua legitimidade se funda na destinação universal da terra ao homem, a qual, por sua vez, é alicerce do direito natural de todo ser humano impossibilitado de realizar-se em seu contexto nativo, de procurar algures as possibilidades para sua auto-realização. (...)

Por um lado, o país de imigração, como dono de seu território, tem o direito de elaborar uma legislação, na qual prevê restrições razoáveis qualitativas e quantitativas das correntes imigratórias. Uma vez estabelecida essa legislação, o país de imigração pode, sem risco, reconhecer o direito de imigração do candidato que satisfaz às exigências impostas. (...)⁷⁴

O que compunha assim um quadro bastante diferente do encontrado nas propostas anteriores, mesmo considerando-se aquelas que se distanciavam dos parâmetros herdados do Estado Novo, ao colocar questão humanitária em destaque dentro das considerações pertinentes às políticas imigratórias. Em nenhum outro trabalho, dentre os analisados, se encontra a defesa do princípio do “direito à imigração” por parte dos imigrantes estrangeiros. Embora se possa considerar que isso seria prenunciado na comparação que Waibel (1949) faria da colonização a partir da imigração estrangeira como um “casamento” entre os interesses do imigrante e os do país de recepção, nem mesmo esse autor chegaria ao ponto de defender a imigração como um direito intrínseco do ser humano.

Por outro lado, mesmo demandando esse enfoque do “direito de imigração”, Ávila reconhece ainda ao Estado o direito de regulamentar a mesma de modo a melhor atender os interesses do país. Entre os pontos em comum com autores anteriores, no caso os relacionados à Conferência de Goiânia, pode-se destacar a rejeição à discriminação por raça, era um obstáculo à imigração japonesa, e a ênfase dada ao direito do acesso à terra, mesmo que por um viés diferente da visão ainda dominada pela ação colonizadora agrícola defendida pelos autores do pós-Guerra imediato. A esse respeito, Ávila seria bastante enfático ao defender que:

Ao Brasil cabe uma responsabilidade especial na contribuição a ser prestada para a solução do problema das tensões demográficas mundiais, dos contrastes entre milhões de homens sem terra e de extensas terras sem homens. (...) Com grandes recursos inexplorados, sem o potencial demográfico suficiente para sua plena utilização, incumbe-lhe um dever de justiça social internacional de aceitar (...) a colaboração daqueles que podem vir a ajudá-lo a realizar seu destino histórico. Este dever (...) se baseia na própria destinação universal da terra ao homem (...)⁷⁵

Além da defesa do acesso à terra (ainda que não se observe em seu artigo uma maior ênfase nas questões fundiárias, tais como vistas por outros autores),

74 ÁVILA, Fernando Bastos de. Política Imigratória Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 181, p. 599-603, set./out. 1964, p. 602

75 Idem, p. 602-603

percebe-se no texto de Ávila uma preocupação demográfica não muito diferente da já assinalada em autores como Benchimol e Neiva. No entanto, a partir do momento em que este autor contesta as restrições à imigração japonesa, que ele ressalta não ter perdido o pioneirismo em contraste com os fluxos europeus, vê-se que essa aproximação é pontual e que as soluções propostas eram bem diferentes das daqueles autores do pós-Guerra imediato.

Assim, pode-se dizer que Ávila é, sob determinados aspectos, um pioneiro no tocante à abordagem humanista da questão imigratória, tal como publicada nos periódicos de Geografia do Brasil. Ainda que as questões práticas referentes à seleção e tratamento dos imigrantes já fossem abordadas mesmo no final da década de 1940, é preciso reconhecer que a idéia do “direito à imigração” como um “direito natural do homem” a ser considerado na elaboração da legislação imigratória não encontra eco nos escritos anteriores dentro do corpo dos artigos analisados neste trabalho. No entanto, não deixa de ser tristemente irônico que um artigo com esse discurso tenha sido publicado logo após um golpe militar que geraria mudanças para pior em relação aos direitos humanos no Brasil.

A visão do direito à imigração estava longe, porém, de representar um novo paradigma dominante. O texto de Ilmar Penna Marinho⁷⁶, publicado na mesma época, apresenta um caráter mais técnico, possivelmente influenciado pela visão de carreira do autor, diplomata. Encontram-se em Marinho reflexos do que se escrevia em outros períodos a respeito da imigração, como a preocupação com a formação dos famigerados “quistos étnicos”. Outro ponto a ser destacado aqui é que, mais do que propositivo, o artigo de Marinho tinha um caráter apologético quanto ao que eram as políticas imigratórias do Brasil na época.

O artigo procura lidar com o “sentido da nova política imigratória brasileira” e a “definição da política imigratória atual”. Marinho faz uma breve crítica das políticas imigratórias antecedentes e estabelece como princípio que “já ultrapassamos a fase da imigração pioneira, da imigração quantitativa e estamos empenhados em realizar a imigração controlada e técnica, importando mão-de-obra qualificada”. Além disso, destaca a importância do imigrante como um “fator econômico”, dado o valor de sua formação profissional⁷⁷.

76 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964

77 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista**

Como já foi mencionado, encontram-se em Marinho preocupações similares com as de outros períodos, não apenas quanto aos quistos étnicos como também quanto à “assimilação dos elementos alienígenas e a aculturação dos grupos coloniais”⁷⁸. Vale lembrar que, de acordo com o próprio autor, essas eram as preocupações das autoridades brasileiras, tanto no plano federal (Itamaraty e INIC) como nos estados, apresentando uma visão bastante otimista quanto às possibilidades que o Brasil então oferecia aos imigrantes. Ainda de acordo com o texto, os dois órgãos citados na esfera federal trabalhavam em conjunto para “reestruturar a nossa política imigratória, dando-lhe um sentido mais consentâneo com as necessidades do mercado de trabalho brasileiro e com as realidades da mão-de-obra disponível nos países de emigração”⁷⁹.

O texto trata também de acordos de imigração que o Brasil realizou com países então emigrantistas como o Japão, Itália e Espanha, e com o CIME (Comissão Intergovernamental para as Migrações Européias). Ao tratar do acordo Brasil-Japão, o autor se esforça em demonstrar como essa iniciativa não era no sentido de “propiciar e incentivar a imigração japonesa “em massa” para o Brasil”, como tinha sido veiculado pela imprensa na época⁸⁰.

Marinho argumenta que “só serão recebidos aqueles imigrantes, técnicos, operários ou agricultores, reclamados pelas reais necessidades do mercado de trabalho” e alega que as restrições quantitativas à imigração japonesa são “de ordem puramente econômica e técnica”. Isso seria consoante com o “espírito liberal da nossa formação demográfica” que, ainda segundo Marinho, “repele discriminações por motivos de raça, sexo ou religião”⁸¹. Porém, é digno de nota que mais adiante no artigo o autor comente que “a imigração é, hoje, um fator de desenvolvimento econômico e que **o imigrante de agora não vem apenas, como o de antanho, para melhorar a raça**”⁸² (o negrito é meu), em flagrante contradição com a pressuposta repulsa à discriminação de caráter racial.

Note-se ainda que o transporte desses imigrantes seria pago pelo governo do Japão, conforme o acordo assinado, vantagem que não era mencionada no caso da recepção dos imigrantes europeus, cujo fluxo para o Brasil estava em declínio por

Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964, p. 624-626

78 Idem, p. 625

79 Ibidem, p. 626

80 Ibidem, p. 627

81 Ibidem, p. 628

82 Ibidem, p. 631

motivos como o maior potencial de outros países de imigração, como Canadá, Austrália, e mesmo outros países europeus, como a Alemanha Ocidental e a França, então participantes do Mercado Comum Europeu. Ao lidar com essa nova realidade e defender os acordos de imigração dirigida, Marinho aponta para as mudanças ocorridas na dinâmica migratória mundial entre os anos de 1950 a 1960, demandando o abandono de uma “orientação anacrônica e obsoleta”, ao se tratar dos que defendiam “uma imigração de portas abertas, indiscriminada (...) tal como a que havia no começo do século fluente e que tão substanciais resultados produziu (...) no Brasil”⁸³.

Ainda na defesa da imigração dirigida, Marinho critica “o argumento jacobino de que se trata de uma assistência afrontosa, jamais sonhada pelo imigrante nacional”, reconhecendo que “a assistência prestada ao migrante nacional é nula” e que “o problema das migrações internas reclama urgentes providências”, porém alega que não se trata de uma questão de excessiva assistência aos estrangeiros e sim da ausência de assistência aos migrantes nacionais, indicando o fato de que era uma “completa e absurda falta de visão política” reduzir as vantagens oferecidas ao “imigrante europeu”, visto que essas se configuravam no mínimo necessárias para garantir a atração deste, que então se tornava a cada dia “mais raro, disputado e difícil de obter”⁸⁴.

Em termos gerais, o artigo de Ilmar Penna Marinho aponta para a persistência de uma visão da imigração voltada à colonização agrícola, que por sinal era o alvo essencial do acordo com o Japão, em contraste com o verificado no acordo com o governo italiano, que privilegiava o recebimento de mão-de-obra especializada. Por sua vez, o acordo com a Espanha abria possibilidades não apenas para trabalhadores “qualificados e semi-qualificados” como também para não-qualificados com “experiência de trabalho”⁸⁵, mostrando-se assim um claro contraste a partir da nacionalidade de cada grupo de imigrantes. Embora se possa alegar que as especificidades políticas e econômicas de cada um desses países justifiquem até certo ponto essa diferenciação, o fato é que a partir da leitura do texto fica patente uma predileção pela imigração oriunda da Europa e a permanência de restrições à imigração japonesa, mesmo com as vantagens oferecidas pelo governo do país

83 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964, p. 631

84 Idem, p. 632

85 Ibidem, p. 631

asiático⁸⁶.

Ao tratar do CIME, o autor relata sua experiência como membro da comitiva brasileira num encontro realizado por essa organização, onde se defenderam os interesses latino-americanos na imigração oriunda da Europa. Entre os pontos destacados, percebe-se uma ênfase nas questões da seleção e treinamento do imigrante em atividades especializadas, com a persistência do interesse na mão-de-obra agrícola, bem com na colaboração desse órgão internacional com outros organismos, no Brasil, de modo a fomentar a qualificação dessa mão-de-obra, não apenas com fins rurais. Cumpre notar que os prognósticos favoráveis realizados por Marinho (1964) em relação à imigração europeia realizada em operação com o CIME não foram confirmados pela realidade sucedida durante o regime militar que já dominava o país quando da publicação de seu artigo.

A partir da análise desses trabalhos, é possível perceber a continuidade das políticas do Estado Novo, defendidas anos depois da mudança de regime político, como se denota em trabalhos como os de Benchimol (1946), Hehl Neiva (1950) e Dénys (1952). Paralelo a esse discurso, nota-se um debate que privilegiava questões estruturais do campo, enfocando a questão fundiária, que em geral seria deixada em segundo plano pelos defensores do paradigma estadonovista.

Os ecos deste foram sentidos ainda no ocaso do regime democrático que o sucedera, que manteria posturas não apenas daquela ditadura, como também da Revolução de 1930, que a ela servira de prelúdio. Isso é perceptível na queixa de Ávila (1964) quanto à persistência do regime de cotas (datado de 1934) no início da década de 1960. O trabalho de Marinho (1964) também revela o quanto idéias típicas daquele período, como a da imigração como meio de “melhorar a raça”, se mantinham, ainda que atenuadas e postas em segundo plano pelos agentes governamentais da época.

Concluindo assim as considerações quanto às visões generalistas das políticas imigratórias do Brasil no pós-Segunda Guerra, segue-se no próximo

86 A esse respeito, é interessante comparar os custos de transporte dos imigrantes a partir da origem dos mesmos. Marinho mostra que a imigração dirigida pelo CIME seguia um esquema em que a conta da passagem é dividida em partes desiguais entre os países de emigração e recepção, mais os Estados Unidos. Em seu exemplo a partir da passagem mínima de 180 dólares, quase a metade da conta é paga pelos EUA (80 dólares), enquanto que o Brasil pagaria 40 dólares e o país de emigração arcaria com os 60 dólares restantes. Ainda que esse sistema reduza o custo per capita por parte do país de imigração, nota-se em comparação com a proposta japonesa que esta implica em menos custos, simplesmente pelo fato do governo japonês se comprometer a pagar a passagem integral de seus emigrantes.

capítulo com a análise dos temas recorrentes de maior relevância no debate dessas políticas, ocorridos durante esse período. Entre estes, se destacam as relações entre a imigração e a questão da terra, e também o debate em torno do tipo de imigrante a ser atraído ou repelido pelo país, tanto do ponto de vista sócio-econômico, quanto a partir de critérios como raça ou nacionalidade.

4 – Temas recorrentes no debate das políticas imigratórias brasileiras

No conjunto da produção intelectual publicada em periódicos de Geografia durante o período do Pós-Segunda Guerra, voltada às políticas imigratórias brasileiras, encontram-se alguns temas se sobressaem em importância, tanto pela sua relevância no debate da questão imigratória, quanto por seu caráter reiterado. Tais temas podem ser divididos em dois grupos principais: por um lado, a discussão daqueles que seriam por vezes definidos como os “grandes problemas nacionais”, com destaque para a questão da agricultura e da propriedade da terra; por outro, as expectativas e preocupações relativas aos imigrantes em vias de chegada ao território nacional.

Dentro do primeiro grupo de temas abordados, temos questões como o povoamento, colonização e ocupação do espaço nacional, dentro de um debate em que se discute a necessidade ou não da imigração como instrumento para o tratamento desses temas. Além disso, se tornam presentes outros elementos ligados a essas questões, no que ganham destaque as questões agrárias, como a distribuição fundiária do espaço agrícola e o aproveitamento desse espaço a partir das técnicas agrícolas. Incidentalmente, é preciso comentar ainda as referências feitas à economia nacional que se fazem presentes em tal debate.

O segundo grupo de temas, por sua vez, se refere aos quesitos vistos como necessários ou indesejáveis nos imigrantes, bem como às expectativas quanto ao papel a ser exercido por esses imigrantes dentro dos “interesses nacionais”, tal como considerados pelos diversos autores. Como parte dessa discussão, o tema da assimilação se apresenta como reflexo de um debate em que questões como a “melhoria da raça” ou mesmo o interesse na “seleção ideológica” se mostram presentes no discurso de parte considerável dos grupos imigrantistas.

Assim, esse capítulo se divide em dois subcapítulos, o 4.1 ocupado na análise dos temas referentes às problemáticas nacionais, com destaque para as questões do povoamento e da colonização e abrindo espaço para a discussão mais específica da questão fundiária e das técnicas agrícolas, dentro do debate das questões-base dessa parte inicial do capítulo. No subcapítulo 4.2, temos a análise das discussões referentes às demandas feitas em relação ao imigrante, destacando-se a classificação dos atributos vistos como mais importantes para a sua seleção.

4.1 - A imigração e os problemas da terra: povoamento e colonização no contexto sócio-econômico do Brasil

Para a grande maioria dos autores estudados nesta pesquisa, o Brasil do pós-Segunda Guerra é representado como espaço de considerável potencial econômico, resultado de sua extensa área territorial e da relativa fartura dos recursos naturais disponíveis. Esse potencial econômico estaria presente também nas áreas urbanas, mas o enfoque maior desses autores se ligava às questões relacionadas à agricultura.

No entanto, para amplos setores da vida política e intelectual do país, o aproveitamento desse potencial dependeria da superação do “atraso” do campo brasileiro, que não acompanhou o desenvolvimento industrial do mesmo período. Esse descompasso se verificava tanto na agricultura de exportação, então marcada pela ausência de aumentos significativos na produtividade e por sua pouca produtividade, quanto na produção de alimentos, em grande parte realizada pelas pequenas propriedades, que não acompanhara o crescimento da demanda (MEDEIROS, 1989).

Essa visão pode ser percebida, em maior ou menor grau, em trabalhos de autores como Arthur Hehl Neiva, Virgílio Correia e Fernando Carneiro, entre outros. O terceiro autor se expressava nos seguintes termos:

Pesa no momento sobre os homens atuais do Brasil – sobre os ombros dessa geração medíocre – uma tremenda responsabilidade, qual a de orientar e encaminhar o Brasil para grandes destinos. (...)

Porque, pareça embora linguagem de cabeçalho de jornal carioca, o Brasil é um país de imensas possibilidades. (...) “A própria extensão do país é um motivo de estupefação (...) o Brasil não possui nenhuma parte que seja verdadeiramente anecúmena, impossível de ser ocupada pelo homem. Nenhuma alta montanha, nenhum deserto completo, nenhuma grande estepe fria”.

Assim se exprime o geógrafo Pierre Deffontaines.

Não podemos dispensar o concurso estrangeiro em capital, imigração e cultura, sob pena de retardarmos consideravelmente o ritmo de recuperação do Brasil.⁸⁷

O ponto de vista expresso por Carneiro parece bastante representativo dos pontos ressaltados pelos demais autores. A extensão territorial e a ausência de áreas inóspitas eram vistas como aspectos positivos do Brasil na questão da imigração. Por outro lado, o clima tropical era apontado, por diversos autores tais

87 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948, p. 1042-1043

como Pimentel Gomes, Benchimol e Waibel, como problema considerável para a atração de imigrantes europeus.

Pimentel Gomes (1946) procurava definir o tamanho da área brasileira mais adequada à “raça branca”:

O Brasil dispõe de uma grande zona ecologicamente ótima para a raça branca. Maior que a da Argentina. Corresponde os quatro Estados meridionais e os territórios de Iguazu e Ponta Porã, o Estado do Rio, grandes áreas do sul de Mato Grosso, os chapadões meridionais e centrais de Goiás e o sul do Espírito Santo. Clima bom. (...) ⁸⁸

A questão do clima encontra-se, no caso, relacionada à questão racial, pelo menos em relação ao tipo de imigrante que seria racialmente desejável na visão da maioria dos autores que mencionam esse tema, ou seja, o branco europeu. Tal enfoque é recorrente, por exemplo, em vários dos trabalhos de Pimentel Gomes publicados no *Boletim Geográfico* ⁸⁹. Leo Waibel (1955) seguiria na contramão dessa tendência, não manifestando interesse em discutir as pretensas “qualificações raciais” dos imigrantes, embora até certo ponto partilhasse das preocupações relativas às dificuldades de adaptação dos imigrantes europeus a lugares de clima quente. Ainda assim, vale notar que, para esses autores, o clima poderia apenas representar uma limitação para a imigração, não excluindo o sucesso da ocupação efetiva de largas porções do território brasileiro com a participação efetiva de imigrantes.

A exceção mais expressiva a essa visão favorável ao povoamento está no trabalho de Glycon de Paiva (1946), crítico da idéia do adensamento populacional brasileiro. Esse autor partia de argumentos baseados em limitações devidas a fatores tais como a média de chuvas, tidas como excessivas, a supostamente reduzida capacidade alimentar do solo do país e o que avaliava como a ausência de combustíveis minerais, para concluir que o Brasil tinha um relativamente baixo potencial populacional, compreendido como a população máxima a ser suportada pelo território nacional. Isso o levaria a ser chamado de “pessimista” por autores de visão mais otimista, como o já citado Fernando Carneiro ⁹⁰.

88 GOMES, Pimentel. A América e os desajustados europeus. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 981-983, novembro 1946, p. 983. Transcrito de edição do Correio da Manhã, sem data mencionada.

89 Vide, além do texto anteriormente citado, trabalhos como GOMES, Pimentel. O Brasil e a emigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, p.1143-1144, dezembro 1946 e GOMES, Pimentel. Os trópicos e a civilização. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, p. 56-57, abril 1947

90 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**.

Outra modalidade desse “pessimismo” na época se manifestava em textos de autores que duvidavam do sucesso de iniciativas como a “Marcha para o Oeste”. Cabe notar que sua justificativa baseava-se na então diagnosticada baixa fertilidade dos solos do Planalto Central, vista como obstáculo a iniciativas mais intensivas de ocupação agrária. A respeito desses solos, Leo Waibel diria em artigo publicado na RBG em 1955, que:

“O relevo das imensas chapadas (...) é muito favorável para o povoamento e ótimo para as práticas agrícolas (...) estas chapadas (...) são pobres em água e têm um solo pouco fértil. Isto se expressa pela ocorrência de imensas áreas de campos naturais. É verdade que (...) há extensas áreas de mata com solos melhores (...) Mas, estas e outras regiões de mata (...) estão separadas umas das outras por imensas extensões de campo, o que torna um povoamento denso e contínuo (...) praticamente irrealizável (...) Tudo isto me leva à conclusão de que o oeste do Brasil não é uma terra da promessa. E aqueles que são da opinião de que o esgotamento e a devastação das terras na parte leste do país podem prosseguir sem grande perigo porque no oeste ainda permanecem grandes reservas de terras férteis cometem, na minha opinião, um grave erro. (...) não restam dúvidas de que as melhores áreas do Brasil já foram ocupadas e que, mesmo no futuro, o país não assistirá a uma “marcha para o oeste” (...)”⁹¹

Waibel questionava também as motivações e propostas relativas ao avanço colonizador para o oeste do Brasil, bem como os fundamentos em que estas se apoiariam:

Se se empreende o povoamento do oeste remoto sem a garantia de uma colocação lucrativa dos produtos agrícolas, então se reincidirá no velho erro da colonização do Brasil, isto é, colocar os colonos em plena mata e depois deixá-los entregues ao seu destino. Não se pode chamar a isso uma marcha para o oeste.

Uma colonização bem sucedida, só é possível onde seja produzido um produto comercial (...) que encontre uma boa aceitação no mercado nacional ou internacional. A idéia de que a colonização do longínquo interior deva ser iniciada com a formação de cidades, que formariam o mercado para os colonos (...) pode facilmente levar a um círculo vicioso. Em qualquer ponto desta economia fechada terá que ser produzido um produto agrícola ou industrial que possa ser colocado em mercados mais afastados e do qual provenham os lucros que são a premissa fundamental para atrair o colono para a mata virgem e mantê-lo lá. Mas, onde está este produto que tenha o valor do outro e, como este metal, seja capaz de produzir um boom no oeste remoto do Brasil?

Enquanto ele não existir, e, enquanto ainda houver terras disponíveis no leste, nenhum homem de visão clara tomará parte numa marcha forçada para oeste.⁹²

Por sua vez, Speridião Faissol, pesquisador brasileiro que trabalhara em conjunto com Waibel, ainda que mostrando alguma concordância com os fatores

Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948, p. 1043.

91 WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955, p. 414-415

92 Idem, p. 416

demonstrados por esse autor, expressava maiores esperanças no progresso da ocupação das áreas do Oeste:

A utilidade do campo cerrado para a agricultura, tanto quanto se pode prever das experiências já realizadas, é baixo. É possível, entretanto, que estudos mais pormenorizados das qualidades do solo mostrem diferenciação de cerrado em termos de qualidade do solo ou mesmo de drenagem e que em alguns destes subtipos se possa praticar agricultura científica. Porém, como isto só seria aparentemente possível com grande investimento de capital e trabalhos preparatórios, a utilização do cerrado, neste caso, só deveria ser feita por grandes empresas, altamente mecanizadas, em que a grande produção per capita compensasse, em termos de lucro, a pequena produção por área⁹³

Ainda que em termos dos conhecimentos disponíveis na época esses pontos de vista se justificassem, não deixa de ser digno de nota que esse quadro se alterou nas décadas seguintes. Graças a pesquisas conduzidas em centros de produção científica como a Embrapa, o Brasil passaria a dominar tecnologias de nitrificação dos solos através do cultivo de soja⁹⁴, o que permitiria a atual ocupação do cerrado, com o uso intensivo de mecanização, já renunciado por Faissol.

Por outro lado, visto que Waibel não se limitara às questões relativas às condições físicas do solo, é preciso rememorar sua ênfase em outros problemas relativos à colonização das áreas do interior do Brasil. Um ponto ao qual esse autor deu grande importância foi a questão do povoamento das terras do leste do país. Ao defender a importância do trabalho do agricultor vinculado à terra e à pequena propriedade, o “verdadeiro camponês, segundo o conceito europeu”, Waibel escreveu que:

Somente ele, por meio de seus métodos agrícolas intensivos, será capaz de transformar os solos esgotados do leste em terras permanentes de lavoura e com isso preencher as grandes lacunas da distribuição da população na região de povoamento antigo. (...) E o grande lema, na minha opinião, não deveria ser “marcha para o oeste” e sim “tomar pé firme no leste”.⁹⁵

Na crítica à idéia da “marcha para o Oeste”, Waibel citava Caio Prado Junior

93 FAISSOL, Speridião. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 3-66, jan./mar. 1957, p. 7

94 Curiosamente, uma das principais pesquisadoras envolvidas nesse processo seria uma refugiada nascida na então Tchecoslováquia, Johanna Döbereiner, e falecida no ano de 2000. Um relato da trajetória dessa cientista pode ser encontrado em <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_pesquisa_que_revolucionou_a_agricultura.html> Acesso 10 dezembro 2007 – endereço digital da reportagem publicada na Scientific American Brasil, edição 22, de março de 2004. Sua história de vida não deixa de ser um exemplo, ainda que por demais específico, dos aspectos positivos da imigração, além de servir como um ponto de reflexão a respeito de todo o potencial humano que foi desperdiçado por políticas restritivas motivadas por preconceitos descabidos, tão comuns no quadro histórico geral brasileiro.

95 WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955, p. 416

como um dos críticos da utilização dessa expressão, nos primeiros anos da década de 1940. Para Prado Junior (1969) esse impulso para a ocupação do oeste do país representava a repetição do erros seculares do povoamento brasileiro, marcado pela instabilidade e dispersão. Nos seus escritos, mencionados por Waibel (1955), defende-se que a ocupação das áreas do interior mais distante deveria acontecer apenas depois do melhor aproveitamento dos espaços já habitados e em geral pouco povoados e inadequadamente explorados, de acordo com as demandas do crescimento populacional.

Além dessas questões, no entanto, é preciso apontar para o fato de que a própria necessidade da imigração como meio de promover o povoamento e a colonização do território nacional foi questionada por número considerável de autores. Estes eram acusados de “jacobinismo” por diversos defensores da imigração, incluindo não apenas os já mencionados Arthur Hehl Neiva e Fernando Carneiro, como Ademar Vidal, que já em 1946 dirigia a eles críticas cáusticas, ao tratar das dificuldades sofridas pelos imigrantes vindos da Europa depois da guerra:

Lutamos com uma porção de problemas imediatos. (...) Um nacionalismo chefiado por minoria ativa nos fundamentos jacobinos. Ou mesmo fascistas. (...) negando-se pão e água ao estrangeiro que deseje entrar no país em condições perfeitas (...) exigências acadêmicas e superficiais, coisa mesmo originária da má vontade. (...) Esses nacionalistas de calçada se mostram sem querer inimigos da própria pátria, que tanto precisa da maior presença possível de braços para consolidação e garantia de um futuro⁹⁶

Os ataques voltados às características raciais, psicológicas e físicas “indesejáveis” presentes em determinados grupos de candidatos à imigração serão alvo de maiores detalhamentos mais adiante, mas podem ser adiantadas as críticas ao tratamento “privilegiado” concedido aos imigrantes. Virgílio Correia Filho, que em outros momentos se demonstra mais receptivo à idéia da colonização realizada por imigrantes, afirmava a respeito do tratamento concedido ao imigrante estrangeiro que:

A proteção ao trabalhador nacional, por lhe apreciar a valia incomparável, deverá começar no berço, e até antes, para que não se apresente em condições inferiores ao colono dalém mar, recebido entre mimos e extremos de hospedagem, embora nem sempre saiba corresponder ao amistoso acolhimento.⁹⁷

Chegava assim ao ponto de qualificar como “mimos e extremos de

96 VIDAL, Ademar. Imigração e nacionalismo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 586-588, agosto 1946, p. 586

97 CORREIA FILHO, Virgílio. Campanha povoadora. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p.1556-1559, março 1946, p. 1559

hospedagem” e “amistoso acolhimento” elementos de um contexto em que a imigração sofria uma série de restrições, particularmente no plano das leis. Uma forma mais sutil de crítica à imigração como instrumento de povoamento era a oposição entre padrões qualitativos e quantitativos. Ainda que autores como Hehl Neiva e Benchimol, entre outros favoráveis à imigração em larga escala, propusessem critérios qualitativos para a seleção de imigrantes, essa dicotomia foi explorada em trabalhos como o de Glycon de Paiva, onde pode-se ler que “já passou a fase da imigração indiscriminada em quantidade, porque a cepa brasileira é suficiente, por crescimento reprodutivo, para preencher nossa capacidade de população”⁹⁸.

Outros autores também utilizariam de argumentos ligados ao ritmo de crescimento vegetativo da população brasileira para fazerem suas propostas quanto aos processos de imigração no país. Em 1946, seria publicado no Boletim Geográfico um artigo intitulado “A política imigratória mais conveniente ao Brasil”⁹⁹ que, a partir de um prévio embasamento teórico e de comentários realizados a partir da análise dos censos até então realizados no Brasil, se concentra menos nas questões diretamente ligadas à imigração que em outros problemas nacionais.

A partir da premissa de que o crescimento populacional brasileiro era, até então lento, esse texto atribuía isso “ao fato das riquezas econômicas serem diminutas em relação ao número de habitantes”. Como solução, se propunha o incentivo à “formação de reservas” de modo a permitir maiores investimentos em infra-estrutura e na saúde e educação da população como um todo, num processo em que a política imigratória se centraria numa “política de seleção de elementos úteis ao desenvolvimento econômico nos campos de produção”¹⁰⁰, repetindo-se assim o verificado em Paiva (1946), ou seja, a promoção da idéia da imigração qualitativa. Politi (1946) dava mais importância à elevação da renda nacional do que ao incremento populacional ou à atração de grandes contingentes imigratórios.

A questão do padrão de vida da população brasileira também foi considerada por autores como Virgílio Correia Filho, que em seu artigo “Campanha povoadora”, de 1946, dissertaria acerca dos elevados índices de mortalidade infantil verificados

98 PAIVA, Glycon de. Política imigratória para o Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, p. 829-834, outubro 1946, p. 833

99 POLITI, S. M. A política imigratória mais conveniente ao Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, dezembro 1946, p. 1189-1143

100 Idem, p. 1142-1143

então no Brasil, comentando como essa taxa de mortalidade terminaria por minar o potencial de crescimento populacional renunciado pela natalidade do período. Ao analisar a questão do povoamento nacional, Correia Filho compara os contingentes nativos com os imigrantes oriundos da Europa do pós-Guerra, apontando para as vantagens do povoamento baseado nos primeiros:

Impõe-se (...) o povoamento amplo, na totalidade territorial, regulado por normas racionais de proteção aos brasileiros porvindouros. Certo, não seria impossível o encaminhamento para os rincões inaproveitados da gente que sobrar da monstruosa carnificina européia. Raros, porém, escaparão às malignidades dos traumatismos, que os tornarão inadaptáveis às funções impostas aos desbravadores. Melhores contingentes poderão firmar-se com os próprios nativos, já perfeitamente aclimatados, e seus descendentes salvos da aniquilação. É a classe mais recomendada de povoadores, sem perigo de enquistamentos raciais nem de questões diplomáticas derivadas de insatisfações de minorias inassimiláveis.¹⁰¹

Desta forma, eram levantadas nessa discussão questões referentes à origem dos imigrantes que, pode-se perceber, foram vistas por alguns como impedimentos a um povoamento calcado em políticas de imigração. Reforçando a ênfase no crescimento vegetativo como meio ideal para o aumento da população, temos o seguinte exemplo:

O crescimento vegetativo é sem dúvida a melhor forma de aumentar uma população sem criar novos problemas, pois que o brasileiro nato é um indivíduo afeito ao meio geográfico e cultural, um brasileiro cento por cento. (...)
Além de não ser isenta de despesas, ao contrário, a imigração para o Brasil está longe de alcançar os valores que muitos supõem. (...)
Além desses fatores há a acrescentar o fator “concorrência” no mercado imigratório. (...)
Não poderemos, portanto, conseguir o que de melhor houver em imigrantes se não lhes pudermos oferecer um nível de vida razoável. (...) ¹⁰²

Evidenciava-se assim uma corrente que apregoava a superioridade do contingente nacional, frente às necessidades e possibilidades do país no período. A questão da concorrência entre os países receptores de imigrantes seria notada por outros autores, como Ilmar Penna Marinho e Fernando Bastos de Ávila, em momentos posteriores ao pós-Guerra imediato. Por outro lado, a defesa nacionalista do brasileiro como mais “apto” do ponto de vista cultural, implícita ou explícita, foi feita de forma mais marcante logo após a Guerra, certamente como reação às propostas relativas à recepção de grupos de refugiados da guerra.

101 CORREIA FILHO, Virgílio. Campanha povoadora. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p.1556-1559, março 1946, p. 1557-1558

102 LIMA, Amauri B. de. Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 56, p. 905-909, novembro 1947, p. 906-909

A defesa do brasileiro diante da “tragédia demográfica” dos elevados índices de mortalidade, ainda mais a infantil, seria outra das justificativas para as posturas não tão favoráveis à imigração estrangeira. Em 1949, ao abordar o problema do povoamento, Luís Amaral chamava a atenção para os problemas de saúde pública no país, responsáveis por taxas de mortalidade infantil elevadas, que serviam de entrave ao crescimento populacional. O mesmo autor era implacável ao criticar os defensores de uma solução meramente imigrantista, visto que em sua visão as limitações climáticas levariam os fluxos de imigrantes apenas para determinadas partes do país:

Quando, portanto, restringimos à imantação de correntes imigratórias a solução dos problemas demográficos, não atuamos com visão panorâmica, brasileira, mas apenas regional; pois essas correntes só podem orientar-se para baixo do trópico (...) criando graves questões porvindouras, em virtude de se acumularem na zona fisiográfica do sul. Se queremos buscar solução nacional, não pensamos sobretudo buscar lá fora o de que necessitamos aqui dentro.¹⁰³

A preocupação implícita com a questão da unidade nacional, que se veria ameaçada pela diferenciação do país através da recepção intensiva de imigrantes em uma de suas regiões em detrimento das demais, já era prenunciada em artigo publicado em 1947:

Porque o sul será envolvido mais e mais pela capa européia e o norte e o nordeste permanecerão dentro dos padrões culturais que caracterizam o período colonial (...) A fatal distância étnica que daí surgir pode criar perigos muito sérios para a unidade nacional (...)¹⁰⁴

Não sendo ainda o momento da análise em detalhe das questões étnicas relativas à imigração, é preciso ressaltar que a diferenciação étnica (ou racial, dependendo do autor) seria vista por um número considerável de autores como um fator dissuasor em relação ao uso intensivo da imigração para uma política de povoamento nacional. O que contrasta com outras visões, a serem analisadas mais adiante neste trabalho, que teriam a mudança dos parâmetros raciais brasileiros como paradigma desejado. Desse modo, ainda que as questões do povoamento e da colonização do território nacional fossem vistas como prementes no período ora estudado, nem sempre a imigração seria vista como a principal solução para as mesmas.

103 AMARAL, Luís. Problemas demográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 74, p. 145-154, maio 1949, p. 151

104 REIS, Artur César Ferreira. A unidade nacional e a imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 46, p. 1341-1343, janeiro 1947, p. 1342

Tendo isso em mente, vemos a seguir, na parte 4.1.1 deste trabalho, a discussão específica da questão da colonização, imbricada com a questão fundiária; logo em seguida, na parte 4.1.2, uma análise do papel da imigração diante das questões referentes às técnicas agrícolas utilizadas no campo brasileiro.

4.1.1 – Colonização e questão fundiária

Na produção presente em periódicos de Geografia do período do pós-Segunda Guerra, encontramos a idéia da complementaridade entre o processo de imigração e a colonização de áreas no interior do Brasil. A colonização seria vista, nesse enfoque, tanto como uma parte do processo imigratório, quanto como um dos objetivos a serem cumpridos por esse processo. Da mesma maneira, o sistema pelo qual esse processo se daria estava aberto à discussão, levando a uma considerável gama de propostas. E, incidentalmente, a questão fundiária foi associada por mais de um autor ao desenvolvimento do processo colonizador.

A partir do (quase) consenso quanto à disponibilidade de espaços desocupados no interior do Brasil, alguns autores defendiam a idéia de que a colonização deveria exercer um papel protagonista no processo de expansão da “fronteira econômica” brasileira. A esse respeito, Hehl Neiva diria em artigo publicado em 1947 que:

Este resultado pode ser obtido a partir de duas modalidades distintas (...)
O primeiro desses métodos é o de promover o deslocamento da fronteira econômica paralelamente a si própria (...) política da “mancha de óleo” (...) escolhem-se ao longo da fronteira econômica, dentro da zona pioneira, e relativamente pouco afastados dessa fronteira, locais apropriados para o nucleamento de colonos. Ligam-se estes núcleos à região mais densamente povoada (...) O crescimento de uma série de núcleos nessas condições provocará, ao fim de um certo tempo, o deslocamento natural da fronteira econômica (...) incorporando à civilização a área da zona pioneira limítrofe da fronteira econômica primitiva, pelo simples adensamento demográfico operado na região (...)
[sobre o segundo método]
Não se trata mais, aqui, de deslocar a fronteira econômica paralelamente a si própria, mas sim de criar novas ilhas de maior densidade demográfica nos grandes espaços vazios de população brasileira. [Isso] provocará a formação, na hinterlândia, de um sistema de pontos nodais que acabarão cobrindo, como nas malhas de uma rede, os imensos espaços despovoados da zona pioneira.¹⁰⁵

É digno de nota que, para Neiva, ambos os métodos seriam passíveis de execução no Brasil, podendo ser realizados de acordo com as necessidades existentes. Visão idêntica estava contida na proposta de Renato Dénys, feita em 1951¹⁰⁶. Ao tratar das possibilidades do “povoamento por ilhas demográficas”, Dénys chegou a defender que as mesmas fossem “núcleos avançados da civilização,

105 NEIVA, Artur Hehl. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 249-270, abr./jun. 1947, p. 262-263

106 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1161

praticamente autárquicos, e que, com o progresso da aviação, tornam-se bastante viáveis”. Percebe-se, nesses autores, a idéia de que o povoamento de áreas isoladas do interior seria desejável, desde que realizado sob o controle dos órgãos governamentais e que visasse a posterior integração desses núcleos de povoamento ao restante do país.

Considerando, porém, os casos antecedentes de colonização oficial em áreas afastadas das vias terrestres de transporte que acarretaram no isolamento das comunidades envolvidas, bem como o estado em que se encontravam as áreas já ocupadas do país, outros autores se posicionaram de forma a priorizar o aproveitamento das terras próximas ao litoral. A esse respeito, Faissol escreveu em 1952:

Em um país como o Brasil a colonização agrícola é essencial ao desenvolvimento de nossa produção e deve ser o principal objetivo. Mas o Brasil é um país grande. Onde fazer a colonização? Nas distantes e semi-abandonadas terras do interior? Em parte, sim, mas o esforço principal deve ser nas terras abandonadas do litoral já bem povoadas e onde uma recuperação em termos de economia permanente se torna indispensável. Não nos devemos esquecer que se o litoral não está produzindo para o seu consumo é porque as terras estão se esgotando e não porque já esteja muito povoada.¹⁰⁷

Argumentos semelhantes são encontrados nos trabalhos de Leo Waibel. É importante notar que, se por um lado esse ponto de vista se sustenta na idéia de que as terras do interior do Brasil possuíam um baixo potencial agrícola¹⁰⁸, por outro se basearia em questões de ordem fundiária. Assim, esses autores evocariam a necessidade de um aproveitamento mais intensivo das terras do leste brasileiro, questionando o domínio da grande propriedade, nem sempre produtiva, sobre esses territórios.

Speridião Faissol foi um defensor da colonização em Estados como Goiás, onde realizou diversos estudos sobre temas referentes à colonização. Um exemplo disso está no extenso artigo “O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil”¹⁰⁹, que se concentra no estudo geográfico do que era o sul de Goiás (a maior parte do Estado atual) e do Triângulo Mineiro. Além da

107 FAISSOL, Speridião. Que é Colonização?. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 363-367, jul./set. 1952, p. 367

108 Isso posteriormente seria contestado pelas tecnologias que hoje permitem que, em grande parte devido à produção dessas áreas, o Brasil seja atualmente um dos maiores exportadores agrícolas mundiais.

109 FAISSOL, Speridião. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 3-66, jan./mar. 1957

abordagem das questões agrícolas gerais da área em questão, vê-se nesse artigo o estudo de iniciativas de colonização envolvendo tanto colonos brasileiros como estrangeiros.

O que traz à tona outro dilema referente ao processo de colonização: como alocar os colonos, a partir do critério de nacionalidade. Autores como Hehl Neiva e Dénys defendiam a formação de núcleos coloniais mistos de brasileiros e estrangeiros tanto como forma de impedir a formação dos “quistos étnicos”, quanto para evitar o isolamento dos estrangeiros em áreas povoadas exclusivamente por eles.

Por sua vez, autores como Leo Waibel, considerando problemas ocorridos em iniciativas prévias de colonização, expressariam posição contrária à criação de colônias mistas. Em seu “Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil” (1949), Waibel seria taxativo ao colocar entre suas propostas para uma “colonização européia próspera e florescente no Brasil” o princípio de que cada colônia deveria representar uma unidade étnica. No entanto, antecipando-se à oposição existente a esse princípio, o autor seria bem claro ao escrever que:

Não estou propondo colocar imigrantes em grandes colônias compactas, como sucedeu em Blumenau ou Caxias do Sul. Minha idéia é de formar várias pequenas comunidades européias, de origem étnica uniforme, dentro da mesma área (...) entremeados de comunidades luso-brasileiras. De acordo com esse princípio, que se poderia chamar de “colonização étnica disseminada”, não há perigo de formação de quistos (...) ¹¹⁰

Assim, Leo Waibel proporia uma alternativa visando a acomodar tanto os interesses dos planejadores das políticas imigratórias no Brasil, como as necessidades de acomodação da primeira geração de imigrantes, que segundo ele “só ficará satisfeita e feliz se lhe for permitido formar uma comunidade que seja uniforme do ponto de vista étnico, social e cultural”¹¹¹. Tratava-se de uma perspectiva em que o processo colonizador ocorrido nos Estados Unidos seria um exemplo a ser seguido¹¹². Ao tratar do processo de colonização como um todo, Waibel (1949) compararia o mesmo a um “casamento”, em que os interesses dos imigrantes também deveriam ser levados em conta.

Waibel não seria o único autor a se referir aos exemplos de colonização

110 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222 de abr./jun. 1949, p. 213

111 Idem, p. 213

112 Maiores detalhes a respeito podem ser vistos em WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955, p. 409-414.

norte-americanos. José Artur Rios dissertaria a respeito das conseqüências das diferentes políticas fundiárias de Brasil e EUA durante o século XIX, relacionando as mesmas com os respectivos fluxos imigratórios:

No século XIX, os Estados Unidos puderam aproveitar-se de uma poderosa corrente imigratória, pelas facilidades de ascensão social que proporcionaram ao imigrante. Se a vida rural americana pôde enriquecer-se com a contribuição trazida por finlandeses, noruegueses, dinamarqueses, tchecos, portugueses, suecos e flamengos, foi, entre outros fatores, porque aos representantes destas nacionalidades foi fácil integrar-se na agricultura americana através da posse da terra. Pelos motivos opostos, não pôde o Brasil, na mesma época, canalizar para o seu território a massa formidável dos emigrantes europeus.¹¹³

Rios apontava, desta forma, as conseqüências das políticas fundiárias adotadas até então, ou de sua ausência, como prejudiciais à imigração para o Brasil. No entanto, é interessante notar que a Lei de Terras adotada pelo Brasil a partir de meados do século XIX, em contraste com o sistema norte-americano que previa a distribuição de terras na fronteira agrícola, não seria necessariamente vista como negativa. Para Rios,

A lei de terras de 1850, que podia ter iniciado uma era nova para o Brasil, nunca foi aplicada, simplesmente porque jamais se executou uma providência básica que condicionava sua execução: o tombamento das terras devolutas, sua demarcação e registo[sic]. A mesma oposição encontrada pelos abolicionistas, era o que tinham de enfrentar todos os que sonhavam a substituição do latifúndio pela pequena propriedade.¹¹⁴

Não se tratava de uma opinião unânime. Em 1961, José Honório Rodrigues veria os resultados da Lei de Terras sob um prisma mais positivo:

A lei de 18 de setembro de 1850 provocou importantíssimos debates parlamentares e jornalísticos. Seu fim imediato e terminante era o de fazer medir, demarcar e vender em lotes as terras devolutas; seu fim político era o de auxiliar a imigração estrangeira. Com ela morria definitivamente no Brasil a sesmaria e se estabelecia a venda de terras, com o que não só se dava ao Tesouro um novo recurso, como também se garantia uma melhor colonização.¹¹⁵

Percebe-se, assim, um claro contraste nas análises feitas por esses autores a respeito da mesma Lei de Terras. Não deixa de ser digno de nota que José Honório Rodrigues fosse professor do Instituto Rio Branco, portanto vinculado ao corpo diplomático brasileiro. Quanto a Rios, ele se destacaria no período em questão por pesquisas relacionadas não apenas à questão fundiária, como também a grupos de

113 RIOS, José Artur. O imigrante e o problema da terra. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 76, p. 402-408, julho 1949, p. 403

114 Idem, p. 406

115 RODRIGUES, José Honório. História da concessão de terras no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 19, n.161, p. 367-370, mai./jun. 1961, p. 370

imigrantes como os confederados vindos para o Brasil depois da derrota do Sul na Guerra Civil Americana¹¹⁶. Vale notar que a idéia da venda de terras como um novo recurso para o governo não seria unânime entre os estudiosos das questões referentes ao problema fundiário e à colonização¹¹⁷.

O interesse no debate sobre a Lei de Terras do século XIX, residia no dilema quanto à utilização das terras devolutas, que poderiam representar um fator propulsor para uma ocupação do interior brasileiro por pequenas propriedades. Embora esse processo pudesse se dar a partir da mera distribuição dessas terras, a maioria dos autores analisados defendia a venda de propriedades. O próprio Rios, a respeito, diria que:

Falamos aqui em distribuição, não em doação de terra. Achamos de todo condenável, sobretudo no caso do Brasil, a distribuição gratuita da terra, desapropriada. A história da colonização, em nossa terra, está cheia de exemplos que corroboram a experiência de outros países nesse sentido. A terra deve ser vendida a baixo preço, paga a prazos longuíssimos, jamais dada.¹¹⁸

A simples distribuição de terras não era vista, assim, como suficiente, enfatizando-se a necessidade de se garantir que o colono manifestasse um perfil empreendedor, o que seria possibilitado pela “pressão” exercida através da cobrança pelo acesso à terra. Pode-se identificar Rios como o autor que, dentro do material analisado, mais se deteve nessa questão. Ao defender a desapropriação de terras com o objetivo de possibilitar uma reestruturação fundiária no Brasil, indo além do mero aproveitamento das terras devolutas, ele diria que:

Assim, a terra desapropriada se destinaria a ser distribuída: 1) em glebas cujo tamanho mínimo seria ditado pelas condições regionais a pequenos proprietários; 2) em parcelas complementares àqueles que estivessem sofrendo as conseqüências da fragmentação excessiva da terra; 3) em grandes propriedades, por meio de concessões temporárias, a título de experiência, a cooperativas e associações de lavradores; 4) sob a forma de “bem de família” (*homestead*) em projetos de colonização; 5) em pequenas glebas, com horta e jardim, nos projetos de lares operários, ao redor das cidades, com o objetivo de criar as chamadas “hortas verdes”; 6) ainda sob a forma de grandes propriedades para que o Estado nelas realize experiências de reflorestamento, de fomento agrícola e animal; 7) em concessões temporárias a particulares e a empresas que tenham por fim

116 RIOS, José Artur. A imigração de confederados norte-americanos ao Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 81, p. 942-956, dezembro 1949.

117 Em OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de. Problemas da produção no Brasil **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 55, p. 802-814, outubro 1947, p. 813, o autor escreveu que a venda de terras devolutas aos colonos correspondia ao “ilusório objetivo imediatista de obter rendas para o Estado, com a alienação precipitada de suas terras”.

118 RIOS, José Artur. Rumos da Reforma Agrária. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 120, p. 169-176, jul./ago. 1954, p. 175. Transcrição de Comunidade – Revista do Centro de Treinamento de Missões Rurais de Pinhal, ano I, n. 1, setembro de 1952

realizar melhorias importantes em determinadas regiões.¹¹⁹

Ainda que não necessariamente de forma tão detalhada quanto aos meandros do processo, a questão da propriedade da terra pelo colono foi enfatizada por outros autores. Ao listar os fatores fundamentais para a “fixação do homem ao solo” através de uma “boa colonização”, Benchimol (1946, p. 699) citaria a “propriedade da terra” como o primeiro da lista. A respeito dos “núcleos coloniais”, por sua vez, Hehl Neiva (1950) defende que os mesmos

(...) devem ser formados retalhando as terras de uma grande propriedade. As terras devem ser de boa qualidade (...) e situadas a uma distância entre 50 e 75 quilômetros, no máximo, de uma ferrovia a ela ligada por uma estrada de rodagem satisfatória.¹²⁰

Seguia-se, no artigo em questão, uma descrição meticulosa da organização dos espaços citados, expondo todo um planejamento voltado para estes. Diferentemente de Rios, que lamentava a perda de correntes imigratórias européias durante o século XIX devido à “ausência” de uma política fundiária, Hehl Neiva apresentaria outro tipo de queixa. Para ele,

a era da imigração espontânea para os campos, de elementos bons, agricultores, contentando-se em ser, durante muitos anos, meros colonos em terras alheias, está definitivamente encerrada (...) Os imigrantes de hoje sujeitar-se-ão a trabalhar como colonos apenas por certo tempo, não superior a dois anos (...) se tiverem a certeza de que, passada essa fase, poderão ser donos do próprio futuro (...) Se não, irão para outras terras.¹²¹

Hehl Neiva argumentava, portanto, mais a favor do adensamento do povoamento do que propriamente quanto ao estabelecimento de pequenas propriedades. Dessa forma, a criação de áreas onde ocorria o predomínio dessa modalidade fundiária era menos um objetivo que um meio para de outras metas, como a atração de mão-de-obra para as áreas rurais.

Quanto à origem das terras a serem alocadas para os projetos de colonização, vemos que, em termos gerais, os autores em geral sugeriam o uso das terras devolutas. Ou então, como visto nos trabalhos de Hehl Neiva e de Rios já citados, áreas oriundas de desapropriação de grandes propriedades. A esse respeito, podem ser apontadas críticas quanto à concentração fundiária brasileira, como a que Rios realiza em artigo publicado em 1954:

É inegável que a distribuição da propriedade, no meio rural brasileiro, representa uma tremenda injustiça social. Há, em todos os países que

119 Idem, p. 175

120 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 173

121 Idem, p. 174

dependem da agricultura, certa porcentagem de homens sem terra. (...) Numa sociedade em progresso, esses proletários sem terra começam como jornaleiros, mas sabem que têm possibilidade, pelo esforço próprio (...) de atingir a posição de foreiros, de gerentes ou de proprietários. (...) Na maior parte do país, no entanto, não é isso o que ocorre. Multidões de párias rurais não têm sequer a esperança de conseguir a propriedade do solo para os filhos ou netos. A condição de proprietários sem terra[sic] transmite-se de geração em geração culminando no abandono dos campos.¹²²

Nota-se que, para Rios, a concentração fundiária era um dos fatores responsáveis pelo mal aproveitamento das terras cultiváveis do Brasil. Não foi o único autor a fazer essa crítica. Em seu artigo publicado no Boletim Geográfico, Faissol incluía entre os mesmos “um sistema de propriedades inadequado”¹²³. Desta forma, esse autor criticava o abismo existente entre os dois tipos de propriedades predominantes no campo, opondo, de um lado, as grandes fazendas baseadas na exploração extensiva da terra a, do outro, as pequenas propriedades policultoras. Ao demonstrar que as pequenas propriedades, embora predominantes em número, eram minoritárias quanto à área total possuída, Faissol constata que nem sempre estas seriam economicamente viáveis, dados os sistemas de utilização da terra em voga, como a pecuária extensiva.

Esse sistema, favorecedor do domínio da grande propriedade no cenário rural brasileiro, era apontado como conseqüência do sistema de sesmarias anterior à Lei de Terras. Em artigo publicado em 1947, Oliveira escreve, a respeito da colonização efetuada no sul, que esta fora efetuada nas áreas de mata porque as outras terras “ou tinham sido apossadas pelos criadores ou tinham sido doadas em sesmarias”¹²⁴. Esse autor chamaria atenção para a questão dos meios de transporte entre as áreas de colonização e os mercados consumidores, apontando a “inexistência de meios adequados de transporte” como uma das principais razões para o “insucesso econômico nos primeiros tempos” de núcleos coloniais como São Leopoldo e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul¹²⁵.

Levando em conta essas experiências anteriores, Oliveira aponta o que consideraria como “erros” no processo de colonização que então acontecia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, considerando que a “expansão lenta da

122 RIOS, José Artur. Rumos da Reforma Agrária. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 120, p. 169-176, jul./ago. 1954, p. 171

123 FAISSOL, Speridião. Alguns Aspectos do Problema de Colonização no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 691-712, nov./dez. 1952, p. 693

124 OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de. Problemas da produção no Brasil **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 55, p. 802-814, outubro 1947, p. 813

125 Idem, p. 813

pequena propriedade” estaria sendo afetada pela repetição de padrões ligados ao

isolamento, isto é, quanto à falta de mercados, de estradas, de trocas mercantis e de trocas de idéias, resultando na estagnação econômica e nos enquistamentos culturais e raciais que hoje preocupam a consciência coletiva da Nação.

A continuidade do erro é motivada quase sempre pela obsessão de colonizar terras devolutas (e portanto longínquas) para o estabelecimento de colônias. (...)

Parece-nos, assim, que esse isolamento é diretamente responsável pelos quistos, muito mais do que os fatos relacionados com a índole dos emigrados.¹²⁶

Como é possível notar, o autor dava à questão da organização espacial das áreas de colonização uma maior importância, dentro da problemática da formação dos ditos “enquistamentos culturais e raciais”, do que aos fatores de ordem cultural e étnica advogados por outros, como Arthur Hehl Neiva. A crítica à utilização das terras devolutas em áreas afastadas também era um ponto dissonante em relação com o apregoado por outros autores. Isso ocorria porque, para Oliveira, a localização das áreas devolutas, por muitas vezes afastadas dos centros urbanos e das vias de comunicação, seria um fator dissuasor quanto ao uso imediatista das mesmas.

A questão da propriedade da terra pelos agricultores foi, portanto, parte integral da discussão relativa aos processos envolvidos na dinâmica da colonização. Esta era encarada como um dos objetivos principais das políticas de imigração. Contudo, havia um contraste entre as teorias propostas e a realidade, que foi de poucas mudanças efetivas na situação do pequeno agricultor no Brasil. Quer fosse ele de origem estrangeira, ou nacional, o fato é que o acesso à terra se manteve como uma questão problemática, com reflexos visíveis até a atualidade.

126 OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de. Problemas da produção no Brasil **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 55, p. 802-814, outubro 1947, p. 813

4.1.2 – Imigração e técnicas agrícolas

Uma das questões recorrentes no debate imigratório ao longo do pós-Segunda Guerra foi a das relações entre imigração e técnicas agrícolas. Tanto no que se referia aos impactos provocados pelas levadas imigratórias anteriores, como no que dizia respeito às expectativas no tocante aos métodos mais modernos que novos colonos estrangeiros poderiam colaborar, implantando e/ou difundindo seu uso no país. Uma das principais motivações dos defensores das colônias mistas de estrangeiros e nacionais era o aprendizado dessas novas técnicas pelos brasileiros a partir do convívio com os agricultores estrangeiros.

A esse respeito, Dénys escreveu que, ao se colocarem os imigrantes junto a colonos nacionais, “o nacional aperfeiçoa sua técnica e o estrangeiro assimila os costumes da terra mais rapidamente”¹²⁷, apregoando assim o que poderia se chamar de uma “assimilação em mão dupla”, ou seja, de técnicas por parte dos brasileiros nativos e dos costumes locais pelos imigrantes. Essa era uma preocupação mesmo entre os defensores de outros métodos de alocação de imigrantes e nacionais, como na Conferência de Goiânia comentada por Faissol (1948), onde se estabeleceu entre as normas gerais de colonização que:

Deve-se procurar formar colônias constituídas de pequenos núcleos culturalmente homogêneos (...) atendendo-se ao princípio da alternância entre núcleos nacionais e estrangeiros (...) núcleos homogêneos, mononacionais, embora possam convizinhar na mesma região nacionalidades diversas.¹²⁸

Durante a Conferência foi defendida a idéia do imigrante como “mestre” dos nacionais. A esse respeito, Faissol escreve que “podemos deduzir que a conferência de Goiânia considerou o imigrante como um grande auxiliar na construção de uma pátria engrandecida, um mestre para os nossos caboclos”¹²⁹. A importância da imigração como elemento de aperfeiçoamento das técnicas agrárias seria defendida por diversos autores, mesmo aqueles que não a viam como um fator importante para o povoamento nacional. A respeito disso, basta lembrar de Glycon de Paiva (1946), que defendia a atração de agricultores de países escandinavos e germânicos, tidos como de nível técnico mais elevado que os imigrantes dos países latinos do sul da

127 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1161

128 FAISSOL, Speridião. Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 274-278, abr./jun. 1949, p. 275

129 Idem, p. 275

Europa.

No entanto, nas análises de vários autores quanto a iniciativas pretéritas de colonização com imigrantes europeus, vê-se que nem sempre a imigração proporcionou uma elevação das técnicas agrícolas nas áreas ocupadas pelos colonos estrangeiros. Os exemplos mais referenciados foram os casos das ocupações das áreas de mata nos Estados sulinos, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No artigo “Problemas Agrários do Brasil”, de Walter Alberto Egler, seriam apontadas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes europeus

que, possuindo métodos tradicionais de agricultura, vêm-se[sic] de um dia para o outro em face de um ambiente novo e agressivo, com usos e costumes diferentes. Os processos agrícolas mais adiantados, o arado e outros instrumentos que possibilitam a multiplicação do trabalho-homem, esbarram nos obstáculos sobrehumanos de uma natureza por demais exuberante. O recém-vindo sente-se desorientado, oprimido e procura, em vão, adaptar o ambiente aos seus hábitos, esgotando-se até a última fibra.¹³⁰

É importante apontar o fato de que esse relato se aplicava aos casos mais antigos de colonização, para os quais o autor enfatiza o estado de abandono a que esses colonos foram deixados pelas autoridades brasileiras. Recorrendo ao relato de João Weiss, filho de colonos, Egler aponta para a parte em que este descreve

a inutilidade de todos os esforços ao tentar a família iniciar o cultivo de suas terras segundo os métodos europeus (...) o desânimo invadia o imigrante e tudo parecia perdida. É então que um novo vizinho, mais “experiente”, vem orientá-los nos métodos em uso no país. E os Weiss (...) tomaram conhecimento da derrubada e da queimada, processos que antes repugnavam à sua mentalidade de agricultores europeus. Só então conseguiram domar a mata virgem, logrando algum resultado¹³¹.

Sobre os motivos que levaram os colonos europeus a manter o uso desses métodos, mesmo depois de obterem a limpeza do terreno, a resposta de Egler estava na falta de capital acumulado, não permitindo ao imigrante comprar insumos que permitissem o aperfeiçoamento das técnicas de cultivo. Com as condições econômicas do interior do país e a adoção das técnicas usuais do campo brasileiro levando a uma rudimentar agricultura de subsistência, em que os poucos excedentes se consumiam em despesas mais imediatas,

o imigrante europeu, em lugar de introduzir os métodos mais aperfeiçoados do seu país de origem, adota os processos usuais no Brasil, porque os mesmos se enquadram no ambiente econômico de nosso interior. É preciso não generalizar, porém, pois em algumas regiões, onde agrupamentos numerosos se localizaram em pontos onde havia facilidade de transporte e

130 EGLER, Walter Alberto. Problemas Agrários do Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, ns. 2, 3 e 4, p. 39-61, 1951, p. 42

131 Idem, p. 44

garantia de mercados, a sua situação manteve-se mais estável e métodos mais racionais são empregados. A grande massa, porém, emprega o sistema conhecido por “rotação de terras”.¹³²

Egler menciona Waibel (1949), como fonte de maiores informações a respeito do sistema de “rotação de terras”, distinguindo entre a rotação de terras primitiva e a rotação de terras melhorada. Enquanto a primeira era encontrada em áreas de colonização mais isoladas, a segunda estava presente em áreas mais próximas das vias de transporte. Em comum entre as duas, o esgotamento paulatino das terras, embora as áreas onde o segundo sistema fosse empregado ainda conhecessem um período de certa prosperidade, em contraste com o cenário de miséria descrito por Waibel nas áreas da rotação de terra primitiva.

Além dessas duas modalidades de desenvolvimento agrícola, vistas como estágios teoricamente sucessivos, Waibel aponta o sistema de rotação de culturas combinadas com a criação de gado como o estágio final desse desenvolvimento. No entanto, era enfático ao definir que “apenas em poucas áreas o desenvolvimento real da paisagem cultural passou pelos três estágios. A maioria das áreas atingiu somente o primeiro estágio, e muitas chegaram a um ponto morto no primeiro estágio”¹³³. Aponta também que, em boa parte das áreas do sul do Brasil, principalmente nas áreas de montanha, de povoamento mais antigo e mais remotas, muitos dos colonos europeus “tornaram-se verdadeiros “caboclos”, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas”¹³⁴.

Tratava-se da apresentação de um conceito recorrente em muitos dos autores que analisaram os casos anteriores de colonização, a idéia do “acaboclamento”. A noção ilustrava como, devido às dificuldades do processo colonizador, em especial a falta de auxílio externo e os equívocos comuns aos processos anteriores de colonização (como a má localização das colônias, por exemplo) os colonos europeus terminaram por sucumbir aos parâmetros da agricultura primitiva praticada no Brasil, num processo que era acompanhado pela decadência de seu padrão de vida. Em princípio, e como aponta Waibel, isso se aplica principalmente aos experimentos mais antigos de colonização. Mas esse seria um argumento contrário à idéia de que

132 EGLER, Walter Alberto. Problemas Agrários do Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, ns. 2, 3 e 4, p. 39-61, 1951, p.45

133 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222 de abr./jun. 1949, p. 182

134 Idem, p. 181

a imigração era necessariamente favorável à elevação dos padrões agrícolas brasileiros.

As condições de abandono a que os colonos foram relegados nessas iniciativas passadas de colonização foram enfatizadas como uma das principais causas desse processo de “acaboclamento”. Em seu artigo, Waibel chega ao ponto de afirmar que “muitas colônias européias no sul do Brasil estarão perdidas dentro de poucas décadas”¹³⁵ caso os governos estaduais e federal não tomassem providências a respeito.

Outros autores faziam a distinção entre o ocorrido nos locais das primeiras iniciativas de colonização européia, ocorridas durante o Império, e as áreas de ocupação mais recente. A esse respeito, Setzer (1951) escreveu que:

Entretanto, somente com os imigrantes vindos da Europa em conseqüência da agitação nazista e da segunda guerra mundial (os japoneses podem ser incluídos neste grupo pelo tipo de sua influência sobre o solo) é que se chega pela primeira vez ao fato inédito de uma terra aumentar de fertilidade ao invés de empobrecer continuamente. É enorme a significação deste fato: indica o fim da mineração do solo e a quebra do círculo vicioso (...) isto é, do homem pobre que empobrece cada vez mais o seu solo.¹³⁶

Estabelecia-se, assim, uma hierarquização das técnicas de cultivo utilizadas pelos imigrantes provenientes em diferentes períodos históricos. Se as áreas de colonização mais antiga, resultantes das iniciativas do Império, eram por vezes palco do processo descrito como “acaboclamento”, isso não se repetia com a mesma freqüência em áreas de ocupação mais recente. Não que as iniciativas do período republicano fossem livres de fracassos. Como exemplo disso, no artigo “A Colônia Alemã de Uvá” Faissol escreveu, a respeito dessa tentativa de colonização iniciada em 1924, que:

A colônia alemã de Uvá foi a primeira tentativa de colonização européia em Goiás. Resultou no mais completo fracasso, e só não terminou totalmente abandonada porque alguns colonos mais perseverantes se adaptaram ao sistema local de criação de gado, fixando-se definitivamente. (...) Foi uma dura lição que custou ao Governo[estadual] todo o interesse pela colonização dirigida; a muitos colonos custou a vida e aos que ficaram custou muito trabalho e sofrimento, transformando-os em caboclos de olhos esverdeados, falando alemão.¹³⁷

O artigo reitera, na verdade, a tese do “acaboclamento”. Enfatiza-se, ainda, a

135 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222 de abr./jun. 1949, p. 190

136 SETZER, José. O caboclo como formador do solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 96, p. 1441-1444, março 1951, p. 1443

137 FAISSOL, Speridião. A Colônia Alemã de Uvá. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-110, jan./mar. 1949, p. 106

falta de um planejamento governamental adequado para essa empreitada no interior de Goiás. Porém, não deixa de ser significativo notar que esse fracasso ocorreu com imigrantes provenientes de um país tido como culturalmente avançado por mais de um autor. Além disso, num período em que se registraram mais sucessos em iniciativas desse estilo no Brasil, como apontado por Setzer.

Desta forma, pode-se perceber que a efetiva melhoria das técnicas agrícolas almeçadas a partir da imigração não ocorria devido a fatores isolados, como a origem dos imigrantes instalados nas colônias, e sim a partir de uma conjunção de fatores. Além das especificidades dos solos tropicais, onde nem sempre as técnicas tradicionais européias eram aplicáveis, os imigrantes se deparavam com outras dificuldades, nem sempre contornáveis unicamente por seus méritos. Nos artigos em que se descreviam sucessos, percebe-se em geral que o uso adequado da técnica era acompanhado por outros fatores positivos, como o entrosamento entre os membros das colônias e a existência de uma ou outra forma de assistência.

Freqüentemente, eram destacados, pelos trabalhos do período, os sucessos de colonos japoneses. Mesmo quando instalados em colônias mistas com resultados aquém das metas estabelecidas, ocorrem referências aos bons resultados obtidos, pela maior parte dos colonos nipônicos. Por vezes, a produtividade desses colonos era desproporcional à sua participação no contingente total de núcleos coloniais, como ocorreu na Seção Piranema do Núcleo Colonial de Santa Cruz, nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. A esse respeito, Corrêa (1962) observa:

O uso da terra na Seção Piranema nos mostra que, à exceção do Chapeiró, inteiramente explotado, há espaço improdutivo ou pouco utilizado. A produção da colônia acha-se relativamente concentrada naquela gleba, onde os japoneses, perfazendo apenas 7,5% do pessoal total, produzem cerca de 25% do valor total da produção.¹³⁸

Ao lidar com a questão do impacto da colonização nas técnicas agrícolas nesse núcleo colonial, no Rio de Janeiro, Corrêa (1962) enfatiza em seu artigo a importância da mesma na alteração do uso da terra e dos sistemas agrícolas naquela área. O autor aponta o sistema de cooperativa, adotado pelos colonos japoneses, como responsável pelos bons resultados ali obtidos. Defendendo que o sucesso dessa iniciativa não se deveria apenas à aplicação de técnicas agrícolas modernas, como também à rede de assistência ao longo do processo de produção e venda do produto, focada na cooperativa.

138 CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2, 3 e 4, 1962, p. 56.

Trata-se de um exemplo emblemático pois, apesar do sucesso alcançado pelos colonos japoneses, o mesmo não se repetiu no caso dos colonos nacionais. Sem adotar as cooperativas e resistentes ao uso de técnicas alternativas de cultivo, os brasileiros não teriam alcançado, segundo diversos autores, o mesmo grau de sucesso dos orientais, o que já se anteveria nas “Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz”¹³⁹ escritas por Faissol em 1950. Da mesma forma, Alonso (1955) destacaria o maior dinamismo dos colonos japoneses no mesmo núcleo¹⁴⁰.

Resultados como esses seriam obtidos por outros colonos, como Setzer (1951) já salientara. No entanto, o exemplo dos japoneses do núcleo de Santa Cruz, ainda que limitado em números absolutos, se destaca pela quantidade de artigos publicados a respeito, bem como por permitir a comparação entre os colonos estrangeiros e brasileiros na mesma área de colonização. Ainda que alguns dos brasileiros também obtivessem bons resultados, vale notar que os autores afirmam que, em geral, estes estariam menos preparados. A esse respeito, Corrêa diria que:

Este fracasso só poderia ser evitado se aqueles colonos, recebessem assistência técnica, financeira e educativa. Na verdade eles são provenientes de terras onde ainda o velho sistema caboclo de rotação das terras é largamente empregado. (...) Também para o Núcleo vieram, à exceção dos japoneses, antigos trabalhadores ou proprietários que trabalharam com assalariados. A passagem desses grupos para um novo regime fundiário, e para uma exploração familiar não poderia ter sido feita senão através de um processo de educação progressiva. Porisso[sic] mesmo até hoje não existe uma Cooperativa de brasileiros.¹⁴¹

Corrêa argumenta assim que a tão almejada “educação” dos agricultores brasileiros a partir do contato com trabalhadores de origem estrangeira, detentores de técnicas tidas como mais sofisticadas, não era tão simples de se obter. Na verdade, e como parte das críticas à organização oficial desse núcleo colonial antes de sua emancipação, Faissol acusava a Administração do Núcleo de fomentar a “falta de confiança” entre japoneses e brasileiros, concedendo aos últimos privilégios como o fornecimento de bombas d’água para a irrigação, negadas aos orientais¹⁴².

É possível perguntar, portanto, até que ponto seria possível que a imigração pudesse exercer um papel favorável na renovação das técnicas agrícolas adotadas

139 FAISSOL, Speridião. Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 82, p. 1162-1164, janeiro 1950

140 ALONSO, Delnida Martinez. Notas para o estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção de Piranema). **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1 e 2, p. 32-48, 1955

141 CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2, 3 e 4, 1962, p. 59

142 FAISSOL, Speridião. Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 82, p. 1162-1164, janeiro 1950, p. 1163-1164

no Brasil. Afinal, mesmo as autoridades que, como foi visto, pretendiam que os colonos estrangeiros “educassem” os nacionais, por vezes se prestaram ao papel de privilegiar uns em detrimento dos outros. Ademais, não custa indicar que, nesse particular, as opiniões dos autores favoráveis à implementação de núcleos homogêneos, talvez encontrassem mais respaldo na realidade que as idéias dos defensores das colônias mistas.

Vale notar, portanto, que essa discussão das relações entre a imigração e as técnicas agrícolas estava diretamente ligada aos demais aspectos da relação da imigração com questões tais como a colonização e a estruturação do conjunto das propriedades rurais. Tendo feito essas considerações sobre as inter-relações entre a imigração e os problemas da terra encontradas nos trabalhos veiculados nos periódicos de Geografia do recorte temporal enfocado, cabe adentrar na segunda parte deste capítulo, que trata das discussões em torno do perfil dos imigrantes esperados pelo país a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

4.2 – O imigrante (in)desejado no pós-Segunda Guerra

No contexto das discussões do pós-Guerra referentes às políticas de imigração, dadas as expectativas de que a mesma pudesse servir de instrumento os processos de povoamento e desenvolvimento econômico do país, os imigrantes foram alvos de diversas especulações envolvendo suas origens, motivações e possibilidades reais de contribuição aos projetos que se vislumbravam no Brasil. No tocante à origem, estas não se limitaram meramente a questões de nacionalidade, como também a conceitos como raça, entrelaçando-se com os motivos de seu deslocamento. Nota-se também que preocupações de natureza eugênica, ainda estavam presentes nos anos subseqüentes à derrota do nazismo na Europa.

O fato de que a imigração do pós-guerra imediato era em grande parte composta por refugiados, ou ainda “deslocados de guerra”, seria citado tanto como fator positivo ou negativo por diferentes autores. Da mesma forma, os motivos pessoais dos imigrantes eram encarados de diferentes perspectivas, por parte dos defensores e dos detratores de políticas imigrantistas. Isso se relacionava com as diferentes visões quanto às contribuições que os imigrantes poderiam fazer ao Brasil. Se alguns defendiam a imigração como parte de um projeto nacional, outros atacaram essa idéia em sua totalidade, ou ao menos em parte, de acordo com os distintos interesses em questão.

A idéia de como a imigração poderia servir como uma contribuição ao país foi expressa de diferentes formas. Com isso, se por um lado a imigração voltada para a ocupação agrícola do interior continuava sendo defendida no pós-Guerra (VAINER, 2000), se levantaram vozes favoráveis à vinda de imigrantes para a indústria. Na verdade, muitas vezes uma e outra orientação dos fluxos de trabalhadores vindos do exterior eram vistas como complementares, e não concorrentes, variando mais a ênfase em um ou outro tipo de ocupação de acordo com os interesses defendidos.

No discurso de alguns autores, a questão da origem étnico-nacional do imigrante termina por se sobrepor à questão das habilidades profissionais e possibilidades econômicas dos imigrantes no Brasil. Isso era particularmente notável em determinadas abordagens da imigração japonesa, que a despeito dos seus reconhecidamente bons resultados do ponto de vista econômico, era rechaçada por considerações motivadas por questões raciais. Note-se que os japoneses não foram os únicos a serem eventualmente rejeitados por alguns autores devido a esse tipo

de motivação. No caso deles, contudo, é interessante perceber como as considerações de ordem racial acabavam se sobrepondo às demandas econômicas, ainda que os mesmos autores por vezes as levassem em consideração.

Os trabalhos analisados permitem ver que o perfil desejável de imigrante para o Brasil seria alvo de ponderações, atendendo aos interesses defendidos pelos estudiosos dessa questão. Portanto, na parte 4.2.1 da dissertação, prossegue-se com a análise da relação entre imigração e economia, enfocando o debate quanto à destinação final do imigrante, se para as áreas rurais ou urbanas.

Na parte 4.2.2, ocorrerá a análise das relações entre imigração e a questão racial, onde além do discurso de raça também serão consideradas outras questões relacionadas. Entre estas, podem ser destacadas a sobrevida do discurso eugênico no pós-Segunda Guerra, a entrada do “alinhamento ideológico” entre os critérios para a seleção dos imigrantes e a problemática da assimilação dos imigrantes.

4.2.1 – Imigração e economia: o campo ou a cidade?

Num contexto de urbanização e industrialização aceleradas, desde antes da Segunda Guerra Mundial, persistia a preocupação com o campo brasileiro, e a imigração era encarada por alguns autores como um dos instrumentos que permitiriam o aproveitamento mais intensivo do meio rural. Simultaneamente, outros defendiam um estímulo maior à atração de mão-de-obra para a crescente demanda por trabalhadores qualificados para a indústria.

No entanto, ao contrário do verificado em relação a outros atributos desejáveis nos imigrantes, esta diferença de enfoque não era necessariamente motivo para grandes divergências entre os autores analisados. As propostas de Benchimol (1946) e Hehl Neiva (1950) exemplificam isso. Embora ambos priorizem uma imigração voltada para o campo, não excluem a possibilidade da recepção de trabalhadores para as áreas urbanas. Na verdade, o mais importante era a aplicabilidade do trabalho do imigrante em áreas que fossem do interesse nacional. A esse respeito, Benchimol (1946) conclama o Brasil a procurar:

Uma imigração que se dirigisse para os campos e florestas em missão pioneira de desbravamento e conquista e outra imigração, em menor escala, que se fixasse nas cidades em missão técnica de aperfeiçoamento das nossas indústrias. A falta de operários especializados e de técnicos para as nossas indústrias é tão importante como a falta de braços para a agricultura. Portanto o imigrante terá que ser escolhido e selecionado para as duas missões, uma a serviço da colonização e da agricultura, outra a serviço das cidades e das suas indústrias.¹⁴³

Portanto, os defensores de uma política mais voltada para a colonização agrícola eram capazes de conceber uma certa flexibilidade que favorecesse a vinda de mão-de-obra qualificada para as cidades. Hehl Neiva (1950) incluía como desejáveis entre seus critérios de seleção profissional não apenas os agricultores como também operários, técnicos e trabalhadores domésticos. No entanto, outros trabalhadores urbanos não eram tão bem vindos. Ao instar para a importância das providências a serem tomadas no sentido de garantir uma escolha adequada de imigrantes para o Brasil, Benchimol assinala que “as providências estão demorando e a oportunidade de selecionar os imigrantes poderá passar com a mudança desta situação de após-guerra”.

Depois teremos então que aceitar os contingentes imigratórios que esses

143 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 689

países quiserem nos mandar. Sirva-nos de advertência o que disse um conhecido escritor fascista, na época áurea do fascismo na Itália, que aconselhava que a emigração das populações rurais e industriais deveria ser proibida abrindo-se as portas apenas para a emigração da “burguesia, de um modo especial da pequena e da média burguesia. Particularmente médicos e advogados que andam a encher as nossas universidades e os candidatos a empregos públicos”...¹⁴⁴

Evidencia-se, da parte de Benchimol, o desinteresse na recepção de indivíduos ocupados com atividades “não-produtivas”, ou seja, desvinculadas dos setores primário e secundário da economia. Eventualmente, casos de imigrantes radicados no Brasil que estavam envolvidos em outras atividades que destoassem dos encaminhamentos propostos pelos defensores da imigração foram usados como argumentos por autores contrários à mesma. Em 1949, Luís Amaral ataca a idéia do imigrante como um pioneiro para a agricultura, nos seguintes termos:

O estrangeiro vai apenas onde o nacional já esteve, onde o brasileiro já desbravou, já comeu a fera ou foi por ela comido. Dos emigrantes entrados no Brasil de 1941 a 1945, 58,34% ficaram no Rio de Janeiro e 23,05% na Paulicéia, naturalmente, porquanto só 10% do total se constituíam de agricultores. Agricultores como aquele que, embora assim rotulado ao entrar, seis meses depois era preso no cais do porto como reizinho do câmbio negro. (...) ¹⁴⁵

Os detratores da imigração chegavam, assim, ao ponto de recorrer à crônica policial na defesa de seus pontos de vista. Nota-se aí a denúncia da suposta inutilidade das medidas adotadas para garantir que o imigrante seguisse para o destino desejado pelas autoridades dele encarregadas. Amaral aponta como uma das razões para isso o fato de que “quem emigra tem intenções de melhorar”, negando a “censura ao estrangeiro”¹⁴⁶. Atenção ao fato de que um dos casos mencionados por esse autor ocorreu com uma imigrante convertida em funcionária pública, justamente uma das categorias que foram mencionadas anos antes pelo escritor fascista citado por Benchimol.

Muitos são os defensores de uma imigração mais voltada para as atividades urbanas. Paiva (1946), ao defender a imigração de indivíduos qualificados para a indústria, era enfático ao expor os seguintes pontos de vista:

- 1- Que a política imigratória nacional merece ser orientada para a qualidade dos imigrantes e não para a quantidade deles;
- 2- Que mais vale importar energia sob a forma de carvão ou de petróleo que de braços.

144 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 688

145 AMARAL, Luís. Problemas demográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 74, p. 145-154, maio 1949, p. 149-150

146 Idem, p. 150

3- Que mais vale importar capitais ou aqui atraí-los, para aproveitamento de energia hidráulica, que procurar imigração de músculo humano¹⁴⁷

Paiva propunha que a qualificação fosse o principal atributo a ser considerado para a eventual atração de imigrantes. A prioridade deveria ser dada a “cientistas, técnicos e capitalistas”, evocando um perfil profissional que se assemelha aos grupos rejeitados implicitamente por Benchimol. Se os defensores da imigração para o campo defendiam a vinda de grandes contingentes de agricultores, não apenas pela demanda de trabalho como também como estratégia de povoamento, Paiva afirmava que:

Importa trocar a imigração em quantidade, pela imigração em qualidade; isto é, substituir o contingente de população agrícola, tecnologicamente atrasada, dos países mediterrâneos, pelos agricultores e criadores da Suíça, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia, muito mais adiantados (...)¹⁴⁸

A partir da defesa de uma imigração pautada por princípios tecnicistas, Paiva daria mais ênfase à questão da modernização das técnicas produtivas do país que à imigração propriamente dita. Esse ponto também foi levantado por outros oponentes do incentivo aos fluxos imigratórios em larga escala, como vemos em Castro Barreto:

Diga-se de passagem que a questão da qualidade do imigrante é fundamental, já porque não podemos importar “milhões de imigrantes” (como querem pessoas mesmo altamente colocadas socialmente), o que nos custaria fabulosa fortuna e exigiria enorme aparelhamento, já porque o que nos deve interessar é o imigrante útil e capaz, principalmente os elementos-piloto: mestres especialistas e obreiros especializados nas múltiplas técnicas que a produção atual impõe.¹⁴⁹

A questão do encaminhamento do imigrante para as áreas urbanas ou rurais estava, portanto, inserida na discussão maior do modelo imigratório a ser adotado pelo país. Desta forma, os defensores de uma imigração mais intensa teriam entre seus objetivos suprir as áreas do interior com indivíduos provenientes de outros países aptos a servirem para seu povoamento. Por outro lado, aqueles que viam o crescimento vegetativo como elemento suficiente para a evolução do povoamento do Brasil, tendiam a defender uma política de imigração pautada na qualificação dos imigrantes. Finalmente, os detratores da imigração viam nas falhas das políticas realmente efetivadas argumentos que reforçavam sua visão contrária às mesmas.

147 PAIVA, Glycon de. Política imigratória para o Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, p. 829-834, outubro 1946, p. 829

148 Idem, p. 833

149 BARRETO, Castro. A População Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 32-43, jan./fev. 1953, p. 37

4.2.2 – Imigração e questão racial

Desde as primeiras iniciativas envolvendo a recepção de imigrantes estrangeiros no Brasil, ocorridas no início do século XIX, o tema das raças teve destaque no debate relativo à imigração. Os questionamentos envolvendo o “problema racial” brasileiro ocorreram ao longo de todo o período imperial e se estenderam pela República. Dentro das temáticas das políticas de imigração, é possível encontrar uma vasta argumentação baseada em diagnósticos e propostas orientadas de acordo com as diferentes visões. Isso se fez sentir durante o período do Estado Novo, com suas restrições à imigração orientadas em grande parte, de forma explícita ou velada, pelos ditos problemas raciais do país.

Nem mesmo a derrota do nazismo alemão, caracterizado por seu racismo exaltado voltado contra os que não eram considerados “arianos puros”, foi capaz de invalidar os argumentos baseados no racismo. Com isso, assiste-se no pós-Segunda Guerra à persistência da argumentação baseada em critérios raciais. Do diagnóstico, usualmente desfavorável, da composição racial brasileira, até as soluções propostas para a resolução desse “problema”, mais de um autor escreveu defendendo idéias baseadas na pretensa superioridade da raça branca. No rastro dessas discussões, o discurso eugênico ainda teria um certo vigor, influenciando os critérios de seleção apregoados em alguns trabalhos.

Por outro lado, essas idéias foram questionadas por outros autores, até mesmo em defesa da pretensa “democracia racial”¹⁵⁰. É digno de nota que mesmo autores defensores de uma política imigratória voltada para o favorecimento de um determinado grupo racial procurariam se qualificar como “não-racistas”. Quanto aos defensores de critérios raciais, não havia necessariamente um consenso quanto aos grupos desejáveis ou indesejáveis.

Outra questão muitas vezes mencionada, intimamente relacionada à temática racial, foi o problema da assimilação. Conceito que, ora seria posto em termos raciais, ora dentro de uma perspectiva cultural, a capacidade ou não de assimilação dos diferentes grupos de imigrantes seria considerada por diferentes autores. Tal processo, por vezes, qualificado como crucial para a alteração da composição racial

150 Esse termo é encontrado em trabalhos como por exemplo: CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948, p. 1044

brasileira, permitiria que se alcançasse o “branqueamento” da população. Passando a questão da assimilação por critérios ideológicos, o suposto alinhamento político dos candidatos à imigração foi também freqüentemente mencionado.

Na análise dos artigos, cabe antes de mais nada abordar o “problema racial”, tal como visto em alguns dos trabalhos enfocados. Em 1947, o psiquiatra Maurício de Medeiros faria as seguintes considerações, relacionadas a esse tema, em artigo publicado no Boletim Geográfico:

Se eu fosse um sociólogo, procuraria examinar o problema pelo seu aspecto racial. Não o sou. Mas não posso deixar de opor uma necessária contradição à má compreensão pelo mundo a fora à justa reação democrática ao preconceito de raças.

Em antagonismo com a doutrina germânica da superioridade de uma raça, que seria a ariana pura – foi necessário erigir-se em princípio político o da igualdade das raças. (...)

Mas, no exame das qualidades psicológicas de um povo, é inevitável a pesquisa sobre as qualidades das raças que entram em sua formação. Sem o menor preconceito de ordem sociológica, mas simplesmente numa indagação da natureza biológica pode-se admitir o exame da conveniência ou inconveniência do afluxo de certas raças, em grande escala, num país, como o Brasil, ainda em seu período de constituição étnica. (...)

Em certo momento, falou-se entre nós em deslocar dos Estados Unidos para o norte do Brasil algumas centenas de milhares de negros de difícil adaptação naquele país.

(...) é lícito perguntar-se a conseqüência psicológica para a formação mental brasileira de um afluxo humano dessa grandeza.

Sob esse aspecto, embora a raça, por seus fatores hereditários sobre os quais se formam a personalidade humana, seja um elemento ponderável nas condições de progresso de uma coletividade – os mais importantes são, sem dúvida, os de ordem psicológica.¹⁵¹

Partindo de uma análise enfocada em aspectos ditos psicológicos, o autor apontaria a importância da raça como fator de progresso, e a leitura continuada do seu texto permite que se inclua aí a questão sócio-econômica. Note-se ainda que Medeiros qualificou a “igualdade das raças” como um “princípio político”, não necessariamente respaldado pelas ditas características psicológicas ou biológicas das mesmas. Considerando esse problema das “condições psíquicas”, bem como “étnicas e ideológicas” dos imigrantes a serem recebidos, Reis (1946) temia pela possibilidade da perda da unidade nacional a partir do estímulo à imigração européia:

As massas de imigrantes, que o governo federal está procurando trazer (...) serão localizados de preferência nos setores sul e centro do país (...) o sul será envolvido mais e mais pela capa européia e o norte e o nordeste permanecerão dentro dos padrões culturais que caracterizam o período

151 MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, p. 1622-1629, março 1947, p. 1623. Transcrição de conferência do autor na Liga Brasileira de Higiene Mental

colonial (...) servindo-se dos elementos sobre que se fundamentou a sociedade colonial: o lusitano, o indígena e o negro, com o mameluco e o mulato que resultaram ainda da fusão desses mesmos elementos.

A fatal distância étnica que daí surgir pode bem criar perigos muito sérios para a unidade nacional (...)¹⁵²

A possibilidade de que uma maior diversificação do perfil étnico entre as regiões do Brasil era mencionada portanto como possível ameaça à própria unidade territorial do país. Outro autor, Luís Amaral, expressou preocupações similares em artigo de 1949:

Quando, portanto, restringimos à imantação de correntes migratórias a solução dos problemas demográficos, não atuamos com visão panorâmica, brasileira, mas apenas regional; pois essas correntes só podem orientar-se para baixo do trópico, possivelmente resolvendo aí dificuldades de momento, mas, na certa, criando graves questões porvindouras, em virtude de se acumularem na zona fisiográfica do sul.¹⁵³

Demonstrava-se, assim, outra perspectiva do que seria um possível “problema racial” do Brasil, desta vez associada a um corte regional. Contudo, é interessante notar que a tendência de concentração dos imigrantes numa determinada porção do país não foi vista necessariamente como algo negativo. No afã de promover a causa da imigração branca, Pimentel Gomes se referiu em mais de um artigo¹⁵⁴ às áreas “ecologicamente ótimas para a raça branca”. Esse autor também se referiu ao exemplo australiano para defender a possibilidade de sucesso da imigração de europeus em áreas tropicais. Em 1947, Gomes se referia à “constante emigração das regiões temperadas do Sul, para as regiões tropicais do Norte”¹⁵⁵, ao tratar de fluxos do povoamento interno da Austrália, que consistiriam basicamente no deslocamento de “brancos anglo-saxões” para áreas de clima quente. Assim, Gomes apontava o fato de que na Austrália “a raça europeia colonizou com sucesso e em tal número e por tanto tempo, uma região tropical, destruindo as teorias anteriormente admitidas sobre as possibilidades de europeus viverem, progredirem e se multiplicarem em tais condições”¹⁵⁶

Na verdade, muito do que consistia a problemática racial brasileira pode ser

152 REIS, Artur César Ferreira. A unidade nacional e a imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 46, p. 1341-1343, janeiro 1947, p. 1342

153 AMARAL, Luís. Problemas demográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 74, p. 145-154, maio 1949, p. 151

154 GOMES, Pimentel. A América e os desajustados europeus. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 981-983, novembro 1946 e GOMES, Pimentel. O Brasil e a emigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, p. 1143-1144, dezembro 1946

155 GOMES, Pimentel. Os trópicos e a civilização. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, p. 56-57, abril 1947, p. 56

156 Idem, p. 57

inferido a partir dos anseios expressos nas propostas de política imigratória de alguns autores. Ao defender uma política imigratória baseada na entrada de imigrantes europeus, Hehl Neiva (1950) levantou a bandeira do branqueamento da população:

É ponto pacífico, hoje, entre nós, que só nos convém imigração branca. Não porque o Brasil seja racista; pelo contrário, somos um dos poucos países do mundo, senão o único, onde não existem preconceitos de raças e de religiões (...) Mas porque, se quisermos fazer prosseguir o branqueamento do Brasil que se vem acentuando de ano para ano (...) deveremos auxiliar essa tendência, abrindo nossos portos à imigração branca e excluindo as correntes imigratórias negra e amarela. Isso não quer dizer que proibamos a entrada de elementos de cor, isoladamente (...) significa apenas que desejamos ser brancos daqui há alguns séculos, e continuaremos internamente a nossa sábia política de miscigenação ampla (...)¹⁵⁷

O que traduz uma lógica algo contraditória: se no Brasil não existia preconceito baseado em raça, o que justifica a ênfase no branqueamento da população? Hehl Neiva se esquivou de defender abertamente a “superioridade” da raça branca. Ao invés disso, apegou-se à letra do Decreto-Lei 7967, de 1945, ainda em vigor naquele período. Esse decreto, citado pelo autor, estabelece que a admissão de imigrantes deve atender “à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia”. Sendo que, baseando-se na “conveniência” apregoada pela referida lei, Hehl Neiva menciona os ciganos (que ele consideraria de ascendência européia) entre as exclusões que podiam ser feitas em nome do critério de “preferência étnica”¹⁵⁸.

Hehl Neiva não seria o único a defender a idéia de que o Brasil teria derrotado o preconceito de raças. Ecoando a idéia por ele defendida de que o Brasil representava um caso único, em relação a essa questão, Carneiro (1948) afirma ser o Brasil “um país sem ódio de raças. Nesse caminho caminhamos na frente de todas as nações, para a criação de uma verdadeira democracia racial”. O autor chegava ao ponto de questionar as possibilidades de sucesso da imigração proveniente da Europa, ao alegar que “populações européias que se transferirem para cá, especialmente vindas de países nórdicos, poderão não se adaptar de pronto à situação em que chegamos, de relativa vitória sobre os preconceitos de raça”¹⁵⁹.

157 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 167-168

158 Idem, p. 168

159 CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948, p. 1044

Ao contrário de Hehl Neiva, outros autores foram mais explícitos ao defender a idéia de uma hierarquia de raças. Amaral (1949) baseou-se em Euclides da Cunha para concluir que a miscigenação, no Brasil, ao contrário do que esperava Hehl Neiva, implicaria no rebaixamento da “melhor” raça: “É, porém, inegável que na ambiência tropical o endemismo vale mais que a miscigenação: e que, ao invés de elevar-se com ela a raça pior, se rebaixa a melhor”¹⁶⁰. Assim, verifica-se mais um claro exemplo de hierarquização das raças. É importante notar que o artigo de Amaral, “Problemas demográficos”, é marcado pelo pessimismo, apresentando um ponto de vista contrário à imigração.

Do lado dos defensores dos fluxos imigratórios, podemos ver em Benchimol (1946) uma admissão da “discriminação racial” nos critérios de aceitação do imigrante. Ao justificar a mesma, o autor defende ser “pensamento do governo promover a imigração sem perturbar nem alterar as étnicas tradicionais do nosso *melting-pot* com a exclusão do negro”. Dessa forma, essa legislação servia para “resguardar o país de influências estranhas ao desenvolvimento da linha étnica tradicional do nosso povo evitando dessa forma um cosmopolitismo de raças inassimiláveis”¹⁶¹.

A defesa da superioridade da raça branca foi feita de modo ainda mais explícito no “Esboço de Planejamento sobre a Imigração”¹⁶², de Renato Dénys. Entre os princípios do planejamento proposto por este autor, ligado ao Instituto Rio Branco, se menciona que: “O imigrante deve pertencer à raça branca. É a raça mais adiantada e o fundamento de nossa nacionalidade está nela.”¹⁶³ Com isso, Dénys consegue talvez ser mais exaltado na defesa da “branquitude” do que o próprio Hehl Neiva, que a respeito da ocupação do Brasil Central, escreveria em seu artigo de 1950 sobre:

o heroísmo desses pequenos pugilos de brasileiros típicos, oriundos da mistura, em vários graus, de todas as raças dos três grandes troncos em que se divide o gênero humano e que serviu de base ao nosso *melting pot*. Justiça lhes seja feita: são os únicos capazes de resistir aos árduos trabalhos de desbravamento dos nossos sertões¹⁶⁴

160 AMARAL, Luís. Problemas demográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 74, p. 145-154, maio 1949, p. 150

161 BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946, p. 693

162 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, janeiro 1951, p. 1159-1161

163 Idem, p. 1160

164 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 159-160

Aproxima-se assim, daqueles que reconheceriam negros, indígenas e brancos de origem portuguesa como os componentes étnicos básicos da população brasileira, embora mantivesse, em geral, uma postura favorável ao “branqueamento” da mesma. Por outro lado, é importante frisar que Dénys defenderia a imigração de brancos em oposição à imigração japonesa, por considerar que “a raça amarela tem provado ser inassimilável, como no caso dos japoneses no Brasil”¹⁶⁵. Aparentemente, outros membros do Itamaraty seriam menos refratários à essa imigração, sendo que em 1964 o já mencionado artigo de Ilmar Penna Marinho sobre política imigratória¹⁶⁶, publicado na Revista Brasileira de Geografia trata longamente do acordo de imigração firmado com o Japão.

Mesmo tendo sido esse artigo publicado mais de uma década após a proposta de Dénys, vale notar que nele seriam encontrados trechos denotando ainda certa preocupação com as questões raciais. Em primeiro lugar, ocorre a enfática negativa da idéia de que o acordo de imigração assinado entre Brasil e Japão “viria propiciar e incentivar a imigração japonesa “em massa”, conforme seria veiculado pela imprensa brasileira da época¹⁶⁷. Marinho se escudou ainda no “espírito liberal de nossa formação demográfica, que repele discriminações por motivos de raça, sexo ou religião” para reiterar que as restrições à essa imigração seriam apenas de ordem técnica e econômica¹⁶⁸.

No mesmo artigo, o autor compara a imigração de sua época com a do passado brasileiro, alegando que “a imigração é, hoje, um fator de desenvolvimento econômico e que o imigrante de agora não vem apenas, como o de antanho, para melhorar a raça”¹⁶⁹. Argumento que parece ignorar o caráter econômico dos fluxos imigrantistas motivados pelas necessidades da grande lavoura nacional, como no ciclo do café.

Tais colocações permitem questionar se a imigração japonesa era realmente encarada de forma tão neutra, ou mesmo favorável, como Marinho tentara demonstrar. Em 1960, Fernando Bastos de Ávila apontou, entre os empecilhos ao

165 DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951, p. 1160

166 MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964

167 Idem, p. 627

168 Ibidem, p. 628

169 Ibidem, p. 631

aumento dos fluxos imigratórios para o Brasil, que seria necessário “rever nosso regime de quotas anuais de entrada por países, regime irrealista e que conserva apenas um caráter discriminatório com relação à imigração japonesa”¹⁷⁰.

Em termos de discriminação contra a imigração oriental, valeria lembrar que, em 1946, Léa Quintiere publicara no Boletim Geográfico uma proposta de programa de estudos sobre imigração, para professores de Geografia do colegial, com a seguinte seqüência de perguntas para a motivação dos alunos:

- Você acha que o Brasil, agora que terminou a guerra mundial, deve incentivar a sua política imigratória? (...)
- Todos os imigrantes, de qualquer nacionalidade, são úteis ao Brasil? Quais? Por que? (...)
- Acha inconveniente a imigração asiática para o Brasil? Por que?
- Que se deve preferir, um imigrante analfabeto ou um que saiba ler e escrever? Por que?¹⁷¹

Destacando especificamente a “imigração asiática” numa pergunta sobre a “inconveniência” de um determinado fluxo migratório (que não seria realizada em relação à imigração européia), pouco antes de propor uma comparação entre um imigrante analfabeto e um alfabetizado. Vale notar que, no mesmo artigo, é proposta como um dos “problemas de após-guerra” a questão da “seleção eugênica, étnica e política”¹⁷². Além disso, consta da bibliografia sugerida a coleção da Revista de Imigração e Colonização, uma das porta-vozes das políticas imigratórias restritivas do Estado Novo (PERES, 1997).

Destarte, pode-se ver que a resistência à imigração japonesa ocorreu, em grande escala, pela persistência do discurso que tinha como objetivo final a obtenção de imigração branca para o Brasil. Ainda que, em termos práticos, o Japão tenha sido uma das principais fontes da imigração para o Brasil no pós-Segunda Guerra, ainda se sonhava com uma imigração que permitisse o “branqueamento” do Brasil. Desta forma, a imigração japonesa, bem como a de outros elementos étnicos tidos como indesejáveis, seria vista por alguns como uma ameaça, a ser combatida, conforme evidenciado em Medeiros (1947):

o problema da imigração já por várias vezes ocupou minha atenção. Uma foi quando os ingleses adquiriram uma vasta área de terras no Paraná afim de povoá-las com 100000 assírios. Esse foi um dos muitos episódios incompreensíveis de um período tumultuário da administração pública

170 ÁVILA, Fernando Bastos de. Política Imigratória Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 181, p. 599-603, set./out. 1964, p. 602

171 QUINTIERE, Léa. Histórico da Imigração – Dispositivos Atuais Sobre Colonização (Programa de Geografia – Curso Colegial). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1427-1429, fevereiro 1946, p. 1427

172 Idem, p. 1429

brasileira. Mas a repulsa da opinião foi de tal ordem – que o governo teve de recuar da permissão que havia dado para tão indesejável imigração.

De outra feita, impressionado pela argumentação irresponsável do saudoso Miguel Couto, e pela documentação formidável, reunida pelo nosso colega Xavier de Oliveira (...) formei ao lado desses batalhadores no combate à imigração japonesa (...)

Nunca o Brasil abrigou em seu território imigrantes tão audaciosos quanto estes japoneses, que a fraqueza da Constituinte de 34 permitiu continuarem a vir instalar-se em nosso país.¹⁷³

Note-se que, ao contrário do que diria Ávila em 1964, o sistema de cotas era visto como uma “fraqueza”, por permitir ainda a entrada de japoneses no Brasil. Havia ainda uma menção restritiva aos assírios, brancos oriundos do Oriente Médio. Na verdade, isso estava longe de ser uma peculiaridade estritamente nacional. Em 1954, o Boletim Geográfico transcreveria artigo de Maximilien Sorre, então professor honorário da Universidade de Paris, a respeito das correntes migratórias internacionais, em que esse autor fez comentários sobre a postura de outros países imigrantistas, naquele período:

Os próprios países que desejam aumentar seu contingente humano pela imigração, não pretendem fazê-lo sob quaisquer condições (...) a maioria dos países mostraram-se ciosos de conservar, senão a pureza absoluta de sua etnia, ao menos o predomínio de determinado tipo. Para isso é necessário evitar não só os elementos tarados ou duvidosos, mas ainda todos aqueles que se afastam muito desse tipo ideal. Daí as medidas de segregação pelo sistema de quotas, vindo superpor-se à restrição total do influxo migratório. Eles limitam ou mesmo impedem a penetração de certos elementos em proveito de outros, considerados como desejáveis. Em todos os países de imigração esta segregação se exerceu em detrimento dos asiáticos (...) A segregação também abrange, quase em toda a parte, alguns elementos europeus. (...) As restrições às entradas atingem sobretudo os emigrantes provenientes da Europa Oriental e dos países do Oriente Próximo. (...) Observa-se, não sem ironia, que as coletividades que se bateram e deram o sangue para vencer os defensores do nacionalismo étnico, possuem em tão alto grau a preocupação da pureza de sangue.¹⁷⁴

Onde podemos perceber que, longe de representar uma especificidade brasileira, a seleção por raças, ou ainda, etnia, era uma constante nas políticas de imigração em outros lugares do mundo, mesmo passada a Segunda Guerra Mundial. Ainda que Sorre apresentasse uma visão algo crítica diante da importância desse critério de seleção, nota-se em seu discurso uma certa aceitação da eugenia. A esse respeito, Sorre diz que “Compreende-se bem que os países de imigração se recusem a deixar entrar elementos portadores de tara físicas ou mentais e que

173 MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, p. 1622-1629, março 1947, p. 1622

174 SORRE, Maximilien. Os Problemas Geográficos Atuais das Migrações. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 127, p. 269-275, set./out. 1954, p. 273

possam a vir a tornar-se uma sobrecarga para a comunidade que os recebe”¹⁷⁵.

Assim, podemos perceber que os critérios de seleção do pós-Guerra eram ainda influenciados por idéias eugenistas. E, não apenas presentes, mas também foram defendidos ardentemente como uma parte necessária ao processo de seleção de imigrantes, em termos brasileiros. No artigo “O problema da imigração”¹⁷⁶, de Maurício de Medeiros, a questão não é apenas a imigração de grupos étnicos tidos como indesejáveis, como principalmente as relações entre a imigração e a higiene mental. Ao abordar essa questão, o autor chegaria ao ponto de defender princípios eugênicos adotados pela Alemanha Nazista:

Jamais teríamos entre nós a coragem de adotar a sábia lei alemã de esterilização dos doentes mentais e dos portadores de doenças incuráveis transmissíveis por heranças. De todas as audácias eugênicas do racismo nazista – essa foi talvez a mais impressionante.

A lei que a formulou era meticulosa, prudente e rigorosamente técnica. Nenhum doente, nessas condições seria esterilizado sem o parecer de uma junta médica e o julgamento de um tribunal especial. (...)

Manifestei na ocasião o meu entusiasmo por essa lei que não era destinada à esterilização dos judeus, mas apenas aos degenerados mentais e portadores de doenças transmissíveis por herança.

Não tenho a menor restrição a fazer ao meu entusiasmo de então! (...) ¹⁷⁷

Medeiros informa também que “Em inquérito aqui feito pelo *O Globo* entre outros médicos não fui o único a aplaudir a lei. Outros o fizeram”. Acusa os contrários de terem confundido “esterilização com castração”, ou de se abrigarem “dentro de preconceitos religiosos que não estavam positivamente em causa numa questão puramente técnica de pleitear medida legal semelhante para o nosso país”¹⁷⁸. Pode-se perceber, pela citação, o alcance que as idéias eugênicas tinham ainda no Brasil, mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial. Outros autores, como Hehl Neiva (1950), mesmo defendendo a “seleção médica”, não chegariam ao ponto de defender os critérios psiquiátricos que Medeiros (1947) veria como fundamentais.

Nesse particular, é importante mencionar que Medeiros dirigia boa parte de suas reservas aos imigrantes provenientes das áreas outrora em guerra. A respeito deles, escreveu que:

A grande maioria é de indivíduos isolados, isto é, sem família. Não trazem

175 SORRE, Maximilien. Os Problemas Geográficos Atuais das Migrações. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 127, p. 269-275, set./out. 1954, p. 273

176 MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, março 1947, p. 1622-1629

177 Idem, p.1627

178 Ibidem, p. 1627

consegue esse fator indispensável à fixação afetiva ao solo: o núcleo familiar. A grande maioria é de gente destinada às grandes cidades – isto é – consumidores a mais, para uma produção já de si insuficiente. E – o que é mais grave – a grande maioria é de gente emocionalmente traumatizada e em condições de difícil adaptação ao ambiente que nosso país pode oferecer. Serão necessários alguns anos para que se restabeleça o equilíbrio emocional desses imigrantes.¹⁷⁹

O autor levanta dúvidas quanto à “qualidade” da imigração estrangeira que podia se encaminhar ao Brasil. Nesse sentido, apresenta evidências do suposto percentual elevado de doentes mentais entre os estrangeiros residentes no Brasil, chegando ao “fato brutal, numérico: 20% dos doentes mentais no Brasil são estrangeiros”¹⁸⁰. Por outro lado, os órfãos da Segunda Guerra Mundial eram alvo do interesse de Ademar Vidal (1946):

O número de órfãos é fantástico. Todos em idade especial para uma rápida adaptação. Bem que poderíamos acolher uns vinte mil deles. (...) Tanto casal que anda por aí, criando cachorro, gastando dinheiro, estaria melhor com a consciência do mundo enfermo se procurasse adotar um ente juvenil de sangue limpo - e que amanhã, integrado na economia nacional, os maiores benefícios poderia proporcionar ao meio a que se ligara desde a infância. (...)

Os órfãos da guerra estão sendo disputados como jóias preciosas. Movimenta-se o Canadá, movimenta-se a Argentina, o mesmo fazendo outras nacionalidades, inclusive a Norte-América. (...) os esforços no sentido de obter imigrantes se quebram e se esfacelam,. talvez, ante a propaganda incômoda de nossa intolerância nacionalista. Dentro de alguns anos, na marcha em que vai, a Argentina estará possivelmente com uma população maior que a nossa - e veja-se: população superior como raça.¹⁸¹

No tocante aos órfãos da guerra, Vidal apresenta um ponto de vista bastante diverso do de Medeiros. Para o médico a recepção desses contingentes representava uma ameaça à saúde pública. Para Vidal, ela não apenas daria ao Brasil uma "infusão" do "sangue limpo" de "raça superior", como era não apenas uma questão de interesse econômico como até mesmo de segurança nacional, como se apreende da comparação feita com a Argentina. Na defesa da imigração oriunda da Europa, Vidal é enfático ao criticar a população brasileira, com argumentos de base racial e eugênica:

de que servirá uma população doente se aglomerando cada vez mais na faixa litorânea? É uma população destituída de sangue limpo porque o nacionalismo jacobino está prejudicando a vinda de novas forças étnicas.¹⁸²

179 MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, março 1947, p. 1626

180 Idem, p. 1626

181 VIDAL, Ademar. Imigração e nacionalismo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 586-588, agosto 1946, p. 586-587

182 Idem, p. 587

Apresentando menos pessimismo quanto ao estado de saúde dos refugiados europeus e mesmo quanto às possibilidades de atração dos mesmos ao Brasil, autores como Hehl Neiva tinham perspectivas bem mais otimistas em relação à recepção de refugiados de guerra pelo Brasil. Longe de considerar os “deslocados de guerra” como desproporcionalmente propensos a problemas mentais, em relação ao restante da população, Hehl Neiva (1950) fez a defesa de sua recepção:

Os “deslocados” da Alemanha e Áustria, que alguns chamam também de refugiados, são cerca de 1200000 pessoas, localizadas nas três zonas de ocupação das potências ocidentais. Ao contrário do que se imagina, não são rebotalhos de guerra, mutilados, velhos, vencidos, doentes ou ex-combatentes sem expressão econômica. (...) É sabido que o nazismo chegou a ter mais de 15000000 de trabalhadores estrangeiros dentro da Alemanha; parte destes é que constituem os atuais “deslocados”.¹⁸³

Entre os argumentos apresentados por Hehl Neiva na defesa da recepção desse contingente, estão a sua origem européia e a qualificação profissional desses indivíduos. No entanto, o autor buscava chamar a atenção para outro ponto: a ideologia, ou antes, a repulsa ideológica desses indivíduos pelo comunismo. Segundo Hehl Neiva, esse grupo era composto por “populações civis dos países do leste da Europa, hoje ocupados pela Rússia Soviética (...) ou sob sua influência direta”. Assim, o deslocamento dessas pessoas tinha ocorrido em três momentos distintos, tendo como motivação a fuga ao comunismo. Assim, segundo Hehl Neiva (1950):

Toda essa gente havia atingido situação de prosperidade em seus países de origem e, assim, não tinham incentivo para abraçar o comunismo, que odeiam por havê-lo experimentado na própria carne, perseguidos como o foram pelos vermelhos.

Seu valor como elementos de trabalho é, pois, atestado não só pela situação que conseguiram através de seus esforços, mas ainda por haverem sido selecionados, em grande parte, pelos alemães, por processos muito rigorosos e adiantados, para trabalhar na Alemanha em tempo de guerra. Além disso, fizeram curso de treinamento e especialização na Alemanha, aprendendo técnicas modernas de trabalho; e a maior e melhor prova do seu valor são os esforços envidados pela Iugoslávia, Tcheco-Eslováquia e Rússia para fazê-los voltar a suas regiões de origem, recuperando assim a mão-de-obra excepcional que representam.¹⁸⁴

Vemos que, para Hehl Neiva, os deslocados teriam especial valor como um grupo de trabalhadores qualificados que, além disso, seriam anticomunistas. O que, dentro do contexto da Guerra Fria, era encarado como uma característica positiva.

183 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 178

184 Idem, p. 178

Ademais, a efetivação da vinda desses refugiados ao Brasil teria um caráter de “vitória” frente à disputa com os países do outro lado da Cortina de Ferro, como seria possível apreender a partir do trecho a seguir:

Como não lograssem recuperar os deslocados por nenhuma dessas formas e para evitar que outros países os recebessem como imigrantes, o que não convém à U.R.S.S., pois cada deslocado será sempre uma fonte de propaganda contra o comunismo, os soviéticos lançaram em todos os países de imigração uma campanha difamatória e desmoralizadora dos refugiados como contingentes imigratórios, sempre com o apoio dos órgãos comunistas.¹⁸⁵

Considerando-se o contexto da época, não seria de se admirar que esses “deslocados de guerra” fossem vistos como um grupo capaz de propagar valores contrários ao comunismo, e que isso seria visto como mais um fator atrativo à sua recepção. Hehl Neiva era membro participante do Conselho de Imigração e Colonização durante o Estado Novo (KOIFMAN, 2002), e se manteria próximo ao poder mesmo depois da mudança de regime político no país.

Assim, a incorporação ao “*melting pot*” brasileiro de elementos marcados por sua postura “anticomunista” pode ser encarada como uma forma de “transmitir” essa característica ao conjunto da população através da “assimilação” desse contingente. Desta forma, para Hehl Neiva, a “assimilação” não se limita meramente à questão racial-biológica, envolvendo também aspectos culturais. Isso é perceptível no método de assimilação que esse autor propunha, relativo ao tratamento a ser dispensado aos imigrantes estrangeiros:

ensinar-lhe quanto pudermos sobre o Brasil (...) frisando com discrição os nossos bons aspectos (...) nossa ausência de preconceitos raciais e religiosos, nossa hospitalidade e lhaneza, o desejo e o impulso instintivo de ajudar quem quer que seja, mormente um estrangeiro, a liberdade de todos e de cada um (...) mais a descrição das oportunidades que o país apresenta, sua organização e condições geográficas, políticas, econômicas e sociais, um pouco de nossa história e de nossa contribuição à cultura no campo das ciências, letras e artes (...) Daí por diante o processo é automático e se realiza dentro do próprio alienígena, que aos poucos vai aprendendo nossa língua e se habituando aos nossos costumes, paulatina e suavemente, mas de modo seguro e inevitável.¹⁸⁶

A assimilação é apresentada como o resultado de uma espécie de curso de “Brasil para principiantes” a se ministrar aos imigrantes. Esse aspecto educacional era enfatizado pelo próprio Hehl Neiva, que fazia menção às “escolas de americanização” dos Estados Unidos, urgindo o Brasil a adotar o mesmo sistema,

185 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 179

186 Idem, p. 175-176

quanto aos aspectos culturais. A respeito dos aspectos raciais, Neiva se manifesta em prol do processo gradual de "branqueamento" da população através da "nossa sábia política de miscigenação ampla"¹⁸⁷. Ainda sobre suas "preferências étnicas" e a importância da assimilação, Hehl Neiva diria que:

Pessoalmente, somos contrários a qualquer restrição de natureza étnica quanto à entrada de brancos no Brasil; achamos, entretanto, perfeitamente justificável que haja limitações quantitativas baseadas em critérios de seleção condicional ou de assimilabilidade relativamente a certos grupos, mesmo brancos.¹⁸⁸

Embora as "preferências étnicas" de Hehl Neiva fossem relativamente abrangentes em relação aos imigrantes europeus, outros autores seriam mais restritivos. Correa Filho (1945) manifesta-se em defesa da imigração dos "povos latinos", por apresentarem características que os tornariam mais propensos à assimilação, como uma melhor adaptabilidade climática¹⁸⁹. Especificamente sobre a imigração portuguesa, outro autor escreveria em 1954, num artigo publicado no Boletim Paulista de Geografia, que:

Já por diversas ocasiões alguns estadistas brasileiros têm proclamado que os colonos portugueses representam o mais útil componente para a valorização do território nacional. Assim, um deputado afirmou que "pela raça, pela língua, pela religião, pelos costumes e tradições, pela origem, enfim, a imigração lusitana era a melhor que podia o Brasil - país novo e em evolução - desejar neste momento".¹⁹⁰

Mesmo sendo português o autor do artigo, não se pode ignorar que se trata de discurso relativamente comum entre políticos brasileiros. Assim, quer fosse pela importância eleitoral dos imigrantes portugueses e seus descendentes, quer fosse pela convicção em torno do "caráter superior" da imigração portuguesa, o fato é que pela altura de 1954 a mesma era louvada com argumentos baseados em critérios assimilacionistas, como a "raça".

Outros autores não davam tanta importância à questão da raça no processo de assimilação. Assim, faziam referência à mesma dentro de critérios meramente culturais. O processo de acaboclamento, visto no trecho anterior sobre imigração e técnicas agrícolas, era uma das variantes abordadas por esses autores. Ainda que negativamente, esse processo era marcado pela assimilação, por parte dos grupos

187 NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950, p. 168

188 Idem, p. 168

189 CORREIA FILHO, Virgílio. A propósito de emigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, p. 949-951, outubro 1945, p. 950

190 SCHWALBACH, Luís. O Problema da Emigração Humana no Quadro Contemporâneo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 18, p. 3-14, out./dez. 1954, p. 8

de imigrantes, de costumes e hábitos da população do interior. Sobre esses imigrantes, Nilo Bernardes diria:

Em alguns lugares, particularmente isolados, por muito tempo, os descendentes desses imigrantes - alemães, italianos, eslavos, franceses e mesmo ingleses - decaíram ao nível cultural do caboclo. São caboclos em tudo e por tudo; nas técnicas rudimentares, nos hábitos e até mesmo em uma certa apatia.¹⁹¹

No entanto, é preciso observar o acaboclamento dentro do contexto maior da assimilação com cuidado, visto que, mesmo se verificando por parte dos imigrantes o uso de técnicas mais rudimentares, em geral provenientes dos caboclos, tal como apontado por Egler (1951), isso não significava necessariamente a assimilação de outras características culturais. A esse respeito, vale a lembrança do comentário de Faissol sobre o fracasso da iniciativa de colonização em Uv, no estado de Goiás: "aos que ficaram custou muito trabalho e sofrimento, transformando-os em caboclos de olhos esverdeados, falando alemão"¹⁹². Também Waibel (1949), sobre a colonizao européia no sul do Brasil: "Onde os colonos europeus se estabeleceram em comunidades isoladas ou em pequenos grupos entre os luso-brasileiros, ficaram estagnados ou se tornaram caboclos"¹⁹³.

Ou seja, o acaboclamento não representava necessariamente a incorporao de valores culturais brasileiros, como o idioma. E, mesmo iniciativas preconizadas para a acelerao desse processo, como a formao de colônias mistas, seriam alvo de críticas por não se mostrarem adequadas a esse processo. Waibel analisaria a formao das colônias mistas com o intuito de facilitar o processo de assimilao nos seguintes termos:

Aquele que acredita nessa espécie de colonizao não conhece a psicologia dos imigrantes, nem jamais viveu como forasteiro numa comunidade estrangeira, mas terá oportunidade de conferir as suas idéias, visitando o núcleo colonial Barão de Antonina, que foi fundado em 1930 pelo estado de São Paulo como uma experiência social de colonizao mista. Em 1938, viviam na colônia 162 famílias luso-brasileiras e 154 estrangeiras pertencentes a 15 nacionalidades diferentes. Os lotes foram distribuídos de tal maneira que a criao de quistos étnicos dentro da comunidade era impossível. Desta forma, a administrao esperava que os estrangeiros assimilariam rapidamente a vida e a cultura brasileiras, e que os brasileiros aprenderiam daqueles, os métodos mais adiantados de agricultura. O que realmente aconteceu foi que os estrangeiros, inclusive

191 BERNARDES, Nilo. Sobre a roça e a fazenda no Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3 e 4, p. 35- 46, 1958, p. 41

192 FAISSOL, Speridião. A Colônia Alemã de Uv. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-110, jan./mar. 1949, p. 106

193 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonizao Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222 de abr./jun. 1949, p. 212

os japoneses, baixaram o seu padrão agrícola e adotaram o sistema de rotação de terras melhorada dos brasileiros. Houve poucos casamentos entre estrangeiros de nacionalidades diferentes ou entre estrangeiros e seus vizinhos brasileiros.¹⁹⁴

Mesmo que Waibel procurasse atenuar o papel da colonização mista no fracasso dessa iniciativa, apontando para outras dificuldades, como a má localização da colônia, fica patente em seu trabalho que a mistura entre estrangeiros e brasileiros foi de pouca valia para o sucesso da assimilação esperada por seus organizadores. Com isso, Waibel propunha um outro sistema de organização para os núcleos coloniais, levando em conta suas características étnicas:

a primeira geração de imigrantes europeus só ficará satisfeita e feliz se lhe for permitido formar uma comunidade que seja uniforme do ponto de vista étnico, social e cultural. (...) Não estou propondo colocar imigrantes em grandes colônias compactas, como sucedeu em Blumenau ou Caxias do Sul. Minha idéia é formar várias pequenas comunidades européias, de origem étnica uniforme, dentro da mesma área (...) todos, naturalmente, entremeados de comunidades luso-brasileiras. De acordo com este princípio, que se poderia chamar de "colonização étnica disseminada", não há perigo de formação de quistos e, por sua vez, será facultado aos colonos desenvolver um sentimento associativo, de que formam uma unidade.¹⁹⁵

Com isso, baseando-se em seus estudos anteriores em núcleos coloniais, Waibel proporia um sistema que, em sua visão, poderia ser no longo prazo, mais eficaz para a assimilação das comunidades de imigrantes do que a imposição das colônias mistas. Na defesa desse ponto de vista, Waibel apontaria para o exemplo do povoamento do "Middle West" dos Estados Unidos, onde as colônias se desenvolveram de forma similar à sua proposta, com considerável sucesso. Outros autores, como Faissol defenderiam essa idéia, que seria uma das resoluções aprovadas pela Conferência de Goiânia, em 1949.

Assim, pode-se perceber que, para alguns autores, mais ligados ao pensamento dominante nas instâncias governamentais, a concentração, ainda que em pequenas quantidades, de imigrantes estrangeiros fosse vista como indesejável, nem sempre isso ocorreria. Considerando exemplos práticos e políticas alternativas, outras propostas foram feitas, enfocando a questão étnica (e não exatamente racial) dentro de uma perspectiva que também levava em conta os anseios dos imigrantes.

Essa visão, entretanto, não foi a predominante no período histórico analisado. Percebe-se que, além da questão racial, outros fatores eram levados em

194 WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222 de abr./jun. 1949, p. 212-213

195 Idem, p. 213

consideração na hora de diagnosticar um perfil adequado para o imigrante a ser recebido pelo país. O que em geral se esperava do imigrante era que, além de racialmente adequado, ele tivesse serventia como mão-de-obra para as atividades econômicas priorizadas no momento e, de preferência, tivesse uma orientação ideológica compatível com o discurso dominante.

Aqueles que não se adequassem a esse paradigma deveriam, portanto, ser excluídos. Essa perspectiva justificava, portanto, o desestímulo à imigração japonesa ou pelo menos um maior controle da mesma, em nome da preservação das características étnicas da população brasileira. Da mesma forma, propunha-se o estabelecimento de padrões rigorosos de seleção, enfocando a capacidade de trabalho dos imigrantes em atividades econômicas onde sua presença era vista como interessante, para mencionar alguns exemplos.

Dentro desse quadro, é de se lastimar que, por muitas vezes, o discurso racista e excludente de alguns dos estudiosos das políticas imigratórias no Brasil se abrigasse sob o manto da suposta "democracia racial" de nosso país, de modo a permitir a esses negarem o próprio racismo. Ficaria explícito o paradoxo daqueles que, ao mesmo tempo em que preconizavam o branqueamento da população brasileira, procurando barrar fluxos de grupos tidos como indesejáveis para a obtenção desse objetivo, alardeavam, ainda que com outras palavras, que "não somos racistas".

Considerações Finais

A pesquisa de artigos direta ou indiretamente relacionados às políticas imigratórias brasileiras nos periódicos de Geografia do pós-Segunda Guerra feita ao longo da produção desta dissertação permite algumas conclusões. Além da contextualização do papel desses periódicos na divulgação do debate dessas políticas, também foi possível analisar o próprio debate das questões relacionadas às políticas públicas ligadas à imigração no Brasil, tal qual exposto nesses periódicos.

É importante lembrar que esse papel de divulgação das discussões sobre a temática imigratória não seria desempenhado no mesmo grau por todos os periódicos geográficos do período. Assim, as publicações do IBGE, ou seja, o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia desempenharam um papel preponderante no que diz respeito ao debate das políticas imigratórias brasileiras dentro do conjunto desses periódicos. Vale destacar que o Boletim Geográfico teve um papel predominante em termos quantitativos, devido tanto à sua maior frequência de publicação, quanto ao fato de ser um periódico mais aberto a trabalhos opinativos, chegando ao ponto de transcrever artigos de jornais.

Outras publicações, como os boletins das seções Rio de Janeiro e São Paulo da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), tiveram uma importância menor nesse contexto, isso quando não se apartaram desse debate, como se verificou na prática na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Naturalmente, é preciso considerar que, no período pesquisado, dentro do âmbito das instituições publicadoras de periódicos ligadas à Geografia, o IBGE contaria com recursos superiores aos de outras instituições. No caso da AGB, foram verificadas interrupções na periodicidade de suas publicações. Quanto ao IHGB, verifica-se que essa instituição centrava suas atenções na preservação de trabalhos clássicos da História e da Geografia no Brasil, em geral sem a mesma preocupação de intervir nos debates contemporâneos, enfocados por esta dissertação.

Quanto ao debate das políticas públicas brasileiras relacionadas à imigração, foi possível encontrar uma considerável gama de questões, dizendo respeito tanto à problemática territorial brasileira, como ao próprio processo de formação da população habitante do território nacional. Ainda que na prática a imigração do pós-Segunda Guerra tivesse sido regida principalmente pelas oscilações do mercado

internacional de trabalho e pelas conjunturas políticas internacionais, a temática do imigrante como elemento contribuinte para um possível aperfeiçoamento da população nacional se manteve em muitos dos textos analisados.

A partir das leituras realizadas durante a pesquisa, foi possível verificar que as políticas imigratórias executadas ou meramente propostas após o Estado Novo foram, em grande parte, influenciadas pelo seu legado, fosse por concordância ou por oposição. A discussão em torno da persistência de elementos da legislação imigratória estadonovista no período democrático posterior foi um exemplo disso, bem como a continuidade do interesse de agentes ligados ao regime anterior na questão da imigração, o que se refletia na participação destes no debate das políticas imigratórias após 1945.

De importância comparável foram as questões ligadas ao processo de ocupação do território brasileiro, em especial a discussão relativa à questão fundiária. Os projetos de colonização do período serviram de motivação para a análise dos problemas relativos à implementação dos núcleos coloniais, indo desde as diferenças no tratamento dispensado a colonos nacionais ou imigrantes até o impacto das técnicas agrícolas adotadas por esses trabalhadores. Em muitos casos, fez-se a crítica dos resultados dos projetos passados, assinalando-se as responsabilidades das autoridades nos casos de fracasso.

No que diz respeito aos agentes públicos, chama atenção a insistência na questão racial. É bastante significativo que nos artigos publicados por dois diplomatas (Renato Dénys e Ilmar Penna Marinho) se encontrem, respectivamente, a referência à “raça branca” como mais adiantada e uma menção à “melhoria da raça” como o objetivo principal da imigração para o Brasil antes do final da Segunda Guerra Mundial. Esses trabalhos, bem como outros, mostram como elementos como raça e mesmo questões relacionadas à eugenia se mantiveram presentes no debate imigratório, mesmo anos depois do final da Segunda Guerra. O que se verifica, ao longo do tempo, é uma atenuação desse discurso. O próprio Hehl Neiva, defensor incondicional da imigração “branca”, busca se eximir de racismo.

Percebe-se, então, que no período do pós-Segunda Guerra, acompanhando a queda da importância da imigração estrangeira na dinâmica demográfica brasileira, o debate em torno da administração de grandes fluxos migratórios foi sendo gradativamente ocupado por outras questões, a despeito das esperanças de alguns no retorno aos índices de outros momentos históricos.

Por outro lado, mesmo que a imigração tenha perdido importância, esse período do pós-Guerra assistiu ainda a fluxos consideráveis, chegando ao ponto de justificar a eventual reanimação do debate. Não custa lembrar que nos primeiros anos da década de 1960 foram publicados trabalhos sobre a política migratória brasileira, tanto o de Ávila (originalmente em 1961 e transcrito no Boletim Geográfico em 1964) como o Marinho (1964). Se o primeiro autor manifestava reservas quanto ao futuro da imigração para o Brasil, o segundo era representante de uma visão algo otimista, vinda de um intelectual ligado ao Ministério das Relações Exteriores.

Esta dissertação termina, portanto, por analisar um período que, se em termos gerais marca um declínio da importância da questão migratória, passando a assumir um lugar relativamente secundário nos debates nacionais, não representa de forma alguma uma ausência do tema. A partir da análise do período, pôde-se perceber o quão longe foram capazes de chegar, no tempo, idéias provenientes de épocas anteriores, como o período do Estado Novo. Estas parecem ter sido capazes de inspirar, anos depois, prioridades e conceitos a serem levados em consideração no debate das questões públicas nacionais.

Vale notar, ainda, que esta dissertação se limitou a uma fração do material produzido no período do pós-Segunda Guerra, correspondendo aos artigos publicados nos periódicos brasileiros de Geografia dessa época. Espera-se, portanto, que isso sinalize a existência de um período relativamente pouco analisado do debate migratório no Brasil e que, eventualmente, este trabalho aponte um vetor de estudos para os interessados no debate da imigração e das políticas públicas no Brasil. Pode-se igualmente sugerir, aqui, alguns elementos ainda pouco discutidos da relação entre os debates políticos nacionais e as formas de saber produzidas e veiculadas pela Geografia.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos referenciados

AZEREDO, Francisco Aragão. O imigrante na ótica da política imigratória brasileira: visões da Segunda Guerra Mundial aos anos 50. **Travessia – Revista do Imigrante**. São Paulo, v. XVII, n. 50, p. 30-34, set./dez. 2004

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. 207 p.

CARONE, Edgard. **A República Liberal: Evolução política (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1985. 258 p.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001. 325 p.

GALETTI, Roseli. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. 207 p.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Expatriados dentro da própria pátria: a migração nordestina para a Amazônia. **Travessia – Revista do Imigrante**. São Paulo, v. XIII, n. 37, p. 31-35, mai./ago. 2000

KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-31

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 540 p.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986. 218 p.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 372 p.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 216 p.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003. 100 p.

MIGRAÇÕES INTERNAS. **Boletim Geográfico**, v. 11, n. 117, nov./dez. 1953

PAIVA, Odair da Cruz. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950: Apontamentos. **Travessia – Revista do Imigrante**. São Paulo, v. XIII, n. 37, p. 25-30, mai./ago. 2000

PERES. Elena Pájaro. Proverbial hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jul./dez. 1997

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 6a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, 251p. (1a. ed. 1933)

SALES. Teresa e BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. **Travessia – Revista do Imigrante**. São Paulo, v. XIII, n. 36, p. 33-44, jan./abr. 2000

SALLES, Maria do Rosário. Imigração e política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial. **Cadernos CERU**. São Paulo, v. 2, n. 13, p. 99-124, 2002

_____. Panorama da imigração para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial: os “deslocados de guerra”. **Studi Emigrazione/Migration**

Studies, v. XLI, n. 155, p. 555- 574, 2004

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199-228

_____. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, Helion, FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.) **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p. 17-34

SOUZA, Ismara Izepe de. **República Espanhola: um modelo a ser evitado**. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. 188 p.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra, 1939-1945**. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 200 p.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas imigratórias. **Travessia – Revista do Imigrante**. São Paulo, v. XIII, n. 36, p. 15-32, jan./abr. 2000

Artigos dos periódicos analisados

ALONSO, Delnida Martinez. Notas para o estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção de Piranema)". **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1 e 2, p. 32-48, 1955

AMARAL, Luís. Problemas demográficos. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 74, p. 145-154, maio 1949

ÁVILA, Fernando Bastos de. Política Imigratória Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 181, p. 599-603, set./out. 1964.

BACKHEUSER, Everardo. O Nosso Fatalismo é Ingênito. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 100, p. 340-345, julho 1951

BARRETO, Castro. A População Brasileira. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 32-43, jan./fev. 1953

BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 51, p. 684-700, setembro 1946

BERNARDES, Nilo. "Imigração e Colonização no Brasil", de J. Fernando Carneiro. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, ns. 2, 3 e 4, p. 66-69, 1951

_____. A Colonização Européia no Sul do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 105, p. 89-102, jan./fev. 1952

_____. Sobre a roça e a fazenda no Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3 e 4, p. 35- 46, 1958

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2., p. 211-253, abr./jun. 1948.

CARNEIRO, Fernando. História da Imigração do Brasil: Uma Interpretação. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 46, p. 1009-1044, dezembro 1948.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2, 3 e 4, 1962.

CORREIA FILHO, Virgílio. A propósito de emigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, p. 949-951, outubro 1945

_____. Campanha povoadora. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 36, p.1556-1559, março 1946

DÉNYS, Renato. Esboço de Planejamento sobre a Imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 94, p. 1159-1161, janeiro 1951

EGLER, Walter Alberto. Problemas Agrários do Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 4, ns. 2, 3 e 4, p. 39-61, 1951

FAISSOL, Speridião. A Colônia Alemã de Uvá. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 93-110, jan./mar. 1949

_____. Problemas de Colonização na Conferência de Goiânia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 274-278, abr./jun. 1949

_____. Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 82, p. 1162-1164, janeiro 1950

_____. Alguns Aspectos do Problema de Colonização no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 691-712, nov./dez. 1952

_____. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 3-66, jan./mar. 1957

_____. Que é Colonização?. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 363-367, jul./set. 1952, p. 367

GOMES, Pimentel. A região dos pinheirais. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1424-1425, fevereiro 1946

_____. A América e os desajustados europeus. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 981-983, novembro 1946

_____. O Brasil e a emigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, p.1143-1144, dezembro 1946

_____. Os trópicos e a civilização. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, p. 56-57, abril 1947

GONÇALVES, Álvaro. Aristocracia Rural e Fidalgos do Café. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 138, p. 484-187, jul./ago. 1957.

LIMA, Amauri B. de. Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 56, p. 905-909, novembro 1947

MARINHO, Ilmar Penna. Problemas de imigração e colonização – Política imigratória. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 624-636, out./dez. 1964

MEDEIROS, Maurício de. O problema da imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, p. 1622-1629, março 1947

NEIVA, Artur Hehl. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 249-270, abr./jun. 1947.

_____. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 98, p. 151-183, maio 1950.

OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de. Problemas da produção no Brasil **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 55, p. 802-814, outubro 1947

PAIVA, Glycon de. Política imigratória para o Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, p. 829-834, outubro 1946

POLITI, S. M. A política imigratória mais conveniente ao Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 45, p. 1189-1143, dezembro 1946

PRADO, J. F. De Almeida. Aspectos Sociais da Cultura do Café. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 131, p. 318-324, mai./jun. 1955.

QUINTIERE, Léa. Histórico da Imigração – Dispositivos Atuais Sobre Colonização (Programa de Geografia – Curso Colegial). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 35, p. 1427-1429, fevereiro 1946

REIS, Artur César Ferreira. A unidade nacional e a imigração. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 46, p. 1341-1343, janeiro 1947

RIOS, José Artur. O imigrante e o problema da terra. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 76, p. 402-408, julho 1949

_____. A imigração de confederados norte-americanos ao Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 81, p. 942-956, dezembro 1949

_____. Rumos da Reforma Agrária. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 120, p. 169-176, jul./ago. 1954

RODRIGUES, José Honório. História da concessão de terras no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 19, n.161, p. 367-370, mai./jun. 1961

SCHWALBACH, Luís. O Problema da Emigração Humana no Quadro Contemporâneo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 18, p. 3-14, out./dez. 1954

SETZER, José. O caboclo como formador do solo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 96, p. 1441-1444, março 1951

SOARES, Sebastião Ferreira. Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 104, p. 927-938, dezembro 1951

SORRE, Maximilien. Os Problemas Geográficos Atuais das Migrações. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 127, p. 269-275, set./out. 1954

VALVERDE, Orlando. A Velha Imigração Italiana e sua Influência na Agricultura e na Economia do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 160, p. 145-167, mar./abr. 1961

VIDAL, Ademar. Imigração e nacionalismo. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 586-588, agosto 1946

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949

_____. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)